



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO ACADÊMICO EM EDUCAÇÃO

ALINE DA PAIXÃO FURTADO

RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E POBREZA NA AMAZÔNIA PARAENSE: um estudo sobre o Programa Social Bolsa Família na Ilha do Marajó – Município de Melgaço.

BELÉM - PARÁ

2017

ALINE DA PAIXÃO FURTADO

RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E POBREZA NA AMAZÔNIA PARAENSE: um estudo sobre o Programa Social Bolsa Família na Ilha do Marajó – Município de Melgaço.

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação, vinculado ao Instituto de Ciências da Educação da Universidade Federal do Pará, como requisito para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Marilena Loureiro da Silva

BELÉM/PARÁ

2017

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca do Instituto de Ciências da Educação (ICED / UFPA)

- F992r Furtado, Aline da Paixão.
Relações entre educação e pobreza na Amazônia paraense : um estudo sobre o programa social Bolsa Família na Ilha do Marajó – Município de Melgaço/ Aline da Paixão Furtado; orientadora Marilena Loureiro da Silva.– Belém, 2017.
113 f.
- Dissertação(Mestre em Educação) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências da Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Belém, 2017.
1. Educação e Estado – Melgaço (PA). 2. Pobres – Educação. 3. Pobreza rural – Melgaço (PA). 4. Desenvolvimento rural – Melgaço (PA). 5. Programa Bolsa Família (Brasil). I. Silva, Marilena Loureiro da (orient.). II. Título.

ALINE DA PAIXÃO FURTADO

RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E POBREZA NA AMAZÔNIA PARAENSE: um estudo sobre o Programa Social Bolsa Família na Ilha do Marajó – Município de Melgaço.

Texto apresentado à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Pará como exigência para Exame de Qualificação no Mestrado em Educação/PPGED.

Aprovada em: __ / __ / 2017

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dra. Marilena Loureiro da Silva
Orientadora– ICED/UFPA

Profª.Dra. Ney Cristina Monteiro de Oliveira
Examinador Interno – ICED/UFPA

Prof. Dr. Mário Vasconcelos Sobrinho
Examinador Externo – UNAMA

À Deus, por guiar minha vida e meus passos.
A Profa. Marilena Loureiro pela confiança.
Aos meus pais e irmã por todo amor e cuidado.
Aos meus amores Carlos e Cecília por toda
compreensão e amor, em especial a Cecília por me
permitir descobrir o significado do verdadeiro amor
de Mãe e Filha.

AGRADECIMENTOS

Meu agradecimento a Deus por tudo o que ele fez e mais ainda pelas coisas que fará, que nem em meus melhores sonhei pensei em realizar.

A Profa. Dra. Marilena Loureiro da Silva pela confiança e por acreditar muito mais do que eu mesma. Obrigada pelo carinho e amizade.

A Profa. Dra. Maria Ludetana Araújo por acreditar e me impulsionar a voar sempre alto, a minha sincera gratidão.

A Meus Pais, João e Sandra Furtado por todo exemplo de amor, de confiança e motivação que vocês de forma única conseguem permitir que eu sinta, os amo imensa e eternamente.

A minha irmã e agora comadre, Thais Furtado, por toda ajuda, por toda leitura e edição. Pelas partilhas e direções acadêmicas.

Ao Carlos Rocha, por me fazer feliz, por compreender meus momentos de ausência e por me motivar a buscar o melhor.

A minha Cecília, que está me permitindo sentir um amor que nunca imaginei existir, a cada mexida, a cada chute me deixa mais apaixonada.

Ao Guilherme, a Paola e Thiane por me permitirem executar minha experiência como Pedagoga, meus pequenos cobaias.

A querida Isalu Mauler, que ficou feliz com minha aprovação como se fosse ela mesmo, obrigada por toda ajuda de sempre.

Ao Grupo Geam, por todo compartilhar de conhecimento em cada atividade, cada evento, em cada momento, em especial nas pessoas de Kalyne Cruz, Cassio Campelo, Zoraide Lopes, Kassia Miranda e Gilmara Bezerra.

A Dayse Costa, por sua amizade e ajuda desde o início do meu ingresso na pós-graduação, obrigada por me socorrer nos momentos de dúvidas.

A Vanessa Costa, por me motivar e auxiliar desde o momento em que decidi me inscrever na seleção do processo seletivo, obrigada mana.

A equipe do Curso de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social, que me apoiaram na pesquisa e com quem tive grande gratidão em partilhar conhecimento, em especial Rosemildo Lima, Mílvio Ribeiro, Rosivan Nilander, Ana Paula Monteiro e Maria do Socorro Farias.

Aos discentes do de Especialização em Educação Pobreza e Desigualdade Social, pólo Melgaço que em muito contribuíram com minha pesquisa.

Ao Programa de Pós-Graduação em Educação PPGED/ UFPA, pela oportunidade de aprofundar meus estudos, enriquecer meus saberes e partilhar meus sonhos. Agradeço aos professores e professoras do Programa em especial aos professores Ney Cristina e Gilmar Pereira, professores estes que no início do curso nos motivaram a persistir na caminhada.

Ao Prof. Dr. Gilmar Pereira da Silva pela contribuição fundamental na construção deste trabalho, e ainda pela sensibilidade em acrescentar as lacunas existentes e me fazer acreditar que é possível romper com o que está posto, pelo seu exemplo como profissional, como professor e ainda como examinador

Ao Prof. Dr. Mario Vasconcelos Sobrinho, pela impar contribuição à esta dissertação, pelo direcionamento e luz que eu precisava. Sou grata professor, por você com tanta sensibilidade conseguiu entender sobre o que gostaria de falar e me apresentou uma literatura muito diferente do meu habitual, mas que me permitiram novos conhecimentos e uma enorme satisfação em poder conhecer mais um pouco sobre desenvolvimentos e suas perspectivas.

Aos meus familiares, por toda energia positiva emanada durante a caminhada.

A todos os meus amigos que compreenderam e compreendem minhas ausências ao longo do período em que emergi na produção deste estudo.

A todos que contribuíram direta e indiretamente para esta dissertação, o meu muito obrigada!

Liberdade essa palavra que o sonho humano alimenta:
Que não há ninguém que explique,
E ninguém que não entenda!
(Cecília Meireles - Romance XXIV do Romancero da
Inconfidência)

RESUMO

O presente estudo analisa a concepção de desenvolvimento que o programa social Bolsa Família estabelece com a educação e que perspectiva de transformação social verifica-se a partir da inserção deste, na realidade do Município de Melgaço que se localiza no Arquipélago de Ilhas do Marajó, distante 250 km em linha reta de Belém, tal município tem a especificidade do título de pior IDH do Brasil, 0,418, o mais baixo dos 5.565 municípios pesquisados. A pesquisa caracteriza-se por sua abordagem qualitativa híbrida e como principal instrumento de coleta de dados utilizou-se a entrevista semi-estruturada, cujos dados foram tratados à luz da análise temática de conteúdo. A concretude da pesquisa se compõe entre fontes bibliográficas, livros, legislação, artigos, documentos e ainda a visita in loco com depoimento dos bolsistas do Programa, representantes da Secretaria de Educação, Diretores de Escola e Professores. A partir, da análise dos dados coletados, verificou-se a positividade do Programa na minimização da pobreza e extrema pobreza, na condição de geração de renda que o Programa fornece para o referido município, na importância de permitir o acesso e permanência dos alunos na escola por conta das condicionalidades existentes no Programa, mas que segundo pais e professores é válida, pois é a garantia que as crianças tenham maior instrução e não continuem no ciclo de pobreza “estabelecido na família”. A garantia de tal renda garante diretamente a permanência da criança/adolescente na escola, já que a transferência de renda direta fornecida pelo governo é uma das garantias de sobrevivência do município. Segundo dados do Portal Transparência do ano de 2015, que aguarda atualização o Município de Melgaço recebeu 38.569 pagamentos do Bolsa Família, um total de R\$ 10.685.079,00 de reais, que pode significar que os municípios mais pobres acabem recebendo mais recursos do Bolsa Família do que o próprio repasse tributário.

Palavras-chave: Programa Social Bolsa Família; Educação, Desenvolvimento, Políticas Públicas Sociais.

ABSTRACT

The present study analyzes the conception of development that the social program Bolsa Família establishes with education and that perspective of social transformation is verified from the insertion of this, in the reality of the Municipality of Melgaço that is located in the Archipelago of Islands of the Marajó, distant 250 km straight from Belém, this municipality has the specificity of the lowest HDI title in Brazil, 0.418, the lowest of the 5,565 cities surveyed. The research is characterized by its hybrid qualitative approach and as the main instrument of data collection was used the semi-structured interview, whose data were treated in light of the thematic content analysis. The research is made up of bibliographical sources, books, legislation, articles, documents and an on-site visit with testimony from the scholarship holders of the Program, representatives of the Department of Education, School Directors and Teachers. Based on the analysis of the collected data, the program was positively evaluated in the minimization of poverty and extreme poverty, in the condition of income generation that the Program provides to the said municipality, in the importance of allowing students access and permanence in the Because of the conditionalities in the Program, but according to parents and teachers, it is a guarantee that the children will have more education and will not continue in the "family-based" poverty cycle. The guarantee of such income directly guarantees the permanence of the child / adolescent in school, since the transfer of direct income provided by the government is one of the municipality's survival guarantees. According to data from the Transparency Portal for the year 2015, which awaits updating, the Municipality of Melgaço received 38,569 payments from Bolsa Família, totaling R \$ 10,685,079.00 in reais, which may mean that poorer municipalities receive more resources from Bolsa Família than the tax transfer.

Keywords: Bolsa Família Social Program; Education, Development, Public Social Policies.

SUMÁRIO

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS	13
INTRODUÇÃO	15
I. O Olhar teórico da Pobreza e Desigualdade Social	25
1.1 Diversidade entre Pobreza e Desigualdade Social	32
1.2 Relações entre Educação, Pobreza e Desigualdade Social.	34
II – EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS	39
2.1 Uma consideração sobre desenvolvimento.....	39
2.2 Desenvolvimento econômico: Uma definição	40
2.3 O desenvolvimento econômico no Brasil: Uma análise das contribuições e suas implicações	45
2.4 Desenvolvimento econômico e a relação com educação formal	48
2.5 Pobreza e Currículo.....	54
III- AS POLÍTICAS SOCIAIS DO GOVERNO LULA E DILMA E SEUS IMPACTOS NA MINIMIZAÇÃO DA POBREZA.....	58
3.1 O Estado e as Políticas Públicas	58
3.2 As Políticas Públicas no Brasil	60
3.3 As Políticas Sociais do governo Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003- agosto de 2016)	62
3.3.1 Um novo capítulo na história política do Brasil	67
IV- O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL E NO MARAJÓ/MELGAÇO	73
4.1 O Programa Bolsa Família	73
4.2 O Programa Bolsa Família em Melgaço	81
4.2.1 Caracterização da Pesquisa: Lócus da Pesquisa Município de Melgaço - Aspecto histórico e físico-geográfico	81

4.2.2 Análise e Tratamento dos Dados.....	89
4.2.3 Os sujeitos da pesquisa: O perfil dos entrevistados	92
4.2.4 Análise das Categorias	95
CONSIDERAÇÕES	102
REFERENCIA	107
APÊNDICE	111

BF – Bolsa Família

BIRD – Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BM – Banco Mundial

CAGED – Cadastro Geral de Empregados e Desempregados

EA – Educação Ambiental

FMI – Fundo Monetário Internacional

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação –

GEAM – Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IDH – Índice de Desenvolvimento Humano

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MASP – Museu de Artes de São Paulo

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MEC – Ministério da Educação

MTE – Ministério do Trabalho e Emprego

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONG – Organização Não Governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PARFOR – Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica

PCN – Parâmetros Curriculares Nacionais

PEA – População Economicamente Ativa

PIB – Produto Interno Bruto

PNA – Plano Nacional de Alfabetização

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNB – Produto Nacional Bruto

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

PPGED – Programa de Pós-Graduação em Educação

PPP – Projetos Políticos Pedagógico

PRONATEC – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

REUNI – Reestruturação e Expansão das Universidades Federais

SEDUC/PA – Secretaria Estadual de Educação do Pará

TSE – Tribunal Superior Eleitoral

UFPA – Universidade Federal do Pará

USAID – United States Agency for International Development

INTRODUÇÃO

As motivações e propensões que originaram esta produção acadêmica têm como suporte duas primordiais justificativas, que são meu percurso acadêmico profissional trilhado até aqui que me permitiu o contato com a realidade do município de Melgaço me deixando impactada pela carência nos serviços públicos do município que é considerado o pior Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) do país, é um município pobre que se mantém em sua grande maioria da transferência de renda direta, como logo a frente será apresentado. Minha segunda justificava se pautava no interesse em querer analisar se há contribuição de programas sociais, das políticas públicas atuais, a exemplo do programa bolsa família para a melhoria do acesso a educação, do desenvolvimento econômico do município, bem como no desempenho escolar, auxiliando a minimização da pobreza e na sua relação com o meio ambiente. Meu interesse pela temática em Educação Ambiental manifestou-se em 2008, quando iniciei minha trajetória no Ensino Superior na Universidade Federal do Pará (UFPA) no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia que ingressei através das cotas, e vinculei-me ao Grupo de Estudos em Educação, Cultura e Meio Ambiente (GEAM). Nesse mesmo ano a UFPA em parceria com a Secretaria Estadual de Educação do Pará (SEDUC/PA) lançou o edital do Programa Fortalecer que tinha como objetivo encurtar a distância que há entre a realidade das escolas públicas de Belém e os cursos de Licenciatura, Programa esse que somente alunos cotistas podiam atuar.

E assim, tive a oportunidade de compor a equipe que trabalhou na Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio Prof. Antônio Gomes Moreira Júnior, no bairro Val-de-Cães por meio do projeto coordenado pela Profa Dra. Marilena Loureiro da Silva intitulado “Rodas de Educação Ambiental e Protagonismo juvenil na escola.” que compunha o Programa Fortalecer, no momento que estávamos com alunos buscávamos saber o que aquelas crianças e adolescentes sabiam ou conheciam sobre o tema, e foi fantástico revelar que o Meio Ambiente não é só o verde, só os animais ou a natureza.

Segundo Reigota (2004, p. 14) meio ambiente é:

O lugar determinado ou percebido, onde os elementos naturais e sociais estão em relações dinâmicas e em interação. Essas relações implicam processos de criação cultural e tecnológica e processos históricos e sociais de transformação do meio natural e construído.

O meio universitário representa um importante espaço de formação de futuros profissionais, inclusive dos professores, e por assumir um significado de maior importância na sustentação de processos e incorporações, é fundamental que se insira a EA neste momento

inicial de formação bem como na formação continuada ou nos programas de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) ou ainda na extensão.

Detendo-nos na formação dos profissionais da educação, podemos considerar entre alguns dos pontos críticos a formação de professores, a atuação na formulação e a implantação de políticas públicas na área da EA, pois, os profissionais que atuam nessa área formam-se no dia a dia, intuitivamente ou pela ação reflexiva quando têm a oportunidade de participar de alguma ação, ou grupos de pesquisa por meio de debates e discussões, que acontecem pela ausência de processos que definam os conhecimentos específicos prévios em EA e políticas públicas. Faz-se essencial a formação de profissionais que não se restrinjam a planejar e implantar projetos pontuais, mas que efetivamente executem a perspectiva transversal e interdisciplinar conhecendo basicamente as leis que regem a EA e que os cursos de formação dêem subsídios para a efetivação desta ação diminuindo assim a ausência nos cursos universitários, nas graduações e inclusive, pós-graduações, a carência desse tipo de formação.

Cursei as disciplinas Sociologia da Educação e Biologia da Educação que transversalmente contribuíram na minha formação acadêmico-profissional de uma Educação Ambiental Crítica segundo a Resolução 2669/99 do Currículo do Curso de Pedagogia as disciplinas no compunham o Núcleo Básico

Parágrafo 1º: O Núcleo Básico terá como objetivo capacitar o pedagogo através de uma formação teórico-prática que favoreça a apropriação dos fatos e teorias que servem de base para a construção dos processos educativos em seus diferentes espaços e dimensões.

De forma proveitosa, porém superficial e resumidamente cursei as disciplinas Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Ciências e Fundamentos Teóricos e Metodológicos do Ensino de Geografia que conforme o Parágrafo 2º da mesma resolução compõe o Núcleo Específico

Parágrafo 2º: Núcleo Específico visará a qualificação do pedagogo para os diferentes campos de atuação profissional, que traduzem o âmbito da especificidade da sua formação e atuação profissional.

Esses dois núcleos eram comuns a todos os cursistas que eram regidos por aquela resolução e se configuram em caráter obrigatório como era definido no Parágrafo 4º da resolução do Curso - Os Núcleos Básicos e Específicos serão obrigatórios, e definem a base comum de formação do pedagogo.

No Núcleo Eletivo optei por cursar disciplinas que tratavam das questões sócio ambientais me aproximando da realidade em que estava inserida presente no Currículo do Curso de Pedagogia– Resolução 2669/99

Parágrafo 3º - O Núcleo Eletivo terá como objetivo possibilitar ao aluno a construção de um percurso acadêmico próprio, adequar o currículo do curso às diferentes realidades regionais dos Campi, atender a perspectivas profissionais não contempladas no núcleo básico e específico, além de estabelecer uma relação mais dinâmica do curso com a realidade social, tendo em vista um currículo mais flexível e aberto a novas exigências teórico-práticas e profissionais suscitadas por novas exigências históricas.

As eletivas permitiram que eu minimamente encurtar-se a distância entre o que se percebe como teoria e o que se percebe como prática cursei as eletivas:

Ecologia e Biodiversidade – 45h: Ementa: Fundamentos de Ecologia. Níveis de organização. Indivíduos, população e comunidade. Sistema biológico e ecossistema. Fatores ambientais e genéticos que afetam a biodiversidade.

Educação e Problemas Regionais – 45h: Ementa: Os resultados da intervenção humana sobre as regiões ricas em recursos naturais: os casos das sociedades desenvolvidas e das sociedades retardatárias. O caso histórico da Amazônia como região rica em recursos naturais: das drogas do sertão aos dias atuais Os grandes projetos amazônicos e suas consequências sócio - ambientais. O papel da educação frente aos problemas regionais e suas contribuições ao desenvolvimento sustentável da sociedade amazônica.

Dessa forma, pude me envolver e sentir-me fazendo parte do meio em que vivia e cada vez mais minha curiosidade pela EA crescia e me sentia na obrigação de alimentá-la, buscava então ler e conviver com pessoas com mais experiências que pudessem me proporcionar maiores conhecimentos.

O caminho percorrido para a construção e fortalecimento de um conceito crítico em bases teórico-metodológicos da EA, fez-me perceber que uma educação voltada para o entendimento nos marcos totalitário, é capaz de desenvolver condições harmoniosas entre o ser humano e a natureza, pautada na historicidade fato estes que não podem ser vistos isolados, pois, como alerta (LOUREIRO; LAYRARGUES 2013. P. 68):

[...] definitivamente não é possível conceber os problemas ambientais dissociados dos conflitos sociais; afinal, a crise ambiental não expressa problemas da natureza, mas problemas que se manifestavam na natureza. A causa constituinte da questão ambiental tem origem nas relações sociais, nos modelos de sociedade e de desenvolvimento prevaletentes.

A educação pautada em um pensamento ambiental crítico é capaz de formar uma cidadania capaz de transformar os valores e atitudes, criando uma nova ética que sensibilize e conscientize os indivíduos para as relações integradas entre ser humano – natureza – sociedade, objetivando o equilíbrio local e global.

Tive oportunidade então de trabalhar no Porto de Vila do Conde, cidade de Barcarena – município de Abaetetuba.

Acredito que nesse projeto pude vivenciar e experimentar novas sensações amadureceram em mim e me apaixonei ainda mais pela EA, recordo-me de uma ação intitulada “O Porto na Praia” realizada na praia de Vila do Conde, esta foi simplesmente espetacular para mim, organizamos um teatro com materiais recicláveis, confeccionamos brinquedos com material que as próprias crianças e comunidade envolvida no entorno da escola, pessoas essas que aproveitavam toda oportunidade de conhecimento para somar em seus conhecimentos adquiridos, e que muitas vezes não tinham outra oportunidade além da escola e das ações que o projeto do referido Porto forneciam, com tal ação mencionada acima, as crianças e os adultos ficaram encantados com a possibilidade de reaproveitar e reconstruir, foi de grande satisfação pessoal esse evento, pois pude perceber a alegria nos olhos de cada um ou pelo teatro que foi apresentado ou por terem criado suas artes com o material que recolheram na praia.

Em uma perspectiva crítica ampliou-se a visão a respeito do meio ambiente e de seus componentes, que para Loureiro (2009) estudar EA, é apropriar-se do contexto, dos valores, das atitudes. É um alargar de dimensões intrínsecas aos processos educativos, ontológicos e mesmo epistemológicos, de acordo com Guimarães (1995) a EA é uma dimensão necessária a Educação em geral.

Em 2011, fui convidada para compor a equipe da Coordenação do Curso de Pedagogia do Plano Nacional de Formação de Professores da Educação Básica - PARFOR/UFPA no Curso de Pedagogia, sobre Coordenação da Prof^a Dra. Maria Ludetana Araújo. Meu envolvimento com o PARFOR foi de grande enriquecimento para minha formação político-acadêmica sobre as políticas públicas educacionais, realizadas no país, no Pará, na Amazônia. E foi neste momento de minha vida que tive a oportunidade de conhecer alguns municípios e entre eles Melgaço, o qual me impactou por sua realidade, e despertou-me o interesse por querer analisar se os programas sociais, a educação formal e o meio ambiente contribuíam (e de que forma) para o desenvolvimento local e das pessoas que nele residem já que este em 2013, no Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, realizado pelo Programa das Nações

Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), que é um Órgão da Organização das Nações Unidas (ONU) foi considerado o município com pior IDH (0,418). Em 2012 o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou em censo realizado e afirmou que 12 mil dos 24 mil habitantes da cidade não são alfabetizados, apenas 681 pessoas frequentam o ensino médio e que os habitantes dependem da ajuda dos governos federal, estadual e municipal para manter sua renda e garantir direitos.

Já em 2015, mesmo ano que ingressei no Programa de Pós-Graduação em Educação no Mestrado Acadêmico em Educação (PPGED/UFPA) na linha de Políticas Públicas, fui convidada para integrar a equipe do Curso de Especialização em Educação, Pobreza e Desigualdade Social.

E então por integrar a equipe que discute por meio da Especialização um tema tão importante e grandioso para a política pública nacional, questão esta que gera impacto social e tem como finalidade a provocação de debates, reflexões e proposição de ações, sobretudo no que diz respeito aos processos de educação que envolvem sujeitos que vivenciam a experiência da pobreza ou da extrema pobreza, além de ajudar no desenvolvimento de práticas político-pedagógicas que possibilitem a transformação das condições de vivência na pobreza e na extrema pobreza de crianças, adolescentes e jovens considerei como um privilégio poder desenvolver uma pesquisa de Dissertação de Mestrado tendo tema: **RELAÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E POBREZA NA AMAZÔNIA PARAENSE: um estudo sobre o Programa Social Bolsa Família na Ilha do Marajó – Município de Melgaço.**

PROBLEMA E OBJETIVOS DE PESQUISA

Ponderando as investigações realizadas e minha trajetória como pesquisadora apresentamos como problemática da pesquisa: Como o programa social Bolsa Família impacta nos resultados de aprovação/evasão escolar e se este auxilia na minimização da pobreza, visto que o município analisado é considerado pelo IBGE a partir do censo de 2010 o pior IDH do país, por este ser um município pobre onde a população se mantém basicamente dos recursos da transferência de renda direta nos despertou o interesse pelo estudo a partir de tal problema.

QUESTÃO NORTEADORA

A partir do problema de pesquisa apresentado, indicamos como questão norteadora:
Que contribuição o programa social Bolsa Família oferece nos resultados de aprovação/evasão escolar no Município de Melgaço?

OBJETIVOS

Com a intenção de responder ao problema de pesquisa, estabelecemos como objetivo geral:

- Analisar se o programa social Bolsa Família impacta no resultado de aprovação/evasão escolar e auxilia na minimização da pobreza no Município de Melgaço?

E nesse seguimento determinamos como objetivos específicos:

- Analisar a relação do Programa Social Bolsa Família com a frequência escolar, acesso e permanência;
- Evidenciar a percepção dos bolsistas que participam do programa Bolsa Família;
- Investigar se o Programa Social Bolsa Família impacta na economia do Município de Melgaço/PA na Ilha do Marajó da Amazônia Paraense.

METODOLOGIA DE PESQUISA

Na evolução teórica desta produção acadêmica o caminho metodológico escolhido acatou aos requisitos da pesquisa qualitativa e quantitativa, visto que estas não se desagregam, nossa pesquisa é orientada pela perspectiva da educação ambiental crítica que se amplia a visão a respeito do meio ambiente e de seus componentes, que para Loureiro (2009) estudar Educação Ambiental, é apropriar-se do contexto, dos valores, das atitudes. É um alargar de dimensões intrínsecos aos processos educativos, ontológicos e mesmo epistemológicos. Sendo assim, não se pode desconsiderar nenhuma informação, por mais sucinta que possa aparentar, pois ela pode sustentar um potencial de elucidação do fenômeno a ser pesquisado. Onde conforme nos diz Chizzotti (2006, p.222):

O termo qualitativo implica uma partilha densa com pessoas, fatos e locais que constituem objetos de pesquisa, para extrair desse convívio os significados visíveis e latentes que somente são perceptíveis a uma

atenção sensível e, após esse tirocínio, o autor interpreta e traduz em um texto, zelosamente escrito, com perspicácia e competência científicas, os significados patentes ou ocultos do seu objeto de pesquisa. (Chizzotti, 2006, p.221)

A pesquisa qualitativa para Marschall (1989) são as questões e os problemas que vem de observações no mundo real, dilemas e questões, podemos então considerar que a abordagem adotada nos oportuniza entender que as ações podem ser mais bem compreendidas quando são observadas no seu ambiente habitual de ocorrência (Bogdan e Biklen, 1994, p.44). A pesquisa qualitativa é apontada por André (2005) como ideal para os estudos no campo da educação, pois pressupõe a investigação aprofundada dos comportamentos do homem em suas diversas instâncias. Por ser uma pesquisa que tem caráter exploratório, não tem como predominante a intenção de atingir os números como resultados, mas a percepção que por muitas vezes são imprevisíveis e que, no entanto, possam nos indicar o caminho para tomada de decisão correta sobre uma questão ou um problema, no entanto é importante ponderar que os métodos qualitativos e quantitativos de uma investigação científica não se isentam, mesmo tendo diferentes características trazem contribuições para a pesquisa uma combinação de estratégias de cunho racional e intuitivo com a possibilidade de auxiliar um mais sensato entendimento dos fenômenos. A pesquisa qualitativa diferencia-se entre si quanto ao método, à forma e aos objetivos, ou seja, um conjunto de diferentes técnicas interpretativas que visam descrever e/ou decodificar os componentes de uma estrutura multifacetada de significados, em especial nas ciências humanas, GODOY (1995a, p.62) enumera um conjunto de características essenciais capazes de identificar uma pesquisa desse tipo:

- 1) o ambiente natural como fonte direta de dados e o pesquisador como instrumento fundamental;
- 2) o caráter descritivo;
- 3) o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida como preocupação do investigador;
- 4) enfoque indutivo.

Na fase inicial da pesquisa nos consubstanciamos por meio de estudos bibliográficos a partir de materiais que dissertam sobre o assunto como livros, artigos, dissertações, teses, revistas, sites da internet. No decorrer da pesquisa fez-se uso da coleta de dados gerados no local de origem dos dados, de análise documental e bibliográfica além da pesquisa de campo com a realização de entrevistas semi-estruturadas com aplicação de questionários o que se configurava o passo mais delicado da pesquisa as pessoas selecionadas para constituir o estudo de caso que nos propormos a estudar, pois segundo Stake (1994, p.243), a seleção de pessoas, grupos ou lugares que vão constituir o “caso” é o “passo mais crítico da pesquisa do

estudo de caso” e então definidos como sujeitos a serem pesquisados, um Secretário de Educação do Município de Melgaço, a diretora de ensino vinculada a Secretaria Municipal de Educação do referido município, três professores, sendo um do meio rural e os demais do centro urbano, duas diretoras escolares sendo uma da zona rural e uma do centro urbano, e uma representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social.

São várias metodologias de pesquisa que podem adotar uma abordagem qualitativa, modo de dizer que faz referência mais a seus fundamentos epistemológicos do que propriamente a especificidades metodológicas. (SEVERINO, 2008 p.119).

Minayo (2006, p.164) ressalta que o estudo de caso:

Os estudos de caso utilizam estratégias de investigação qualitativa para mapear, descrever e analisar o contexto, as relações e as percepções a respeito da situação, fenômeno ou episódio em questão. E é útil para gerar conhecimento sobre características significativas de eventos vivenciados, tais como intervenções e processos de mudança.

No entanto, os aspectos qualitativos e quantitativos não podem ser ponderados de maneiras opostas ou que se excluam reciprocamente como instrumentos de análise. Ao se empregar o método qualitativo é possível acreditar que se está preocupado com o processo social do que propriamente com a estrutura social na tentativa de visualizar o contexto a qual se pretende inserir, no entanto é fundamental quantificar, expressar em números as informações da análise dos dados coletados e consecutivamente então fazer uma análise qualitativa do objeto analisado, sendo assim, então as técnicas complementam-se e contribuindo para um mais sensato entendimento do fenômeno estudado, Minayo (2007) afirma que o método qualitativo perpassa pelo quantitativo e vice-versa, onde ambos possuem importância; dessa forma, buscou-se através destes, confrontar as respostas obtidas como forma de legitimar a pesquisa.

Valemos-nos do uso de levantamento bibliográfico realizado por meio de documentos como livros, periódicos, artigos científicos, dissertações, teses, documentos oficiais e ainda de material pedagógico do Curso de Especialização em Educação, pobreza e Desigualdade Social ofertado pelo Ministério da Educação em parceria com algumas Universidades Federais, que nos alicerçaram como base para nossa concepção no campo analítico e as reflexões teóricas do estudo proposto.

No desdobrar da pesquisa definimos Melgaço como o único município a ser analisado e dessa forma consolidando o método do estudo de caso, pois baseado em (YIN, 2005, p. 20)

essa delimitação nos permitiu uma investigação para se preservar as características holísticas e significativas dos eventos da vida real.

O estudo de caso não pode ser nivelar a uma pesquisa que equivale a simplismo, uma vez que para a execução desta técnica se exige antes um enquadramento teórico adequado, com o domínio de instrumentos e em especial disponibilidade de tempo e atenção para que não se corra o risco de passar despercebidos em estudos de maior dimensão. Adotamos Yin, como um dos aportes teóricos por pactuar com sua perspectiva sistêmica e sociológica. A referida autora sustenta que o estudo de caso precisa estabelecer uma observação direta e organizar os dados em ambientes naturais, o que é diferente de confiar em “dados derivados” que são resultados de estatísticas, por exemplo. YIN (pag. 116).

Yin (pag. 117) (2005, p.383) apresenta três passos para o estudo de caso que são:

Primeiro passo: definir o caso que está a estudar

Segundo passo: optar por um estudo singular de caso (single study) ou por um estudo múltiplo de casos (multiple-case study);

Terceiro passo: decidir usar ou não desenvolvimento teórico (theory development) para ajudar a seleccionar o caso, desenvolver o protocolo de recolha de dados e organizar as estratégias iniciais de análise de dados.

Minayo (2008) descreve enquanto estudo de caso e sua classificação três fases

- 1) A exploratória, quando definido o objeto e desenvolvido teórico e metodologicamente;
- 2) O trabalho de campo, na interlocução entre prática empírica e levantamento teórico;
- 3) E análise e tratamento do material empírico e documental, momento em que serão interpretados os dados empíricos.

São etapas integrantes que nos instigam para um conhecimento transitório. Os dados produzidos são apresentados de acordo com os moldes de uma pesquisa social (MINAYO, 1999), exatamente por ser uma pesquisa onde os sujeitos e fenômenos são condicionados pelas relações sociais que mantêm no modelo de sociedade em que vivem, por meio da educação e das políticas públicas, tendo natureza de sobremodo política. Ao optar pela particularidade da pesquisa de estudo de caso no campo da Educação, temos a intenção de ultrapassar o olhar ingênuo que Kosik (1995) aponta a característica da subjetividade que passa além do realismo, onde o pensamento que destrói a pseudoconcreticidade para atingir a concreticidade é ao mesmo tempo um processo do curso do qual sob o mundo da aparência se desvenda o mundo real, por trás do movimento visível, o movimento real interno, por trás do

fenômeno,
a essência.

A presente obra se organiza em 04 seções, definidos em introdução que apresenta meu percurso acadêmico profissional trilhado, de forma resumida, em seguida se apresentam o problema de pesquisa, a questão norteadora, os objetivos do estudo e a metodologia adotada nesta pesquisa científica.

Na segunda seção apresentamos a relação entre Educação e o Desenvolvimento Econômico em seus aspectos teóricos e históricos. Delineamos a assimetria em relação a pobreza e a desigualdade social.

Na terceira seção dissertamos sobre as políticas públicas sociais em seus aspectos teóricos e conceituais, identificamos as políticas sociais efetivadas nos dos governos atuais e realizamos a caracterização do objeto desta dissertação com ênfase no lócus de pesquisa o município de Melgaço/Marajó-Pa.

A quarta seção refere-se à análise dos dados coletados, sendo baseado nas entrevistas realizadas com os professores, alunos e comunidade sobre como percebem o Programa Social Bolsa Família e a melhoria da educação e a redução da pobreza, análise realizada a partir das categoriais delimitadas.

Na seção final deste estudo expomos nossas aproximações conclusivas.

I – O Olhar teórico da Pobreza e Desigualdade Social

Nesta seção, pretendemos delinear conceitos científicos de algumas concepções pobreza e de desigualdade social, já que essas mazelas sociais estão presentes atualmente em grande parte do mundo, pois são inerentes a qualquer forma de estruturação social, ocorrendo por vezes o entendimento diferente de acumulação de bens materiais aos sujeitos de uma sociedade.

A pobreza não prejudica somente a estrutura econômica/financeira de um país ou indivíduo, mas também entre tantos fatores como o bem-estar físico, psicológico e não menos importante o indivíduo se reconhecer socialmente capaz de reivindicar direitos, como alguns autores, como exemplo Ferreira (2000), Salama (2001), Feitosa (2013), afirmam que a raiz do problema está relacionada ao modelo econômico de consumo que a sociedade esta inserida atualmente.

É utópico definir com solidez e equilíbrio científico o conceito de pobreza já que a bibliografia apresenta conceitos desenvolvidos por determinados grupos sociais a partir da

concepção de realidade social que estão incorporados, o que significa que o conhecimento da pobreza só existe através de representações dominantes e contraditórias em confronto, numa dada sociedade, num determinado momento histórico (BOUGET; NOGUES, 1994, p. 72).

A pobreza por ser um fenômeno que pode ser analisado através de diferentes concepções, para Altimir (1981) a explicação teórica deste fenômeno se dá em dois campos. A primeira se caracteriza nos esquemas valorativos conservadores, onde a pobreza é vista como acumulação dos efeitos de imperfeições inerentes ao funcionamento de um sistema socioeconômico e estilo de desenvolvimento. Sendo a pobreza reduzida a dados estatísticos. A segunda se manifesta em um esquema valorativo igualitarista e participativo, cujo centro do processo de desenvolvimento é ocupado pela satisfação das necessidades humanas, materiais, psicológicas e políticas, sendo considerada urgente a satisfação das necessidades básicas, o que exigiria combinar a redistribuição com o crescimento.

Em uma abordagem mais estrutural a concepção de pobreza pode ser definida de forma que os pobres podem ser parcial ou definitivamente, descartados do mercado de trabalho por possuir renda instável, não possuir poder e a falta de instrução lhe impede a promoção social, que os condena a viver num quadro cultural no limite da exclusão (PAUGAM, 1993a, p. 21). No sistema capitalista de produção, a força de trabalho é o fator essencial para a expansão do capital, e “acumular capital é, portanto, aumentar o proletariado” (MARX, 1980, p. 714).

O autor Asef Bayat (2000) intitula a população menos favorecida economicamente como “populações subalternas urbanas do Terceiro Mundo”, e indaga algumas teorias ao analisar a teoria da cultura da pobreza de Lewis (1960) que evidencia os pobres como politicamente passivos, e limita a uma questão cultural ou de tradicionalismo, nasceu pobre e será assim até o fim ou a falta de ambição, Bayat, porém pondera para o caráter essencialista desta teoria e aponta as críticas incisivas que ratifica a pobreza como um dos produtos do capitalismo e que o mito de que os pobres são politicamente passivos pode ser uma forma de controle social destes indivíduos. A pobreza tem múltiplas facetas sendo esta mazela espacial e relacional já que se altera com o espaço, com o tempo e com as relações compartilhadas pelos sujeitos sociais

Bayat ao abordar a teoria de James Scott, (1980) que versa sobre as estratégias de sobrevivência e destaca o lado de sofredor/vítima do pobre, e reconhece um papel ativo na busca de formas de sobrevivência, como por exemplo, prostitutas. Asef Bayat pondera a

característica reducionista, pois esta teoria não reconhece as oportunidades positivas que podem promover melhorias sociais para os grupos.

A teoria da politização dos pobres que tem como base a Teoria dos Movimentos Sociais Urbanos de Castells e a Teologia da Libertação na América Latina (1970/80) diferentemente das teorias anteriormente apresentadas, nesta teoria os pobres não são “marginalizados”, estes estão incorporados mesmo que dependentemente, na sociedade em que estão inseridos e por meio dos movimentos sociais urbanos estes sujeitos podem labutar por avanços para o bem coletivo. Bayat diz que os Movimentos Sociais Urbanos é um episódio latino-americano, já que nos outros países do “Terceiro Mundo” a particularidade assistencialista e dificilmente permitirá uma mobilização política transformadora, sendo assim se torna uma teoria latino-centrismo.

No que se refere à teoria de paradigma da resistência dos pobres que se baseia nas teorias do micro poder de Foucault e da política da cultura neogramsciana, (1980-90), esta teoria afirma que há resistência onde está o poder e mesmo que não se tenha uma ação coletiva pode-se surgir possibilidade de luta, isso pode ocorrer inclusive na educação, em especial na educação popular. Bayat critica a indefinição conceitual desta teoria e questiona a possibilidade dos pobres resistirem sempre, para isso admite como base Scott (1986), onde apresenta o caráter impreciso desta teoria para ações coletivas, já que a resistência é construída como um ato político intencional.

Bayat (1990) formula a teoria de política da rua, que tem por objetivo retomar as infrações praticadas de forma ilegal por trabalhadores informais, que para sua sobrevivência ocupam espaços públicos como meio de assegurar seu trabalho que são os camelôs, ambulantes, por exemplo. E que quando ameaçadas pelas autoridades políticas ou econômicas se organizam em resistência ou por manifestações ou reação coletiva, no entanto, segundo o autor, este “não-movimento não é capaz de transformações políticas mais abrangentes e mesmo não é este seu objetivo” (Bayat,2000, p. 553). Todavia, poderá tornar-se um ator político na medida em que é “mobilizado em bases coletivas, e suas lutas são articuladas a movimentos sociais mais amplos e a organizações da sociedade civil” (ibid., p. 554). A noção de pobreza é também frequentemente relacionada com o conceito de cidadania, na medida em que a pobreza é vista como ausência de direito e, nesse sentido, embora não se dissocie do campo econômico, a pobreza é situada essencialmente no campo político (TELLES, 1992).

Percebe-se então uma tendência para a naturalização do pobre como protagonista política e tentar sobrepujar a ideia de “classes perigosas”, porém são estigmatizados como “rebeldes silenciosos” que resistem massivamente quando ameaçados em sua sobrevivência,

sem questionar criticamente o modelo neoliberal vigente. Mesmo que se identifiquem algumas causas da pobreza em fatores objetivos, como o desemprego, existem ainda fundamentos encontrados em posturas tradicionais, onde se percebe o pobre como diferente e inferior, posto que suas origens, ações e atitudes são consideradas as reprodutoras da pobreza dos adultos e de seus filhos(KATZ, 1989, p. 16).

Em uma concepção liberal Gazier (1981, p. 194), identifica que os horizontes das análises ortodoxas definem como pobre uma pessoa que dispõe de renda insuficiente para efetuar os investimentos em capital humano necessários a uma inserção normal nos equipamentos coletivos. O autor ressalta duas etapas de cunho teórico a primeira se trata de uma etapa qualificada de produção, que visa a máxima eficiência da produção e estabelece a economia de mercado como necessária para essa eficiência. A segunda pauta-se na psicologização de tensões que individualiza não se levando em conta todo o processo de produção social e política dos fenômenos e nas inaptações sociais devido a situações de pobreza. Portanto, segundo o autor as análises ortodoxas se orientam em uma visão individualista, que acarreta em um dilema ou os pobres são na sua maioria são racionais ou não o são; se a racionalidade do poder é admitida, então, é também possível racionalizar a luta contra à pobreza, pela serelização dos pobres segundo os tipos de racionalidade que lhe é atribuída e os custos decorrentes (GAZIER, 1981, p. 204).

O mesmo autor afirma que em uma visão neoclássica do neoliberalismo que predomina nos Estados Unidos depois de 1960 a vertente de análises ortodoxas, em seu debate teórico sugere a focalização sobre o capital humano, e a formação dos pobres como investimento para superação da pobreza. O entendimento é de que o combate à pobreza dar-se pelo enfrentamento da baixa produtividade. A corrente neoliberal tem sido fortemente influenciada pelas posições de Milton Friedman expressas em *Capitalismo e Liberdade*, originalmente publicado em 1962, tendo como idéia central a liberdade do indivíduo e pondera que as organizações sociais devem desconsiderar qualquer tipo de intervenção que dificulte o exercício da liberdade individual. E nesse sentido, programas sociais que se destinam a fornecimento de renda, representam uma intervenção com ameaça aos interesses e liberdades individuais, sendo uma coerção à liberdade de escolha, visto como responsável pela crise econômica, ao provocar a elevação crescente do déficit público. Para o referido autor o bem-estar social é visto como provocador de desestímulo ao trabalho e à concorrência, com conseqüente diminuição da produtividade. Segundo Draibe (1993, p. 89) o neoliberalismo reduz-se a um sistema de proposições práticas para a gestão pública, se

pautado nas ideias de primazia do mercado e do Estado mínimo, na busca da eficiência e da eficácia como seus corolários ideológicos, mesmo que sob a aparência da desideologização da política. A matriz neoliberal pressupõe cortes em despesas sociais, redução de programas sociais públicos, restringindo o Estado em sua ação social em especial a programas assistenciais, que focalizam a pobreza, em complementação às ações da comunidade.

A bibliografia tem apresentado a pobreza de forma dual, como tentativa de caracterizar suas expressões empíricas, a primeira se pauta na insuficiência dos níveis de vida e a segunda se refere desigualdade na distribuição de recursos, originando a concepção de pobreza absoluta e pobreza relativa. A pobreza absoluta se define a partir das funções fisiológicas, que se refere a uma renda insuficiente para adquirir bens considerados essenciais para a garantia de necessidades mínimas como moradia, saúde e educação por exemplo. (MILANO, 1988, p. 22). A concepção de pobreza relativa se alicerça na idéia de desigualdade de renda que considera a estrutura e a evolução da renda média, que varia conforme a renda nacional, considerando não só as necessidades essenciais, mas também as vantagens oferecidas pela sociedade (MILANO, 1988, p. 23). A pobreza relativa, considera alguém como pobre por se situar abaixo de uma determinada escala de renda ou por dispor de rendas inferiores ao limite que representa a renda média ou mediana de uma população (EUZEBY, 1991, p. 10)

No entanto, a abordagem teórica que alicerça este trabalho se fundamenta na concepção de Amartya Kumar Sen, economista indiano, ganhador do prêmio Nobel de Economia em 1998, que empenhou-se no conhecimento sobre questões de cunho público, tendo como substrato para seu estudo o economista Kenneth Arrow (considerado um dos fundadores da moderna economia neoclássica), porém, o pensamento de Sen tem como abordagem a noção de capacidades (capability).

Para o autor, cada ser humano possui conjuntos de capacidades que são seus condutores de funcionamento, ou seja, “o estilo de vida de cada um” sendo assim, portanto, ao se privar este indivíduo do que Sen trata como capacidades (capacidade de ser, capacidade de ter e capacidade de poder) se limita e se perde a liberdade pessoal. E como forma de enfrentamento para esta liberdade o autor afirma que serviços sociais e fatores econômicos (saúde, educação e emprego) são importantes para uma legítima oportunidade de enfrentamento. O que nos remete a ponderar que para Sen, a pobreza é a privação de capacidades básicas que não somente tem haver com a baixa renda econômica, evidentemente que a falta de renda por si só, reflete na economia do país e igualmente dificulta a conversão da renda em funcionamentos socialmente adequados.

A concepção assumida neste trabalho indica a ânsia em modificar o motivo do desenvolvimento enquanto divisão de recursos para desígnios com alcance de realização com valores individuais ou coletivos, já que para as capacidades humanas a pobreza é relativa à riqueza. Já que, por exemplo, um pobre desempregado, que recebe benefício/auxílio do governo, porém sadio tem uma privação menor que um rico acometido por uma grave doença. Este exemplo foi mencionado porque as áreas de saúde, educação e desenvolvimento para Sen (2000) afirma que “o fato de que a educação e os cuidados de saúde podem ser produtivos a ponto de aumentarem o crescimento econômico reforça o argumento para conferir maior ênfase a esses arranjos sociais em economias pouco desenvolvidas”. Ou seja é importante sim, aniquilar a pobreza medida pela renda, pois com educação básica e serviços de saúde de qualidade e acessíveis se eleva a capacidade de alcançar uma renda, e para além disso, quanto maior esse alcance maiores as chances de superação de extrema pobreza ou penúria.

Porém, como nos alerta Sen, a redução da pobreza medida pela renda não pode ser o único objetivo de políticas de combate à pobreza, tal mazela não pode ser circunscrita somente pela renda e querer justificar socialmente que os investimentos aplicados em serviços sociais são meios para a redução de tal, isso é confundir os fins com os meios (SEN, 2000, p. 114). A pobreza segundo o autor precisa ser entendida como uma privação da vida, porém estes indivíduos acometidos de tal privação possuem liberdade e capacidade humana para sua superação, no entanto, o aumento dessas capacidades aliada a expansão de produtividades pode ajudar na aquisição de renda fazendo com que diminuía as privações humanas. Uma abordagem de concepção multidimensional do desenvolvimento é vital para Sen, já que a ampliação e acesso ao mercado favorece a oportunidade social; a visão de diferentes vias distributivas que assegurem o acesso a bens públicos por parte da população carente e ainda de subsídios/transferências de renda que visam o auxílio de aprimoramento das capacidades básicas, especialmente nas áreas de saúde, educação e segurança social.

A concepção de desenvolvimento como liberdade considera três aspectos:

a) em uma perspectiva liberal a expansão de liberdades não valoriza somente uma vida rica economicamente, mas também possibilita que pessoas sejam socialmente mais plenas, que interagem e influenciam no mundo em que vivem, como por exemplo, em uma discussão pública se expande capacidades básicas de todos os envolvidos, o que possibilita os direitos democráticos e faz com que as “necessidades” sejam melhor conceituadas em suas variadas dimensões e não reduzidas à questão da renda pessoal, familiar ou coletiva.

b) a partir de uma visão crítica do social, mesmo em países ricos financeiramente alguns de seus cidadãos sofrem desvantagens nos serviços básicos de atendimento como saúde, educação e emprego.

c) com base em dados históricos a cerca da democracia e privações sociais, em países democráticos de direito não há registros de epidemia de fome, já que as competências políticas assumem medidas preventivas em relação à fome e suas causas, visando a continuidade do poder político adquirido.

Sen usa a abordagem das capacidades, a capacidade de ser ao se referenciar ao desenvolvimento do individuo enquanto cidadão a partir do seu acesso aos serviços básicos como saúde, educação e moradia, a capacidade de ter que está ligada a capacidade de ser já que é preciso ser cidadão para ter a capacidade de consumo, de melhor emprego e assim ter renda para adquirir seus bens, e a capacidade de poder quando já se conseguiu atingir as duas capacidades anteriores e assim se consegue acessar os espaços de participação e que necessariamente perpassam pela educação, essas capacidades são maneiras para compreensão da injustiça social, no entanto estas não são claras de forma específica como anseia a justiça social, o referido autor desenvolve sua argumentação com criticas implícitas ao IDH, embora este tenha contribuído com ideias para tal índice, o pensador afirma que é necessário a existência de diversos elementos para a tomada de decisão mais concreta como: liberdade, capacidade, recursos, felicidade e igualdade são critérios a serem considerados, e que um sistema predeterminado não incorpora tais valores e elementos, e que portanto, não se traduz em um resultado único e hierárquico em um mesma sociedade, o que não pode também trabalhado de forma coerente e ponderada.

O desenvolvimento carece ser enxergado como expansão das liberdades que orienta para a ação fim muito mais do que para os meios de tal, ou seja, tal processo de expansão precisa da integração de diversas e diferentes entidades e/ou organizações sendo governo, empresas, meios de comunicação, instituições escolares, autoridades políticas entre outros, na tentativa de reconhecer os valores sociais imbricados e na liberdade resguardada das pessoas que se refletem nas ações sociais, na igualdade de gênero, no meio ambiente e até mesmo no planejamento familiar.

Sen (2000) chama atenção para o fato de que as liberdades não são apenas os fins primordiais do desenvolvimento, mas também os meios principais. Reconhecendo e fortalecendo a prioridade de valores sociais e individuais, mesmo com liberdades diferentes,

focando no propulsor que oportuniza tais condições, para isso o autor reconhece o papel positivo da condição de agente livre e sustentável e o papel positiva da impaciência construtiva.

É bem verdade que o exercício da liberdade é divulgado pelos meios de comunicação por valores, mas, esses valores, no entanto, são influenciados pelo debate público e pelas interações sociais, estes mesmos influenciados pelas liberdades de participação, sendo assim podemos suspeitar que as liberdades ligam-se umas às outras e com os fins de plenitude da liberdade humana em geral, se pensarmos que a liberdade política ajuda na segurança econômica, a liberdade social (em formas de serviços educacionais, por exemplo) facilita a participação econômica e a oportunidade de participação na produção ou no comércio podem ajudar a gerar renda social (público) ou individual (pessoal) estabelecendo e reforçando as diferentes liberdades.

1.1 Diversidade entre Pobreza e Desigualdade Social

Os problemas sociais afligem atualmente grande parte dos países, nações e Estados, no entanto, nesta pesquisa temos a intenção de nos deter na questão da pobreza e da desigualdade social que podem ser a gênese de outros impasses sociais e que mesmo assim muitas vezes não recebem devida atenção e cuidado, por parte dos governantes ou de quem esta no poder, para a tentativa de minimização ou erradicação desta calamidade. A pobreza subsiste nos países, pobres, ricos, desenvolvidos ou em desenvolvimento e esta atrelado ao desprovimento de capital que assegure a assistência para as necessidades básicas da coletividade social, nos serviços mais básicos que são de responsabilidade do Estado como saúde, educação, moradia, segurança pública e previdência social.

Na compreensão marxista, a pobreza não pode ser pensada isoladamente da riqueza, já que a concentração de riqueza, no pensamento marxista, é uma categoria fundamental na análise da pobreza, segundo Siqueira (2013), para Marx a pobreza não é apenas um aspecto marginal ou um problema de ordem colateral, trata-se de um momento central e fundante da acumulação capitalista.

A pobreza para o capitalismo é de certa forma essencial, já que este modo de produção acumula riqueza e assim conseqüentemente gera a não só a pobreza, mas também sua ampliação, pois a produtividade originada do capital não é compartilhada, mas sim apoderado

nas posses de poucos, fruto do abuso da mão de obra de outros e conforme Siqueira (2013), a pobreza não se caracteriza como aspecto residual e transitório do capitalismo, é estrutural e resultado do seu próprio desenvolvimento. O capitalismo não anula nem a pobreza e nem a riqueza, pois a produção de ambas é orgânica. E sendo assim, a pobreza é fruto do exíguo modo de produção do sistema vigente. Marx sustenta que o trabalhador é explorado pelo detentor de riquezas materiais, que este utiliza a mão de obra sem o seu justo pagamento e isso se torna a matriz de lutas das classes sociais. A pobreza pode ser entendida como a impossibilidade de uma pessoa ou grupo de converter em oportunidades a incapacidade de sustentar as suas necessidades básicas e alcançar o bem-estar devido à falta de meios econômicos.

As numerosas diferenças sociais existentes são constatadas, sobretudo nos países com índices elevados de pobreza, por intermédio de pesquisas divulgadas na mídia, bem como pesquisas realizadas pelos órgãos competentes que geram outras mazelas e a falta de acesso de serviços públicos. A desigualdade econômica, amplamente afamada, tem sua origem segundo alguns estudiosos, como Rousseau e Karl Marx, na remodelação do processo de produção do feudalismo para o capitalismo e que explorou a mão de obra de quem antes tinha sua própria terra para sua subsistência, essa desigualdade econômica pode ser caracterizada pela desproporção que um cidadão pode acumular bens e os desfrutar e outros cidadãos sem o mínimo de condições de sobrevivência.

Alvares e Porto (2006) utilizam a declaração em que o Banco Mundial afirma que as tendências de desigualdade mundial entre indivíduos refletem tendências da desigualdade entre países e da desigualdade entre indivíduos dentro dos países (2001, p. 51), ou seja, o foco é o indivíduo que deve buscar oportunidades para sair da situação de pobreza.

Marx revela que a desigualdade social é motivada pela divisão de classes, entre os burgueses detentores dos meios de produção e dos proletariados que detém a força de trabalho para sua sobrevivência. A intenção deste modo capitalista de trabalho é a manutenção deste modo de produção onde pouco se desembolsa para o trabalhador realizar seu trabalho e o dono do capital lucrar mais.

É primordial uma transformação na percepção da sociedade no que tange o pensamento da pobreza atualmente, uma nova concepção na verdade, que permita o ser humano perceber o outro mesmo que com suas restrições financeiras, com os mesmos direitos e deveres que todos os que se julgam ricos.

Já que nos dias que correm se prevalece uma visão preconceituosa e arcaica, onde alguns poucos que de fato são ricos e outros muitos que pressupõe não serem mais pobres por

não viver em extrema pobreza depreciam e menosprezam os possuidores de poucos recursos como, por exemplo, um acesso digno ao conhecimento, esperando que estes se conformem com tal condição e não busquem suas melhoras, para tanto a alteração de pensamento e concepção necessita de conhecimento de tal causa e que sobrepuja as classes sociais e perceba o outro como ser humano com necessidades e direitos como os demais.

1.2 Relações entre Educação, Pobreza e Desigualdade Social

A Constituição Federal de 1988 apresenta a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, com a pretensão de garantir a efetiva execução e inserção do ser humano a um Estado Democrático de Direitos. Após a II Guerra Mundial, com as desumanidades praticadas, desempenhou-se um movimento que legitimasse reconstruir os direitos humanos até aquele momento esfacelado, a Organização das Nações Unidas (ONU) em 10 de dezembro de 1948, aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que é uma resolução que funciona como uma recomendação, para a universalidade de direitos que se aplica a todas as pessoas.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos versa sobre os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais com o intuito de garantir mesmo que de forma sucinta a dignidade para os seres humanos. O I artigo da Declaração Universal dos Direitos Humanos, registrado no site www.dudh.org.br/definicao/documentos, versa sobre a igualdade dos cidadãos, e é redigido da seguinte forma: Art. I - Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos. Dotados de razão e de consciência, devem agir uns para com os outros em espírito de fraternidade. Os direitos humanos são essenciais e inerentes à pessoa humana e devem ser garantidos pelo Estado de forma que o garanta um minimamente a dignidade para todas as pessoas.

O direito à educação está inserido no contexto dos direitos sociais, econômicos e culturais, segundo a Constituição Federal de 1988, que são considerados os direitos fundamentais, ligados ao reconhecimento da dignidade da pessoa humana tendo como objetivos: a construção de uma sociedade livre, justa, solidária, com vistas para a erradicação da pobreza e redução das desigualdades sociais. A inter-relação entre educação, escola, políticas públicas educacionais, currículos e formação docente e o primeiro direito fundamental do ser humano a um digno viver de certa forma estão omissas não só no pensamento, mas também das políticas educacionais e sociais, e ainda da formação de

profissionais da educação básica e de profissionais envolvidos com políticas sociais que estabelecem relações com contextos empobrecidos.

Ações de combate à pobreza cujo alvo esteja situado apenas com base em aspectos econômicos não podem gerar resultados satisfatórios já que por vezes são medidas paliativas e limitadas, impedindo verdadeiras políticas de transformação o que nos remete ao pensamento dos autores Salama e Destremau (2001, p. 18), (...) finos conhecedores da pobreza no papel são incapazes de compreendê-la na vida cotidiana e, chamados à responsabilidade, preconizam políticas no mínimo inadequadas e comprometem o desenvolvimento humano e social de parte da sociedade.

A pobreza não é somente a insuficiência de renda, a incapacidade de gerar recursos ou a dificuldade para alcançar níveis mínimos de qualidade de vida como, por exemplo, a nutrição, a saúde, a alimentação, a moradia entre outros, mas também é caracterizada pela ausência de recursos para a satisfação das necessidades básicas como direitos educativos, morais, sociais, políticos, tecnológicos e ambientais o que dificulta o desenvolvimento social e humano. A desigualdade social se manifesta fundamentalmente pela desigualdade econômica, isto é, quando poucos indivíduos são detentores de muitos recursos econômicos e muitos cidadãos vivem com quase nada o que se caracteriza como uma má distribuição de renda e a falta de investimentos em políticas sociais.

É importante admitir que a pobreza e as desigualdades existem e as reconhecer como uma questão social, uma questão política e um problema de Estado com pretensões de políticas públicas estatais capazes de alterar essa realidade. Mais do que visualizar que as escolas estão repletas de crianças pobres é fundamental ponderar se este espaço tem competência de romper o paradigma que marginaliza os pobres, se é possível repensar os currículos e principalmente em nosso exercício profissional refletirmos sobre nossas práticas educacionais e de alguma forma reavaliar nossa sensibilidade para as questões da pobreza e suas vivências.

Para tanto, a escola tem atribuição de destaque na socialização/humanização da aprendizagem, dos valores, da cultura. E por ter considerável mérito, a educação, precisa ser comprometida e responsável com vistas a transformação não só do indivíduo mas como do ambiente em que ele está inserido, precisando ter caráter crítico e social. A educação formal tem como intenção/objetivo formar alunos com arrojos cidadãos e com atitudes que explorem atitudes, valores e análises críticas assim como orienta os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) (1997, p. 33),

Os valores orientam as ações e possibilitam fazer juízo crítico sobre o que se toma como objeto de análise. Vale lembrar que existem diferenças e até conflitos entre sistemas de normas na sociedade, que respondem de maneiras diversas às diferentes visões e interpretações do mundo.

Portanto, o espaço escolar é um espaço para debates, reflexões, ações e posicionamentos construídos coletivamente e não puramente impostos como Aranha (2002, p. 119) produz a educação se tornará mais coerente e eficaz se formos capazes de explicitar seus valores, ou seja, se desenvolvermos um trabalho reflexivo que esclareça as bases axiológicas da educação. No entanto, não podemos ocultar a importância da formação de valores na sua gênese que se realiza em âmbito familiar, ou então nos campos informais como na sociedade humana, nos movimentos/manifestações culturais. O ambiente escolar precisa romper com a visão individualista que exalta os que conseguem resultados positivos e rotulam como fracassado ou preguiçoso quem não obtém êxito, assim como precisa fortalecer positivamente as políticas sociais que garantam os direitos humanos sociais e o usufruto destes direitos em condições de igualdade para que tenham uma vida digna com garantia e proteção do estado de direito, como, a educação garantia à saúde, a moradia, a segurança, a alimentação, o trabalho entre outros e não mais admitir que os programas que asseguram esses direitos legítimos sejam conceituados como um desestímulo ao esforço de cada indivíduo. Sendo a vida um dos direitos mais valiosos é um dever público, portanto, o Estado deve garantir ações/programas que asseguram de forma eficaz e eficiente, sem que esses sejam classificados como assistencialistas.

A existência de indivíduos pobres ou extremamente pobres nas instituições de ensino formal nos provoca ultrapassar uma visão reduzida da pobreza ou da condição de pobreza torna-se essencial que se possa convergir para o centro das atenções, das discussões, dos debates e das ações da escola as condições sociais e materiais de vivências e sobrevivências dos seres humanos, já que a história de vida, as partilhas sociais e as experiências vividas são carregadas para dentro do espaço escolar, em pleno século XXI não se pode mais admitir que o cidadão pobre seja visto como desqualificado para o mundo do trabalho, isso pode até se caracterizar uma condenação de sobrevivência precarizada ou a uma condição de limite de sobrevivência.

Dessa forma é primordial a implementação de políticas públicas educacionais que sejam programadas e elaboradas para a melhoria da educação e conseqüentemente dos

aspectos sociais da sociedade. A luta por uma educação pública, de qualidade e com equidade precisa estar na pauta das lutas políticas, pois ensinar sem intencionalidade ou com vistas à neutralidade, os educandos que estejam vivenciando situações de pobreza pode favorecer, conservar ou ainda estimular as desigualdades econômicas atuais, já que a classe dominante¹ não admite o investimento de recursos do Estado para o bem estar social dos serviços públicos, entre eles a educação. Para isso, dispositivos legais e fundamentados em caráter permanente que execute a desconcentração de sendo a educação uma possibilidade.

A falta de oportunidade à instrução escolar institui um círculo vicioso encenado pela pobreza e pela falta de educação, já que os indivíduos têm a necessidade de ajudar a família e para isso precisam labutar e sem escolarização e qualificações adequadas não conseguem ingressar de forma acessível no mundo do trabalho que forneça condições reais de melhoria de vida o que pode vir a provocar além da exclusão econômica, uma restrição política e social fazendo com que esses sujeitos sejam marginalizados e com pouca capacidade de serem vistos e ouvidos, mesmo em um estado democrático que pressupõe entre outras condições sociais, culturais, políticas e econômicas igual a todos os cidadãos e se esta sociedade não propiciar a garantia de igual forma para todos ela indica a carência de uma estrutura social igualitária, e talvez com a geração desta desigualdade nem todos sejam sensíveis a necessidade de quem encontra-se na condição de marginalizado.

E desta forma, os pobres resistem sem direitos em especial o de ser ouvido, não se emprega o “direito ao respeito” que determina o direito civil de cidadania e isso nos remete a obra “O pobre” onde Georg Simmel (1906) faz referência ao fato do pobre somente ser reconhecido pelo Estado na condição de “assistidos” e nunca como sujeitos dotados de vontade própria o que possibilita e gera uma violência simbólica² (BRASIL, 2015).

À medida que se atribui ao desprovido de recurso financeiro, de riqueza e patrimônio sua condição de pobreza enquanto classe social e se relaciona ao conceito de que são carentes de valores, é tendencioso identificar somente uma solução que é instruir para o mercado de

¹ Inclusive regida por condicionalidades do Banco Mundial o investimento com qualidade para a educação pública.

² Pierre Bourdieu, sociólogo francês, elaborou o conceito que descreve o processo onde são impostos valores culturais da cultura dominante ao indivíduo de forma arbitrária, e torna-se naturalizada. Seus efeitos têm caráter desenvolvido muito mais de forma psicológica.

trabalho e assim a instrução escolar seria uma espécie de medicamento contra a pobreza ao educar crianças e jovens pobres, já que outros valores não seriam garantidos no seio familiar.

Assim, grandiosas são as consequências para a escolarização destes indivíduos desprovidos economicamente, pois tradicionalmente as instituições escolares não priorizam garantir seu direito ao conhecimento, como por exemplo: as ciências e tecnologias que o ajude a emancipar estes de um ciclo vicioso da pobreza, mas sim reproduzir a moralização da classe dominante que a todo custo tenta empregar para a sociedade a incapacidade intelectual dos pobres.

II – EDUCAÇÃO E DESENVOLVIMENTO NO BRASIL CONTEMPORÂNEO: ASPECTOS TEÓRICOS E HISTÓRICOS

Nesta seção temos como pretensão apresentar uma consideração incipiente sobre desenvolvimento, revelar de forma sucinta o histórico do desenvolvimento econômico no país e relacionar este com a educação. E ainda demarcar a peculiaridade em relação à pobreza e a desigualdade social.

2.1 Uma consideração sobre desenvolvimento

Ao referir-se sobre desenvolvimento, temos a ideia de remeter à evolução, crescimento ou mudança almejando aludir a ideia de que algo não será como antes, por exemplo, ao tratarmos de desenvolvimento de um país o entendimento perpassa por algo objetivo que, precisa de critérios não somente quantitativos mais também qualitativos. Porém, nem sempre toda conceituação é positiva até mesmo porque nem todo fenômeno é contínuo ou sequencial, já que ocorrem interações entre modelos e modos. Ao mensurar desenvolvimento e levar em consideração o quantitativo e o qualitativo (qualidade de vida, acesso a educação, saúde, emprego entre outros), estágio este em que se caracteriza o país em desenvolvido ou país subdesenvolvido. É acanhado ainda os países que contam com todos os elementos considerados essenciais para o bem estar dos habitantes, que são entre os critérios para identificar um país como desenvolvido ou não. No entanto, não podemos deixar de acreditar no desenvolvimento e na qualidade de vida, até mesmo porque este é um paradigma subjetivo e se diversifica conforme sociedade para sociedade.

Segundo Vasconcelos 2013, o tema ‘desenvolvimento’ só se tornou um conceito em evidência após o fim da segunda guerra mundial, denominada ‘era do desenvolvimento’, período este de prosperidade econômica afetando principalmente países ocidentais, sendo assim alguns autores dizem que este modelo é injusto, porém há quem acredite neste modelo para um equilíbrio da sociedade, como nos apresenta Vasconcelos, p. 15. 2013.

Para autores como (ALLEN; THOMAS,2000; FURTADO, 1961), a ideia de desenvolvimento continua sendo de fundamental importância para que as sociedades busquem a divisão equilibrada de recursos e poder para uma relação mais harmoniosa entre todos aqueles que

fazem parte das sociedades. [...] De fato, o processo de desenvolvimento deve ser entendido como contínuo e de variação de sociedade para sociedade, tanto que alguns países levaram séculos para alcançar suas metas e outros sobrepuseram suas hegemonias a partir do avanço da lógica capitalista pós-revolução industrial.

2.2 Desenvolvimento econômico: Uma definição

O desenvolvimento econômico é um movimento dinâmico que acontece nos países capitalistas e é evidenciado pelo crescimento produtivo da economia sendo mensurada por inconstantes como o produto interno bruto ou pelo produto nacional bruto, que pode ser acompanhado ainda pelo processo de acúmulo de capital e com englobamento do processo técnico complementado pela variável de qualidade que se correlata com a demanda social entre eles educação, saúde e qualidade de vida que são aferidas por parâmetros sociais como o índice de desenvolvimento humano, índice de pobreza humana entre outros, sendo assim o desenvolvimento econômico atenta para as questões sociais.

Segundo Siedenberg (2006), crescimento é um processo de mudanças de caráter predominantemente quantitativo, significando aumento em dimensão, volume e/ou quantidade. Nessa mesma linha de raciocínio, considera-se o crescimento econômico como o aumento da capacidade produtiva e da produção de uma economia, em determinado período de tempo. Normalmente é medido pela variação do PNB (Produto Nacional Bruto: soma de todos os bens produzidos e serviços realizados enquanto atividades produtivas de uma nação, independente do território onde foram produzidos) ou do PIB (Produto Interno Bruto: valor agregado de todos os bens e serviços finais produzidos dentro de um país, independente da nacionalidade das unidades produtivas).

Já de acordo com Vasconcellos (2000), crescimento econômico é o crescimento contínuo da renda per capita ao longo do tempo. Portanto, este movimento da economia é um processo de rendimento real verificado a um longo prazo, onde o produto final não é calculado em expressão monetária mas em preço de bens tanto de consumo quanto de capital o que nos remete dizer que a renda *per capita* aumentará, isso dependerá de seu crescimento técnico.

O crescimento da produtividade de um país depende, diretamente, da acumulação de capital e da incorporação de progresso técnico à

produção. Investimento e progresso técnico, por sua vez, dependem, em geral, da qualidade das instituições formais (políticas, leis) e informais (práticas sociais ou usos e costumes) que cada sociedade nacional estiver adotando. (PEREIRA, 2006)

A competição internacional é possível, caso se torne uma estratégia nacional e estimula a possibilidade de aumento das taxas desenvolvimento as alavancando. O sistema capitalista fomenta estímulos que visam o acréscimo do estoque de capital e de competência/conhecimento técnico, no entanto, os índices de desenvolvimento serão necessariamente iguais entre os países, mas se diversificarão conforme a capacidade de utilização de desenvolvimento de mercado, econômico entre outros.

Com a crise de 1929, varias teorias que visavam o desenvolvimento surgiram com o inglês Jhon Keynes, que sustentava que o Estado deveria regular o capital, ou promovendo infraestrutura ou criando emprego, porém para os economistas era uma medida de curto prazo, e como dito anteriormente para o desenvolvimento econômico somente as medidas a longo prazo são consideradas, em 1980 com a crise do petróleo e o fim da conversão padrão dólar-ouro fez-se necessária uma mudança política por conta do endividamento do Estado, eis que surge então o neoliberalismo que preconiza a retirada do Estado ou pelo menos sua minimização

A teoria neoliberal se funda na expressão “menos Estado e mais mercado”, defendendo a liberdade individual, sem a interferência do Estado, principalmente no que se refere às políticas públicas sociais, que têm por objetivo diminuir as desigualdades sociais, geradas no âmbito das relações que surgem na divisão social do trabalho, ocasionadas pelo modo de produção capitalista e pela acumulação do capital das classes privilegiadas.

Todo e qualquer tipo de intervenção do Estado seria mal visto, uma vez que só viria a provocar desarranjo e perturbação em uma tendência à maximização do bem estar de todos os setores envolvidos. (PIKETTY, 2014 – Quarta parte)

O prefixo “Neo”, não revela algo novo, já que desfruta da utilização dos princípios liberais e manifesta-se alicerçado a partir de pensamentos iluministas que defendem a maximização da liberdade individual mediante o exercício dos direitos e da lei, a individualidade e liberdade. O conceito neoliberal enunciado por Friedrich August von Hayek em 1947, economista e filósofo e foi bastante influente no ressurgimento do liberalismo no século XX, o que resultou, em parte, no plano prático, nos governos de Margaret Thatcher e Ronald Reagan por volta dos anos 80. A referida concepção enuncia que o mercado deveria

servir como base para organização da sociedade e é atualmente a concepção mais adotada por grande parte dos países tendo como alvo o combate ao poder dos sindicatos, a redução do papel do Estado na economia, a redução na responsabilidade social deste além de desregulamentar a economia, privatizando empresas estatais inclusive de setores fundamentais de interesse público como saúde e educação, desta forma relega ao mercado e às empresas privadas parte dos seus encargos.

Os defensores de tal pensamento credenciam que este sistema seja apto em desenvolver econômico e socialmente um país, pois defendem a economia mais competitiva, proporcionando desenvolvimento tecnológico e, através da livre concorrência, faz os preços e a inflação caírem. Para isso, o neoliberalismo precisa reduzir gastos com políticas sociais, obras públicas tendenciando a diminuição de impostos e estimulando as atividades produtivas e assim o livre funcionamento do mercado, sem controles inibidores do Estado, é o caminho para a elevação da produção e, conseqüentemente, geração de emprego e de renda, acarretando efeitos sociais positivos.

No entanto, os críticos ao sistema afirmam que a economia neoliberal só beneficia grandes potências econômicas e empresas multinacionais, já os países pobres ou em desenvolvimento sofrem com o sistema neoliberal, tendo como causas o desemprego, baixos salários, aumento das diferenças sociais e dependência do capital internacional. É fato que a educação ocupa um lugar central na sociedade e, sendo assim, precisa ser incentivada. No que diz respeito a políticas educacionais no Brasil é notória a hegemonia de ideias liberais e neoliberais como reflexos do investimento de capital internacional, os organismos internacionais como Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial (BM) intervêm na à economia mundial, e conseqüentemente repercutindo sobre a educação, já que a estratégia liberal permanece a mesma: colocar a educação como prioridade, embutido-a como alternativa de “ascensão social” e de “democratização das oportunidades”. O BM apresenta duas ocupações do capital para a educação:

- a) ampliar o mercado consumidor, apostando na educação como geradora de trabalho, consumo e cidadania (incluir mais pessoas como consumidoras);
- b) gerar estabilidade política nos países com a subordinação dos processos educativos aos interesses da reprodução das relações sociais capitalistas (garantir governabilidade).

Na Cúpula Mundial de Dacar em abril de 2000, o BM que foi um dos promotores da Cúpula coordenou a viabilização pela busca de recursos de cooperação internacional para o campo da educação, esta coerência presente no discurso neoliberal sobre a educação no sentido de entendê-la como “definidora da competitividade entre as nações” e por se constituir numa condição de empregabilidade em períodos de crise econômica, já que este sistema é bem delineado e afirma que todos não conseguirão “vencer”, importa então impregnar a cultura do povo com a ideologia da competição e valorizar os poucos que conseguem se adaptar à lógica excludente.

Fazia-se importante a descentralização da gestão em seus aspectos administrativos e financeiros que responsabilizava as instituições escolares pelo rendimento escolar de seus alunos, a partir de parâmetros de avaliação definidos externamente e maior racionalização nos gastos. Segundo Carlos Roberto Jamil Cury (1996), a própria Lei de Diretrizes e Bases n. 9394/96 reflete essa perspectiva de descentralização em termos da flexibilidade do planejamento e da gestão administrativa e financeira que são repassados à escola e a forte centralização na avaliação, entendida como controle de resultados e fixação de padrões de desempenho. Assim, a reforma educacional contribuiria para a estabilidade política, já que garantiria oportunidades iguais a todos os indivíduos e em linhas gerais, melhorando a qualidade da educação e de outros serviços sociais é possível manter o apoio às reformas econômicas como a privatização e a liberalização comercial, o que asseguraria a estabilidade política e econômica (Burki; Edwards, 1996, p. 20).

Os países que integram o Banco Mundial se predispõem também as condicionalidades estabelecidas por este órgão segundo Leher (1999), o Banco Mundial tornou-se uma espécie de ministério da educação dos países periféricos ao estabelecer condicionalidades em termos das políticas sociais a serem adotadas pelos países tomadores de empréstimos do FMI e do BM.

Desta maneira os países que emprestam tais recursos recebem assessoria técnica prestada pelo Banco, que o permitiu que politicamente este se tornasse o maior centro mundial de informações sobre desenvolvimento. Tais condicionalidades, portanto, são estratégias do BM em promover ajuste estrutural macroeconômico necessário à inserção de países periféricos no processo de globalização neoliberal, que no caso do Brasil a partir do governo de Collor de Melo (1990-1992), radicalizou a liberalização da economia, por meio de privatizações, cujos efeitos mais visíveis sobre a educação básica e superior são o avanço do setor privado, a precarização do público e a penetração dos mecanismos e valores de mercado sobre a gestão, o financiamento, a avaliação e a produção de conhecimento.

Para o BM o sistema educacional deve desempenhar três papéis:

- a) o desenvolvimento de “habilidades da força de trabalho para sustentar o crescimento econômico”,
- b) a contribuição “para a redução da pobreza e desigualdade”, buscando oferecer oportunidade educacional para todos
- c) o sistema deve estar voltado para o papel de “transformar gastos na educação em resultados educacionais”

(Banco Mundial, 2010, p. 23).

Percebe-se que o crescimento econômico é o fundamental objetivo de um sistema educacional para o Banco, sendo tal concepção impregnada da Teoria do Capital Humano, Frigotto (2000) afirma que a ideia central da teoria do capital humano é a de que um acréscimo marginal de instrução, treinamento e educação, correspondem um acréscimo marginal de capacidade de produção. A perspectiva economicista do papel da educação para este organismo internacional é clara, seja em relação à sua função social enquanto formadora de mão de obra para atender às exigências da economia capitalista do século XXI, seja em relação ao lugar que ela deve ocupar como política pública e a relação que deve estabelecer com o Estado, a iniciativa privada e o orçamento público.

2.3 O desenvolvimento econômico no Brasil: Uma análise das contribuições e suas implicações

O desenvolvimento econômico é uma das várias abordagens propagadas de desenvolvimento que está baseada no crescimento econômico (Produto Interno Bruto, Renda Bruta) e como pobreza tem entre algumas perspectivas a renda, julgamos necessário fazer um breve apontamento sobre desenvolvimento com viés econômico no Brasil.

O Brasil por movimentar índices consideráveis de exportação para o mercado mundial é associado à categoria de países em desenvolvimento, porém as desigualdades sociais assolam internamente o país o que se diferencia dos países verdadeiramente em desenvolvimento. Pesquisas internacionais apresentam nuances entre rendas dos países em desenvolvimento, no que diz respeito a América Latina, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) compara similitude com a renda americana do século passado, e revela a desproporção na distribuição de renda que os países realizam favorecendo uns e impelindo outros para a pobreza.

O Índice de Gini, que recebe este nome por ter sido desenvolvido pelo estatístico/matemático italiano Conrado Gini, foi elaborado em 1912 é um mecanismo utilizado para estimar um nível de distribuição, porém é habitualmente utilizado na verificação do nível de concentração de renda dos países. Este método é aferido por meio de números que variam entre 0 e 1 onde 0 condiz à completa igualdade e 1 corresponde à completa desigualdade. Historicamente, o índice de Gini quando analisa o Brasil persevera de forma estável entre as sociedades desiguais, como por exemplo, em 2005 dados do IPEA apresentam o índice de Gini do Brasil com o valor de 0,57 o que induz o país ao líder de desigualdade em comparação aos outros países da América Latina segundo Ferreira (2000), a evolução temporal da desigualdade brasileira mostra o cenário propício que essa situação se desenvolveu. Já que no período colonial, a economia alicerçada na concentração da propriedade fundiária e na mão-de-obra escrava. Mesmo com a ruína do plano cruzado, isso acarreta, sobretudo a superinflação, o índice de Gini alcançou o índice de 0,62. Na década de 90 com a consolidação do plano real e o equilíbrio da economia se percebeu uma tênue melhoria com vistas a uma míngua redução da desigualdade, porém ainda bastante expressivo assemelhado aos demais países. Ferreira (2000) aponta cinco justificativas para a distribuição de renda desigual

- a) A primeira se refere às características natas que diferem os indivíduos entre si, tais como, raça, gênero, inteligência, e pode-se também considerar nesse grupo, a riqueza inicial;
- b) A segunda menciona às características adquiridas pelos indivíduos ao longo de suas vidas, como por exemplo, a educação ou experiência profissional;
- c) A terceira atribui ao mercado de trabalho, o condutor das diferentes características individuais de renda, e se relaciona com as duas primeiras causas. Esta causa aponta três vias motivadoras que são: a discriminação (que se assemelha a descrição da primeira causa); a segmentação (que seria por setores formais e informais que o mercado de trabalho oferece); e a por projeção (que acontece de acordo com as características de cada trabalhador, que se relaciona à segunda causa).
- d) A quarta se refere aos mercados de capital, ou seja, as imperfeições nos mercados de crédito que inibem a ocupação do indivíduo nas áreas produtivas, afetando a geração de renda e, portanto, a sua distribuição.
- e) A quinta verifica os aspectos demográficos.

Percebe-se a importância de investimentos em políticas públicas que reparem direitos historicamente negados, como em especial a educação bem como aprimorar a infraestrutura, que possa estimular a competitividade tanto interna quanto externamente, ou seja, uma

questão estratégica. É importante a realização de um planejamento estratégico de longo prazo, e não somente em medidas pontuais ou emergenciais.

A educação interessada pode minimizar esta desigualdade social presente, e por isso o coeficiente de Gini relaciona a renda à educação e oportunidades. E verifica-se também a desigualdade na educação, segundo o coeficiente um indivíduo com mais anos de estudo ganha cerca de 15 vezes mais do que uma pessoa com uma escolarização precária ou mesmo sem nenhuma escolarização.

Como apresentado na segunda justificativa de Ferreira (2000) crianças que descendem de famílias que apresentam *déficit* educacional, pode reprisar ou mesmo intensificar essa insuficiência no ambiente escolar ou até mesmo no mercado de trabalho, ou que nos remete a supor que a mínima diferença educacional poderá refletir em transformações na aquisição de renda e até mesmo na minimização da pobreza e desigualdade social.

No Brasil, historicamente a questão econômica é analisada separadamente da questão educacional, o que é errôneo visto que quanto maior a formação educacional e mais qualificados forem os profissionais, conseqüentemente, aumentará o nível da produção de um país. Porém, como o efeito que a educação proporciona a um país só pode ser sentido a médio e longo prazo, ela acaba sendo desvalorizada pelo Estado no planejamento econômico e estratégico adotado por um país. É necessário esforço político para a melhoria da educação e qualificação de um país mesmo demandando um tempo relativamente longo, pois notoriamente os diferentes níveis educacionais contribuem para o crescimento econômico.

O capital humano é obtido na educação formal, informal ou mesmo pela experiência profissional, todavia nos países em desenvolvimento com os níveis de renda mais frágeis é complexo adquirir capital intelectual, já que nesses países ou opta-se pelo trabalho (precocemente) para ajudar nos provimentos da casa ou pela introdução na escola, e dependendo da escolha não resta tempo e nem condições de investir satisfatoriamente no ensino formal, não podendo almejar muito do governo já que estes possuem escassos recursos para aplicação na área educacional, e sem o intuito de oferecer ensino público e de qualidade para a maior parte da população.

O IDH verifica em longo prazo três aspectos basilares para um digno e justo desenvolvimento humano que são: a educação, a saúde e a renda. Que se difere da compreensão do crescimento econômico que tem a renda ou a dimensão econômica como o elemento mais importante, tendo como parâmetro o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, já

o desenvolvimento econômico transfere a importância da renda, para o desenvolvimento do ser humano.

Segundo Pereira (2006) Celso Furtado, ao apreciar as ideias de Marx propõe dois momentos históricos, que estão intimamente relacionados com o processo de racionalização do mundo moderno. O primeiro momento se caracteriza pela racionalidade é revelada pelo objetivo econômico (o lucro), e pela adoção da acumulação de capital como meio de atingi-lo, momento esse da Revolução Comercial. O segundo momento, já com a Revolução Industrial, a racionalidade se manifesta mais especificamente racional de alcançar o lucro: que se define pela aceleração do progresso e a sistemática inserção de novas tecnologias, na tentativa do aumento de produção que seria condição de sobrevivência das empresas, ou seja, a primeira vez que se configurava o que se conhece hoje como desenvolvimento econômico.

Pereira (2006) indica que

No processo de desenvolvimento econômico existe um objetivo geral claro por parte das nações, de suas elites e de seus governos: a melhoria do padrão de vida da população. O desenvolvimento econômico, portanto, é um processo histórico voltado para um objetivo claro. Um objetivo que não é meramente retórico, ainda que, em cada país, os ricos e a classe média estejam mais preocupados com o seu padrão de vida do que com o de toda a população.

Sendo assim, não se pode acreditar que o objetivo de bem-estar significa uma distribuição de renda mais igual, pois o desenvolvimento não pode ser entendido como único objetivo político da sociedade. Porém, é um desafio interessante para os governos democráticos, desenvolver de estratégias de desenvolvimento, com equilíbrio com vistas para essa tensão social, já que o desenvolvimento econômico pode possibilitar um progresso de qualidade de vida, mas não irá resolver todos os problemas de uma sociedade.

2.4 Desenvolvimento econômico e a relação com educação formal

É inegável que algumas ideologias são firmadas na sociedade atual, e que designa a função social da escola como o principal sistema de reestruturar a sociedade, sendo por meio da formação de indivíduos conscientes e críticos politicamente conhecedores de seus direitos ou por acreditarem que o sistema educacional os permitirá uma ascensão social. Debater a função social da escola é importante para não se projetar nos educandos incorretas finalidades da instituição de ensino e isso nos recorda Cortella (1998), quando afirma que é necessário procurar uma compreensão política da própria finalidade do trabalho pedagógico. Para que

serve o sistema educacional, portanto? De um modo ou de outro, põe-se a fé de que a escolarização, em longo prazo, irá melhorar a sociedade brasileira.

As mazelas sociais como a pobreza e a desigualdade social, assolam os mais diversos países e nações, e acredita-se então que a escola pode auxiliar os indivíduos que estão inseridos neste contexto, pois as instituições de ensino deveriam viabilizar oportunidade semelhante para todos que nela estão inseridos, e cada estudante por seu mérito aprimorar suas habilidades. No entanto, sabe-se que a escola não é uma instituição isenta das mazelas e conflitos sociais que ocorrem fora dela, na verdade é o inverso, pois cada vez mais se comprova que a escola reflete a realidade existente do lado de fora de seus muros, a exemplo o bullying. Portanto, a escola unicamente não resolverá todos os problemas e conflitos sociais Cunha (1980) afirma que essa fé cega na escola é um mecanismo próprio de dissimular sua função reprodutora.

Dados do IBGE retratam que mais de 16 milhões de jovens entre 15 e 24 anos estão na escola, no ensino médio, houve um significativo avanço já que foi registrado um crescimento de três milhões em número de matrículas, já no ensino superior, a expansão foi na iniciativa privada, e as matrículas cresceram quase 90%. Apesar das melhorias expressivas as regiões brasileiras ainda apresentam dispare diversidade, pois algumas acompanharam o avanço do país e outras ficaram estagnadas.

Os fundamentos neoliberais apresentam a escola como o meio de desenvolvimento para os países, é verdade que a escola habilita os estudantes para uma mão de obra qualificada, mas não se pode de forma alguma comprimir a função da escola a esse perigoso reducionismo de alterar a escola em sistema introdutório para o mercado de trabalho, até mesmo porque a instrução especializada não é garantia de ocupação para todos, até mesmo o mercado é instável e a educação é um evento que tem seu movimento peculiar e em longo prazo, que não segue um percurso retilíneo.

A implantação da ditadura civil-militar (1964/1985) não se deu sem um conjunto de resistências, já que foi representada por uma parcela da burguesia que vislumbrava o alinhamento da economia brasileira ao capital internacional, queriam eliminar a agitação revolucionária que se fazia presente por meio de organizações e movimentos sendo de trabalhadores, político-partidárias, movimentos sociais, culturais, artísticos e que lutavam por diversas melhorias e que tiveram grandes ganhos e maiores consequências negativas pagando até mesmo com a vida. Com as orientações estabelecidas pelos acordos entre Ministério da Educação e United States Agency for International Development (MEC-USAID) e dos

Relatórios do Grupo de Trabalho da Reforma Universitária e do Relatório Meira Matos, que foram realizadas as reformas educacionais sob a ditadura, culminadas com as Leis 5.540/68 e 5.692/71, sendo a primeira destinada ao Ensino Superior e a segunda aos Ensinos de Primeiro e Segundo Graus, atualmente Ensino Fundamental e Médio, respectivamente, essas reformas acabaram com os movimentos de alfabetização baseados no método crítico desenvolvido por Paulo Freire, no qual a educação aparecia como prática da liberdade. O método de alfabetização de Freire seria adotado em todo o país, como previa o PNA (Plano Nacional de Alfabetização), criado no governo de João Goulart.

E assim, a política educacional da ditadura se caracterizou por proporcionar uma formação escolar frágil e um superficial treinamento na formação escolar básica para inserção nos processos produtivos e ainda por enfraquecer o ensino superior público crítico, abrindo enormes espaços para que a iniciativa privada pudesse operar no ensino superior. Essa política educacional foi altamente repressora, atingindo as diferentes categorias de trabalhadores universitários (docentes, administrativas, técnicas) do sistema educacional, de forma a procurar, pelo medo, obter seu consenso ao regime (CUNHA, 1996). Aos descontentes, além da repressão, destinou-se também o recado de que não seria fácil nadar contra essa maré, expresso no seguinte lema: “Brasil: ame-o ou deixe-o!”. O regime militar contribuiu amplamente para a edificação da iniciativa privada no campo educacional, isso aconteceu não por conta de ideologia neoliberal dos militares, mas sim porque os colaboradores do golpe de 1964 tinham similitudes político-ideológicas de ordem privativa, que originou o Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que posteriormente orientou a Lei n. 4.024, de dezembro de 1961 e que favoreceu as instituições privadas de ensino.

Este período foi marcado por excessiva violência, privatização e a reforma universitária que fez uma educação voltada à fabricação de mão-de-obra são cicatrizes da ditadura no ensino universitário do país. A escola então como espaço de formação de pensamento crítico dos cidadãos, ficou desacreditado por conta das intervenções que o país sofria pelos organismos internacionais que adentravam ao país, mas sim em outras formas de agrupamento, já os movimentos sociais, movimentos populares, Organizações Não Governamentais (ONG's) e em grupos que se formam eram considerados espaços capazes de formar cidadãos com pensamento crítico a favor de uma sociedade e sendo assim, todos os que tinham idéias de esquerda ou progressista foram sacrificados de uma maneira extremamente violenta. Houve ainda um processo de privatização, que inverte isso e faz com que se considere que a escola particular é que tem um ensino melhor. A escola pública foi

devastada, física e pedagogicamente, desconsiderada e desvalorizada e assim a escola pública, ela foi definhando e assim surgindo a crise na universidade pública sem contar que as organizações internacionais adentrando na Educação do país reorganizam todo o processo escolar e de administração não deixando de lado o ensino superior e com desejo de que as universidades trabalhem com o ritmo imediatistas das empresas industriais, que visam naturalmente acima de tudo, o lucro. Fazendo com que a função da universidade fosse transformada a ponto reproduzir robôs humanos em série ou realizar incessantemente pesquisas para acudir às necessidades da indústria e assim buscavam financiamento junto às empresas, sendo que estas empresas selecionam somente as pesquisas que seriam interessantes para si, para assim fornecer o financiamento, como afirma Licínio Lima no seu livro *Aprender para ganhar, conhecer para competir: sobre a subordinação da educação na “sociedade da aprendizagem comenta sobre o contexto político atual”* que define a pesquisa como “um dos principais motores do crescimento econômico e da competitividade” (p.51). A pesquisa em Educação está frente a novos desafios, assim como a educação poderá ser transformada na indústria do conhecimento subordinada ao Estado, a setores privados e financiadores, destacando a comercialização do conhecimento acadêmico, dos resultados de pesquisa e da inserção em indústrias como o conhecimento da concorrência, o “conhecer para competir”, considerando que “o conhecimento como bem público encontra-se em crise” (p.55). E é a partir de tal situação que surge um novo retrato de pesquisador, o pesquisador empreendedor que concorre e que compete no mercado. Academicamente empreender e criar novas indústrias faz parte do compromisso das instituições de ensino superior. Inúmeras foram às perdas e atrasos que a educação brasileira sofreu durante um grande período, principalmente na ditadura militar, recuperar o que foi perdido não é tarefa fácil até o período atual muito ainda tem a se fazer mesmo com todo avanço conquistado.

Nos anos pós 90, principalmente no Brasil, depois das discussões sobre a crise fiscal do estado, muitos mecanismos de ajustes gerenciais foram criados na tentativa de garantir um Estado mais flexível e dinâmico na condução de suas políticas, em face de crise do capital. Nessa direção em busca da eficiência e eficácia das ações dos Estados nacionais nos interessam mais de perto as políticas voltadas para a educação, principalmente aquelas que focalizam a formação docente no Brasil. As profundas desigualdades educacionais existentes em nosso país não serão superadas facilmente, faz-se necessário grande esforço e vontade política para tal ação no que se diz respeito a essa reparação de direitos. Promover a democratização do saber e da cultura, não é tarefa das mais fáceis ainda mais em um país com

dimensões continentais, por isso uma formação de qualidade para o maior número possível de profissionais que estão atuando na educação formal nos parece ser uma alternativa eficaz.

O cenário atual nos apresenta a tendência da aprendizagem para o mercado produtivo, não podemos seguir o que nos é imposto isso será um retrocesso e uma desvalorização de todo trabalho já realizado. Devem-se levar em consideração os conflitos, as crises, a instabilidade econômica e as lutas de classe, pois estas acabam funcionando como molas propulsoras para o desencadeamento de agendas estatais direcionadas a formulação e implementação de políticas públicas. Porém, promover uma educação para a democracia, instigando-nos a olhar para a necessidade de pesquisar sobre políticas e práticas educativas com ênfase à participação argumentativa e crítica de quem as defende não é simples e nem tarefa fácil e que faz necessário uma ativa participação política. Como Paschoal Lemme em entrevista concedida deixou explicitamente claro em Março de 1988.

É um pouco utópico pensar que a educação produz transformações sociais profundas. A escola é muito mais um produto da sociedade em que ela se organiza do que influi para transformar essa sociedade. Os meios de transformação são outros, é o movimento político, são as ações dos partidos políticos, não é a escola. A escola tem muito mais a função de preservar a própria estrutura social. A educação escolar é sempre conservadora porque é sempre vigiada pela classe que está no poder. Para mim, o problema fundamental do Brasil é o da concentração de renda. Acho impossível transformar a educação num bem que seja distribuído de acordo com oportunidades iguais para todos numa sociedade com diferenças tremendas de distribuição de renda. Numa sociedade com essa estrutura tão antidemocrática, não há possibilidade de se cumprir este preceito fundamental da democracia. Agora, porque a escola não é o veículo da reforma social não se deve deixar de fazer a melhor educação possível.

Não podemos esperar e acreditar que a educação no Brasil resolva sozinha, os problemas sociais do país, porém, é preciso primeiramente priorizar a educação e a formação dos docentes, visto que o desenvolvimento dos professores implica no desenvolvimento dos alunos, da escola e de seu entorno. O desenvolvimento dos professores é uma pré-condição para o desenvolvimento da escola. Nenhuma reforma, ou transformação irá acontecer sem o docente qualificado. Sabemos das transformações já ocorridas até o momento, porém, elas não têm sido suficientes para colocar o país no patamar educacional necessário, tanto do ponto de vista da igualdade de oportunidades que a educação deve proporcionar a todos os cidadãos, quanto da competitividade e desempenho dos mesmos, portanto a luta árdua continua, não pode parar e que a diminuição das desigualdades sejam uma constante na vida de cada profissional da educação.

Com o desgaste da escola pública em todos os entes federados, a ampliação da classe média favorecida pelo “milagre econômico” avolumou a clientela que buscava a inserção nas instituições de ensino privada, já que as políticas elaboradas e implementadas pelos empresários do ensino conseguiam o apoio governamental para seus empreendimentos por meio de isenção fiscal, bolsas de estudo concedidas pelo governo que assegurava o pagamento das mensalidades dos estudantes e ainda por meio de incentivos fiscais que financiavam os empreendimentos.

A educação sofre um claro processo de mercadorização vinculada a um processo de expansão dos ideais neoliberais onde o conhecimento perde seu real valor e passa a ser medido pela rentabilidade, com a garantia econômica que produz, transformando o valor da educação como formação humana para o desenvolvimento social e democrático a necessidade de formar capital humano qualificado capaz de potencializar o desenvolvimento econômico. O ambiente escolar não pode ser um suporte à parte da sociedade, lugar onde se espera a formação de cidadãos que estejam capacitados para uma verdadeira reconstrução social, é como nos diz (CORTELLA, 1998) A noção ingenuamente otimista de que a escola é uma estrutura à parte da sociedade, capaz de reconstruí-la através de seus resultados. A escassez de escolas apropriadas tem considerável importância na criação, reprodução e expansão da pobreza e das desigualdades sociais. Assim, o desequilíbrio educacional na formação dos trabalhadores brasileiros reflete conseqüentemente no mercado de trabalho com a discrepância salarial e contribui para a preservação da desigualdade de renda no Brasil.

Ao contrário do que insinua a pintura Jean Honoré Fragonard através da pintura a óleo sobre tela intitulado - A educação faz tudo, que está no Museu de Artes de São Paulo – MASP, não podemos esperar que a educação faça tudo, pois tem limites normativos, ético-político e morais, portanto não tem como dar conta de tudo e nem tudo pode ser entendido como educação. A educação não é mais uma realidade extraeconômica já que cada vez mais a aprendizagem é um dependente das prestações de serviço conforme o estilo de vida, cultura de aprendizagem, os perfis de consumo e as capacidades aquisitivas de cada indivíduo. Não se pode esquecer os efeitos políticos dos *rankings*, formais ou informais, que comparam países e destacam “as boas práticas” ao invés de disponibilizar dados que podem ser explorados ou trabalhados pelas forças políticas e sociais. A educação não é a chave para as transformações sociais, por outro lado não pode ser reduzida a ideologia dominante, a educação é muito mais que uma questão econômica, ela também é questão social e cultural. A centralidade que a educação assumiu, na atual sociedade e que apesar da sua importante relevância há um exagero claro nas capacidades e possibilidades relegadas a ela, condição essa que reflete no

discurso político em termos internacionais e que corresponde a uma mudança de paradigma nas relações entre Estado e educação, evocando a responsabilização do indivíduo por seu conhecimento, a partir do momento que atrela a aprendizagem e a competitividade unicamente a ganhos econômicos e a promoção individual.

2.5 Pobreza e Currículo

A visão moralista entremeada na sociedade atual faz com que se espere que os problemas sociais existentes sejam solucionados por programas socioeducativos, em especial os que são dirigidos pelas escolas e seus profissionais. Mas então por que as escolas não reagem de forma a encarar o cerne da questão e continuam de alguma forma aceitando essa sublime missão de amparar os pobres? Percebemos então que as formas de pensar a pobreza enquanto questão moral não é apenas uma obrigação da sociedade ou dos programas socioeducativos, mas também das escolas de forma ampla e abrangente visto que alguns de seus alunos possam estar inseridos em contextos empobrecidos ou de pobreza.

Percebemos então que faz se necessário e imprescindível, a mudança e inovação das práticas escolares, não mais como no princípio da racionalidade técnica, mas sim de um profissional que reflita sobre suas práticas e instigue o aluno para a crítica reflexão, emancipando o educando para construir a mudança de sua realidade. Acreditamos que a inserção da Educação Ambiental, em todos os níveis de ensino, pode ser uma possibilidade de articulação produtiva entre professores e alunos em situações de ensino-aprendizagem, por envolver diferentes formas e questões que perpassam o cotidiano individual e social, com relevância. E portanto, a questão da pobreza precisa estar inserida, de forma que os alunos tenham conhecimento científico e de realidade, já que alguns estão inseridos. Para isso um Projetos Políticos Pedagógico (PPP) bem elaborado e formulado levando em consideração a realidade que a escola está inserida é de fundamental importância, inclusive fazendo com que a temática possa ser percorrida por todas as disciplinas trabalhadas sendo assim, ao construir ou planejar um PPP, se tem a intenção de fazer, de realizar algo ou alguma coisa com base no que se tem, buscando o possível. Ou seja, a busca de um futuro diferente do presente. O que GADOTTI expressa:

Todo projeto supõe rupturas com o presente e promessas para o futuro. Projetar significa tentar quebrar um estado confortável para arriscar-se, atravessar um período de instabilidade e buscar uma nova estabilidade em função da promessa que cada projeto contém de estado melhor do que o presente. Um projeto educativo pode

ser tomado como promessa frente a determinadas rupturas. As promessas tornam visíveis os campos de ação possível, comprometendo seus atores e autores. (1994, p. 579)

Portanto, todo Projeto Político é uma ação intencional, por estar intimamente articulado ao compromisso sociopolítico, com os interesses reais e coletivos da comunidade acadêmica, possuindo um sentido explícito, devendo ser também pensado de forma coletiva, participativa, com socialização e de construção do conhecimento, no âmbito do diálogo entre diferentes visões de mundo. No sentido de compromisso com a formação do cidadão para um tipo de sociedade ele é político, como Saviani afirma que (1983, p. 93) a dimensão política se cumpre na medida em que ela se realiza enquanto prática especificamente pedagógica. No curso de formação de professores em especial no Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia não pode ser diferente o Projeto Político Pedagógico deve não só contemplar o conjunto de diretrizes organizacionais e operacionais que expressam e orientam a prática pedagógica do curso, sua estrutura curricular, as ementas, a bibliografia, o perfil dos concluintes e o desenvolvimento do curso, obedecidas a diretrizes curriculares nacionais, estabelecidas pelo Ministério da Educação por meio do Parecer CES/CNE 146/2002, de 3/04/2002, que estabelece:

As instituições de ensino superior deverão, na composição dos seus projetos pedagógicos, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, o seu currículo pleno e sua operacionalização, destacando-se os seguintes elementos, sem prejuízos de outros.

Mas também, auxiliar os futuros profissionais nas temáticas da realidade em que vivem já que o meio universitário representa um importante espaço de educação profissional e de formação de futuros professores, o que assume significado da maior importância na sustentação do processo de incorporação nos diversos níveis e modalidades de ensino.

Sem dúvidas a Universidade é um dos importantes espaços para a educação profissional, local de formação e onde deveria estar à base para a sustentação e discussão inclusive de problemas sociais que fazem parte da realidade escolar, tanto por meio da formação inicial, quanto da formação continuada ou dos programas de pós-graduação (especialização, mestrado e doutorado) e ainda da extensão. Possuindo assim um sentido estratégico, nos currículos e práticas universitárias seriam de maior ambientalização do ensino e da sociedade. A precariedade na formação dos profissionais da educação para atuar na formulação e implantação de políticas públicas é o ponto mais crítico e portanto, as pessoas que atuam nessa área formam-se no dia a dia, intuitivamente ou pela ação reflexiva, quando

têm a oportunidade de participar de alguma ação, ou grupo ou ainda de debates e discussões, justamente pela ausência de processos que definam os conhecimentos específicos prévios e muito menos em políticas públicas, na seleção dos mesmos. A ausência nos cursos universitários, nas graduações e nas pós-graduações, inclusive, é essencial a formação de profissionais que não se restrinjam a planejar e implantar projetos pontuais, mas que efetivamente executem a perspectiva transversal e interdisciplinar se faz necessário conhecimento de subsídios para a efetivação desta ação.

O currículo perfaz uma ponte entre a cultura e a sociedade e também entre a cultura dos sujeitos, entre a sociedade de hoje e a do amanhã, entre as possibilidades de conhecer, saber se comunicar e se expressar em contraposição ao isolamento da ignorância. (GIMENO SACRISTÁN, p. 10, 2013).

Assim, o currículo é intrínseco as instituições educacionais e que pode se desenvolver e ser expressa de diversas maneiras, tanto nas organizações educacionais fazendo com que a compreensão que temos sobre o currículo é determinante nas ações pedagógicas, nas escolhas e nas estratégias adotadas. Podendo ser o currículo aquilo que acontece dentro escola e mesmo fora desta, o currículo oculto. Partindo dessa perspectiva, adotamos o conceito de que currículo é o conteúdo cultural que as escolas difundem, bem como constitui-se dos efeitos que esses conhecimentos provocam nos sujeitos (SACRISTÁN, 2013). Ele é, portanto, um artefato social e cultural (MOREIRA; SILVA, 2008). Reflete “[...] todas as experiências organizadas pela escola que se desdobram em torno do conhecimento escolar.” (MOREIRA, p. 68, 2001,). Exprime a ideologia, as relações de poder e a cultura de cada unidade escolar. O currículo nunca é neutro, sempre tem uma intenção fundamentada e baseada. Podendo assim, então, por exemplo, reproduzir as desigualdades e injustiças sociais ou contribuir para a construção de uma sociedade efetivamente democrática.

O currículo é um espaço social, político e cultural fundamentado com intenção e construído por conhecimentos diferentes relações seja de gênero, social, cultural ou econômica, estabelecidas entre as pessoas e instituições que participam do processo educativo. O Iluminismo, segundo Kant (1783), apresenta a ideia de relação entre conhecimento e controle configurada pelas ações hegemônicas da igreja sobre o povo. As reflexões do referido autor sobre a noção de esclarecimento nos permitem compreender a relação entre conhecimento e identidade, sendo para este filósofo, a liberdade relacionada ao estado de minoridade humana em que viviam as pessoas. A minoridade era compreendida como uma falta de capacidade de fazer uso do seu próprio entendimento, sem estar submetido

à tutela de alguém. É a si próprio que se deve atribuir essa minoridade, uma vez que ela não resulta da falta de entendimento, mas da falta de resolução e de coragem necessárias para utilizar seu entendimento sem a tutela do outro. A minoridade humana havia se tornado uma condição do ser humano, o pensamento kantiano entendia que a sua perpetuação fora garantida por preceitos e fórmulas, chamados de instrumentos mecânicos, que racionalizam as relações humanas.

Os currículos produzem diferentes identidades carregadas de ideologias de grupos de pertencimento. Sendo assim, nas instâncias escolares existem diversas ideologias que se encontram se misturam, se confrontam e se relacionam, por serem essas instâncias um ambiente de diversidade sócio-cultural, construído pelas pessoas que o vivenciam, e assim se configuravam currículos clássicos para os filhos dos mais ricos, um currículo menos clássico e mais prático para os filhos dos grupos pertencentes à classe dos mercantis, e um currículo limitado, o dos “três erres” (ler, escrever e contar) para os filhos dos pequenos proprietários, comerciantes e artesãos.

III- AS POLÍTICAS SOCIAIS DO GOVERNO LULA E DILMA E SEUS IMPACTOS NA MINIMIZAÇÃO DA POBREZA

3.1 O Estado e as Políticas Públicas

O Estado simbolizado como uma configuração ordenada de natureza política e poder soberano para governar dentro de um determinado território é, portanto um aparelho burocrático encarregado de complexas regulações sociais já que retrata o que é público dentro de uma localidade, responsáveis por serviços e instituições como escolas, hospitais, previdência social, segurança pública entre outros, atualmente visto como elementar para a ação pública.

A sociedade moderna tem como particularidade específica a diferenciação social não somente em aspectos genéticos, religiosos ou demográficos, mas similarmente em pretensões, princípios ou preferências distintas o que favorece ao conflito de diversas naturezas, no entanto, estes devem ser condicionados em limites razoáveis e administráveis podendo ser solucionado por meio de políticas ou da coerção, sendo o uso da coerção mais custoso e menos impactante as elucidações mais exequível é pelo uso da política que por vezes pode fazer uso de repressão.

Segundo Rúa (1998) política se define em um entendimento vasto, sendo as políticas públicas saída com possibilidade de deliberação favorável para resoluções conflituosas, sendo assim resultante da atividade política. A política pública envolve decisões e condutas carregadas de valores sociais composta de variadas deliberações, com diferentes métodos e mecanismos, sendo assim uma política pública demanda uma decisão política, porém, nem toda decisão política institui-se como uma política pública, por isso uma política pública implica o envolvimento de decisões e ações previamente selecionadas de forma estratégica para sua dimensão pública já que tais políticas têm caráter de autoridade soberano ao poder público, e não privado ou coletivo. Algumas vezes, o processo de elaboração das políticas públicas é coordenado a priori ao redor de algum objetivo já previamente estabelecido, no entanto, a formulação de uma política publica faz-se necessárias sérias formulações e embasamentos, pois, está em questão uma sociedade, um território, um espaço e acima de tudo vidas, além de alocação de bens e recursos públicos.

É importante desvelar os sujeitos envolvidos nesses processos de conflitos e elaboração das políticas em âmbito público, classificado como “atores políticos” de modo amplo e

genérico podemos classificar em dois grupos: os políticos e os burocratas. Sendo o primeiro grupo inserido nesse processo em decorrência da conquista do pleito eleitoral, constituído por parlamentares, governadores, prefeitos, vereadores municipais, deputados estaduais e federais. E o segundo grupo definido por funcionários da administração pública com conhecimento especializado, rotineiro e formalista, possuidores geralmente do controle de autoridade e informação, apesar de não dispor de mandatos esses servidos possuem propostas/projetos políticos e assim sendo é frequente existir competição entre burocracias de diferentes setores do governo. Esses grupos são os atores políticos públicos, no que diz respeito ao ator político privado salientamos os empresários³, sem deixar de lado os agentes internacionais e a mídia que são importantes agentes formadores de opinião, que possuem capacidade de mobilizar a ação de outros atores exercendo assim papel de grande importância na formulação de políticas, evidenciamos os empresários porque são capazes de afligir a economia de um país: restringindo as atividades produtivas, o mercado e principalmente a oferta de empregos, esse grupo privado pode se apresentar como atores individuais isolados ou como atores coletivos.

Para que um acontecimento se converta em um problema político e se destaque como um item prioritário para um governo, antes disso é um “estado de coisas⁴”, é primordial a mobilização da ação política, e que revele pelo menos uma das seguintes características: estimule ação política, ou por ação individual ou por ação coletiva; a existência de uma instabilidade, tragédia ou intempérie, sendo que o recurso de dirimir a adversidade seja menor do que a de não resolver ou que seja oportuno para algum ator relevante, com a resolução do problema em questão.

Ao deixar de ser um “estado de coisas” e passar a ser prioridade na agenda política governamental, se institui o instante para a concepção de alternativas, as políticas, este é um dos momentos mais sérios a serem considerados, pois, é onde as propensões são exibidas pelos atores políticos e momento de maior chance de conflito já que cada um tem seus poderes e recursos com influência e persuasão, é necessário também um cálculo de custo/benefício de cada ator, este cálculo de custo/benefício é o principalmente o cálculo de vantagens e desvantagens que cada ator tem em relação a cada alternativa proposta, não se limitando a apenas aspectos econômicos, mas compreendendo ainda elementos de valores

³ Os empresários movimentam as pessoas ou empresas de confiança para intervir nos espaços decisórios do poder público, seus lobbies, essa pressão também pode partir de movimentos sociais, da sociedade civil organizada ou de organização não governamental.

⁴ Uma conjuntura de incômodos e insatisfações que perdurar por algum tempo sem inquietar o gerenciamento público e sem constar como prioridade na agenda pública se define como um “estado de coisas”

simbólicos como: prestígio; elementos políticos ou ainda ambições de poder. É neste momento que pode surgir às perigosas “troca de favores” ou benefícios (cargos elevados, propinas entre outros). Segundo Rua (1998) a política pode ser entendida como um conjunto de mecanismos formais e informais que evidenciam as relações de poder com vistas à resolução pacífica de conflitos dos bens públicos. Segundo Bucci (2002) as políticas públicas são um conjunto de planos e programas de ação governamental voltados à intervenção no domínio social, de onde podem ser projetadas diretrizes e metas a serem fomentadas pelo Estado. Assim sendo, envolve ações estratégicas e decisões já que são instrumentos de ação do governo, sendo fundamentado pelos direitos fundamentais conquistados pelo Estado Social.

3.2 As Políticas Públicas no Brasil

Para que uma sociedade tenha comportamentos, princípios, condutas e valores morais e éticos são primordiais os ofícios que o Direito exerce na sociedade em âmbito coletivo. Assim sendo, a democracia faz-se imprescindível na legitimação de Direitos sendo conquistada, sobretudo com a participação social de forma direta ou indireta e com ativas lutas, basilar para a vida em sociedade. Para isso, a regulamentação jurídica precisa estar garantida em forma de um conjunto de leis, normas e regras que regula a ação do Estado e ainda define sobretudo os direitos e deveres dos cidadãos, sendo desta forma caracterizada pela Constituição Federal o que garante a autonomia da Democracia e os direitos sociais dos indivíduos pertencentes aquela sociedade.

Na década de 20 o Brasil subsistia a partir de uma economia baseada na agricultura, a industrialização no Brasil iniciou mais nitidamente a partir do meio da década de 1950 até o fim da década de 1970 e viu sua população migrar em massa para as cidades, o governo enfatizou o acompanhamento da industrialização sem dar a devida atenção as transformações do povo e suas migrações, ou seja, o estado não desempenhava seu papel regulador o que também era manifestado em suas políticas públicas.

A Constituição Federal Brasileira (CF) é a lei maior, deste País que garante os direitos sociais dos cidadãos e o funcionamento do Estado Brasileiro, além de servir como alicerce para políticas públicas consistentes. A Constituição Federal Brasileira, mas recente e em vigor é a CF de 1988, conceituada como redistributiva define o Governo Federal como principal

provedor de recursos e a tornar as necessidades sociais e políticas públicas eficazes, porém no início da década de 90 o Governo Federal deixou de ser o principal fornecedor de recursos e descentralizou política e administrativamente, quando diz em seu artigo 18: “A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição”. Em termos práticos desta forma o Estado Brasileiro, divide a responsabilidade das políticas públicas entre os três entes do governo, descrito no artigo 23 da CF, e passou a fiscalizar entidades que ofereciam determinados serviços para a sociedade, o que se tornou uma desvantagem para a população que precisa de auxílio essa descentralização teve entre outros desígnios aumentar os direitos sociais conquistados, época em que os cidadãos exibiam sinais de crescimento, mas também de cautela por conta da inflação enfrentada na época e isso pode ter ajudado a atravancar a implementação de políticas públicas no país, somado ainda a carência de comunicação entre os entes federados e a escassez de intersetorialidade das ações, isso porque a má distribuição de recursos, a superposição de competências ou a falta de diálogo entre os entes de governo podem dificultar investimento de ações em determinadas áreas. A baixa arrecadação de recursos dos municípios fragiliza seus orçamentos e estes encontram dificuldades em executar seus deveres, e por fim espera maior repasse com maior arrecadação no caso a União para conseguir minimamente realizar sua ação.

A CF visa à legitimação e garantia de direitos sociais dos brasileiros e facilitou o acesso a diversos serviços sociais e visa à redução da desigualdade no Brasil, porém efetivamente se torna pouco eficaz no que diz respeito ao bem estar da população brasileira e se torna conservador e centralizado quando atende somente a interesses específicos, em um país continental como este as necessidades e anseios são totalmente diferentes e específicos, pois se não é visto de forma peculiar acaba não atendendo a especificidade e não resolvido de forma mais eficiente e eficaz em determinada região, mas sim de forma massiva e de certa forma excludente, a política pública não pode ser confundida com prestação de serviço ou assistencialismo não sendo contemplado pela ampla maioria da sociedade, é importante analisar a qualidade destas políticas, além de ser discutida e estudada principalmente entre população e representantes do poder legislativo é necessário identificar de forma real a necessidade dos que estão inseridos nas mazelas sociais, é importante que os gestores públicos busquem mais do que promessas de erradicação destas, mas busquem formas de solução de forma ordenada e eficiente com programas sérios e categóricos.

É preciso considerar a descontinuidade administrativa, que por vezes acaba impedindo o prosseguimento das atividades já que reformulam essas políticas de acordo com seus interesses e pode vir a mudar radicalmente a política já implementada, no entanto, muitas conquistas e avanços são notados com resultados satisfatórios advindos de lutas, protestos e manifestações organizados pela sociedade civil, mesmo que de forma fragmentada este processo tem rendido ganhos positivos. É bem verdade também que nos últimos tempos a política está menos centralizada onde a população tem participado com mais empenho estando mais próximo da administração pública, tentando decisões mais compartilhadas. Não se pode reparar superficialmente o problema sem o analisar como um todo (que na verdade é o objeto principal da política pública), não se pode ver algumas partes, postergando o problema para o próximo governo.

3.3 As Políticas Sociais do governo Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff (2003-agosto de 2016)

O estado vulgarizou a ilusão de que se você é pobre a culpa é sua e dessa forma a questão social anteriormente não era abordada de forma específica mais sim, superficialmente incorporada ao desenvolvimento econômico apoderou-se de espaço com certo privilégio e ganhou maior plano de destaque nas agendas de governo a partir de 2003 com a posse do presidente eleito democraticamente Luiz Inácio Lula da Silva, popularmente conhecido como Lula, mudando os rumos da história político e social do país já que um ex-operário alcançou o posto mais importante do país e governou por dois mandatos 2003 até 2006, e de 2007 até 2011. Em seu primeiro mandato as propostas de cunho social foram destaque entre elas o uso social das forças armadas quando por meio do Ministério do Esporte⁵ os quartéis se abriram para as práticas de esportistas civis, perceberam-se também avanços/crescimento econômico no país o que gera avanços sociais e melhoria na distribuição de renda com valorização de programas sociais resultado de investimentos e vontade política de um presidente que mesmo sem graduação alcançou a presidência por sua liderança política.

O PIB durante os mandatos do governo Lula teve um crescimento médio anual de 4,0% índice esse que é quase o dobro do registrado no período de 1981 a 2002 (2,1%), fazendo com que o Brasil se deslocasse do 12º lugar para 8º no ranking das maiores

⁵ No início do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o setor do Turismo ganhou ministério próprio e o então Ministério do Esporte e Turismo passou a ser nomeado Ministério do Esporte.

economias do mundo. Consequência constatada em âmbito empresarial, fazendo com que a renda adquirida pelo trabalhador se transformasse em compras, movimentando a economia e incentivando a aplicação de investimentos no comércio e na indústria e como decorrência verificou-se a contenção de crescimento em números de pobre (brasileiros com renda per capital mensal inferior a R\$ 140) em 43%, uma queda de 50 milhões para 29,9 milhões desde 2003. No âmbito econômico no início de seu mandato, o referido presidente nomeou Henrique Meirelles para a direção do Banco Central o que fez com que o mercado, principalmente internacional, percebe-se que não haveria mudanças drásticas, pois, Henrique Meirelles era conhecido em contexto internacional e manteve a política econômica adotada pelo governo anterior, este governo ficou marcado também pelo controle da inflação e redução de desemprego que conforme registrou o IBGE, em dezembro de 2010, a taxa de desemprego atingiu a marca de 5,3% da população economicamente ativa (PEA) configurando o menor resultado desde que foi iniciada a pesquisa o ano de 2002, que neste ano era de 10,5% segundo a PEA, ao final do segundo e último mandato o índice de desemprego foi calculado em 6,7% sendo ainda também menor. Foi no ano de 2010 que houve o melhor índice em volume de vagas ofertadas para geração de emprego segundo os dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) vinculado ao então Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) tendo como resultado histórico o número de 2.524.678 no trabalho formal, e ao final de oito anos de governo foi contabilizado 15.048.311 novas vagas já excluídos os números de demissões.

É bem verdade que temas como saúde, desigualdade social, pobreza, educação entre outros eram vistas como questão a serem combatidas com entendimento ético e moral, já que estava mais vinculada a demanda dos direitos humanos, observou-se então que a carência de serviços básicos além da redução da desigualdade social dificultava o confronto para combater o subdesenvolvimento o que de certa forma limitava as instituições governamentais de potencializar políticas econômicas e socialmente eficazes e adequadas. Ainda no ano de 2010 o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), declarou que o país evoluiu na distribuição de renda e conseqüentemente na minimização da pobreza, houve uma redução de 40% em 1999 para 9,1% em 2006 (mesmo assim para a instituição este ainda é um número elevado), no entanto, é preciso reconhecer os esforços dos governos passados como Fernando Affonso Collor de Mello, Itamar Augusto Cautiero Franco e Fernando Henrique Cardoso, segundo ainda ao BIRD isso pode ter acontecido pela redução da inflação e pelos programas de transferência de renda.

No mesmo ano de 2010, Allan Mulally, presidente mundial da Ford, declarou que com os estímulos proporcionados pelo governo se tornou viável a saída do país da crise mundial, já que durante a crise a retração do PIB foi de 0,2% resultado melhor que de algumas importantes economias do mundo. No entanto, foram os programas sociais que mais contribuíram para a minimização da pobreza e da desigualdade social, segundo afirmação do IBGE por meio de relatório em novembro de 2007 o país estava se tornando um país menos desigual baseado na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), sem dúvidas a redistribuição de renda merece destaque, por intermédio de instalação/implementação de programas/projetos que evidenciavam a questão da pobreza, já que Programas como o Bolsa Família (BF) permitiram a expansão de crédito, o movimento da economia, a geração de empregos formais e o aumento do salário mínimo propiciaram o progresso das classes menos favorecidas. Em 2003, idealizou-se a elaboração de um Programa que auxiliasse os desvalidos a crescer na sociedade da população economicamente ativa, Programa este que tinha influência de pensamento do sociólogo Herbert José de Sousa, mais conhecido como Betinho, trata-se do Fome Zero, porém, com a morosidade de efetivação este programa se fundiu a outros projetos sociais como o Bolsa Família (que objetiva melhorar qualidade de vida dessas famílias, a garantia da permanência dos filhos na escola e a assiduidade da vacinação das crianças) configurado como um programa de transferência de renda, no entanto, algumas críticas são tecidas como por exemplo: que o consideraram assistencialista, pois há a transferência de recursos sem ações que incentivem o acesso no mercado de trabalho, que na questão da educação é frágil porque se exige somente a frequência escolar sem avaliar o desempenho deste estudante. Os críticos ao programa argumentam que o Estado estaria mantendo os pobres sem os estimular a buscar melhorias, que se tinha interesse de manter a alienação política e social destes, pois assim se assegurava uma possível compra de votos, pois o controle era tênue, além de que poderia se tornar uma única fonte de renda dos bolsistas⁶, provocando a inércia dos cidadãos economicamente ativos, que estimularia mais o nascimento de crianças ou ainda sobre a falta de limites do programa, tanto de número de inscritos quanto de tempo para recebimento do benefício, o que faz com que o programa fique amarrado entre sua essência política e sua eficiência econômica gerando custos ao Estado.

⁶ Adotamos a perspectiva proposta por Walquiria Rego e Alessandro Pinzani, apresentadas no livro *Vozes do Bolsa Família: Autonomia, dinheiro e cidadania*, 2014. Que expõe o termo “beneficiário” como termo equivocado já que quem recebe uma bolsa sempre é chamado de “bolsista”, pois “bolsista” remete a ideia de uma atividade e não uma mera dádiva ou favor do governo.

Os programas sociais como dito anteriormente tiveram grande destaque e importância durante o Governo Lula, programas com destaque como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) que objetivava a retirada de crianças e adolescentes entre 7 e 15 anos de idade do trabalho infantil considerado perigoso, aquele que coloca em risco sua saúde e segurança, este programa concedia bolsas para que esta criança ou adolescente frequentasse a escola. O programa Luz para Todos que fez chegar energia elétrica a 10 milhões de cidadãos brasileiros do meio rural. O programa Brasil Alfabetizado que por meio de parcerias com Estados, municípios, universidades, empresas privadas, organizações não-governamentais, organismos internacionais e instituições civis para combater o analfabetismo que articulado à Educação de Jovens e Adultos (EJA) teve por objetivo fortalecer políticas que estimulem a continuidade nos estudos e a reinserção nos sistemas de ensino. O Programa Universidade para Todos, ProUni, que permitiu o acesso de jovens de baixa renda à educação superior em instituições privadas, por meio da concessão de bolsas de estudo, integrais ou parciais. O programa ciência sem fronteiras que incentivava a formação em caráter acadêmico no exterior, além de oferecer bolsas de iniciação científica e incentivar projetos de cunho também científico nas universidades com excelência em diversos países. Esses programas de cunho acadêmico-profissional alavancaram o número de concessão de bolsas tanto do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) como para a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes).

Enfim para aqueles que acusam os programas como assistencialistas o economista Marcio Pochmann responde. “Quando entrei na universidade, tive acesso à bolsa de iniciação científica, depois à bolsa de mestrado e de doutorado e nunca me disseram que eram compensatórias. No Brasil, quem tem acesso ao ensino superior é a classe média e não existe essa visão de que as bolsas vinculadas ao ensino superior compensatória e no sentido pejorativo. Isto é uma coisa preconceituosa”. Para ele, “as iniciativas do governo federal estão vinculadas às condições para superação da pobreza. A direita brasileira usa o termo compensatório como pejorativo, querendo associá-las a políticas assistencialistas e clientelistas do passado. Mas não é o caso”.

No entanto, a concepção adotada no Governo Lula, para os programas sociais se alicerça na concepção do economista indiano Amartya Kumar Sen, visando à construção de capacidades e entre elas a capacidade de ser cidadão, na abordagem de Sen referente a desenvolvimento conceitos importantes são apresentados, por exemplo, quando destaca os

processos e oportunidades e suas conexões múltiplas e salienta a diferença entre “resultados de culminância” e “resultados abrangentes” onde o primeiro focaliza nos resultados e o segundo focaliza nos processos que possibilitam os resultados de culminância e onde cada processo exercita a liberdade, o autor afirma que entre os diversos conceitos mesmo que inter-relacionados não há critério de desenvolvimento único e preciso para, a partir deste, classificar-se e comparar diferentes experiências mas que apesar disso se precisa assegurar minimamente um patamar para superação de diferenças existentes em qualquer sociedade ou grupos de indivíduos, reduzir os obstáculos ou empecilhos que possam impedir a busca pela superação da condição em que se encontram. As desigualdades não podem ser naturalizadas enquanto resultado da peculiaridade do modo de produção capitalista. As mazelas sociais como pobreza e desigualdade social são consideradas um efeito residual e pontual, que pode ser solucionado por medidas focalizadas e assistencialistas. Porém, as mazelas citadas são expressão do modelo de produção adotado e que na teoria apresentada no livro de Sen “Desenvolvimento como Liberdade” a produção e o consumo de um indivíduo são esferas diferentes e distintas entre si, onde a privação de liberdade econômica pode gerar a privação de liberdade social.

3.3.1 Um novo capítulo na história política do Brasil

No ano de 2011, a política brasileira registrou um novo capítulo de sua história com a posse de Dilma Vana Rousseff, a sociedade brasileira assistiu a investidura da primeira mulher eleita democraticamente no cargo com maior poder político do país, vale ressaltar que no governo anterior Dilma Rousseff, como a presidenta é popularmente conhecida, compôs o Ministério de Minas e Energia e a Casa Civil, ambos como ministra. Sendo o primeiro país de língua portuguesa a eleger uma mulher ao cargo mais alto de seu país. Na diplomação realizada pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) no dia 17 de dezembro de 2010 com 250 convidados entre políticos e familiares, a presidenta afirmou que iria “honrar as mulheres, cuidar dos mais frágeis e governar para todos”, ainda durante a cerimônia ícones femininos, prestigiados na história brasileira foram homenageadas com diversos painéis, em uma avenida localizada no centro do Plano Piloto de Brasil, conhecido como Eixo Monumental.

O começo do governo do primeiro mandato de Dilma Rousseff foi caracterizado pelo prosseguimento da política econômica do governo antecessor, no entanto, após oito anos no comando da presidência do Banco Central, Henrique Meirelles, foi substituído por Alexandre

Tombini que em sua posse sustentou a garantia de um sistema financeiro sólido com crescimento sustentável.

O IBGE, em junho de 2011 divulgou a primeira avaliação do PIB no governo Dilma Rousseff, sendo divulgado o crescimento de 1,3% e de acordo com o primeiro trimestre de 2010, houve uma expansão de 4,20% e em dezembro do mesmo ano segundo os dados do Centro de Pesquisa Econômica e de Negócios o Brasil evoluiu para a 6ª economia mundial superando o Reino Unido, pela primeira vez.

Em 2012, se registrou um superávit, mais exportações e menos importações, na balança comercial do país em torno de US\$19,43 bilhões, porém menor que o saldo de 2011 que foi de US\$29,79 bilhões uma queda de 34,75% representando o pior índice em 10 anos. No mesmo ano, o IBGE anunciou que o PIB cresceu 2,7% representando um desempenho abaixo do esperado pelo mercado e pelo próprio governo como, por exemplo, o Ministério da Fazenda que previa um crescimento em torno de 3%, referente a 2011 e para 2012 se previa o crescimento de 1% porém o país alcançou a meta de 0,9%. Mas recentemente, precisamente no ano de 2014 com adoção de nova metodologia recomendada pela Comissão Européia, FMI, ONU e BM o IBGE divulgou neste ano o crescimento de 2,7% para 3,9% e o de 2012 e 2013, de 1% e 2,5% para 1,8% e 2,7% respectivamente, em 2014, o crescimento de 0,1%, resultando numa média de 2,2% ao ano no primeiro mandato, a menor desde o de Governo de Fernando Collor.

No ano de 2014, Dilma Rousseff venceu as eleições democraticamente e se reelegeu garantindo a execução de um segundo mandato, no entanto, este foi interrompido por meio de um processo de impeachment⁷ impetrado pelo partido de seu vice Michel Miguel Elias Temer Lulia, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), sendo então concluído em agosto de 2016.

Ao analisar o Índice de Desenvolvimento Humano no ano de 2010, último ano do Governo de Lula, o país estava na 73ª posição entre 169 países do ranking, porém nos dois primeiros anos do Governo de Dilma, o país regressou sete posições no ranking, ficando na 80ª posição em 2012 e subindo uma posição em 2013, porém a 79ª posição representava um

⁷ É o impedimento da continuidade do mandato como presidente, neste caso, Dilma Rousseff, sendo o segundo Presidente destituído o primeiro foi Fernando Collor, o processo de Dilma Rousseff foi efetivado por meio da denúncia crime de responsabilidade. Acusada também das pedaladas fiscais, termo este utilizado pela mídia para descrever uma manobra contábil do governo federal, que dizia arrecadar mais do que gastava, e assim não estava honrando compromissos econômicos com os bancos públicos.

índice abaixo da média para a América Latina, por exemplo, ao falar de perspectiva de vida dos cidadãos brasileiros em 2013 era de 73,9 anos e a expectativa de vida do latino americano era de 74,9 anos, ou seja, o país estava abaixo da média, em relação à educação a média de estudo na América Latina era de 7,9 anos e no Brasil o índice era de 7,2 anos. Ressaltando que as Nações Unidas calcula o IDH com base em indicadores de educação, renda e saúde.

No Governo de Dilma Rousseff, houve lançamento de novos programas sociais assim como reformulações e melhorias dos já implementados no Governo de Lula, no entanto, com a retração sentida na economia a ampliação não se deu como se esperava para o que já havia sido vivenciado anteriormente. Programas significativos como Minha Casa, Minha Vida, ProUni e Bolsa Família foram mantidos e reformulados.

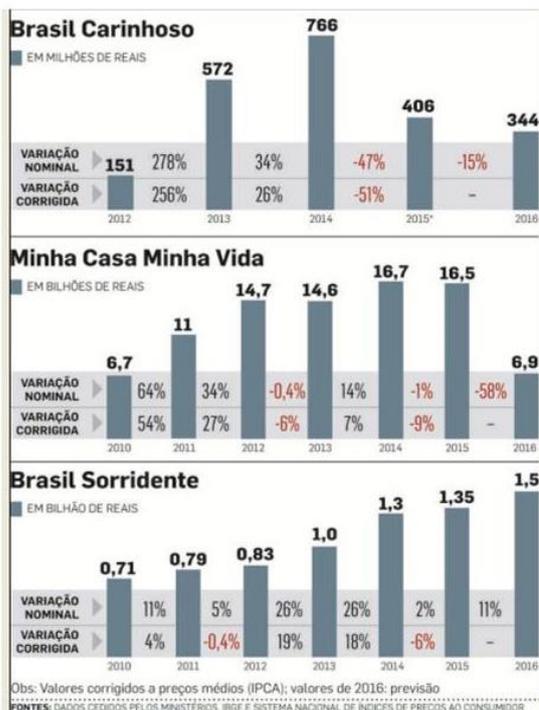
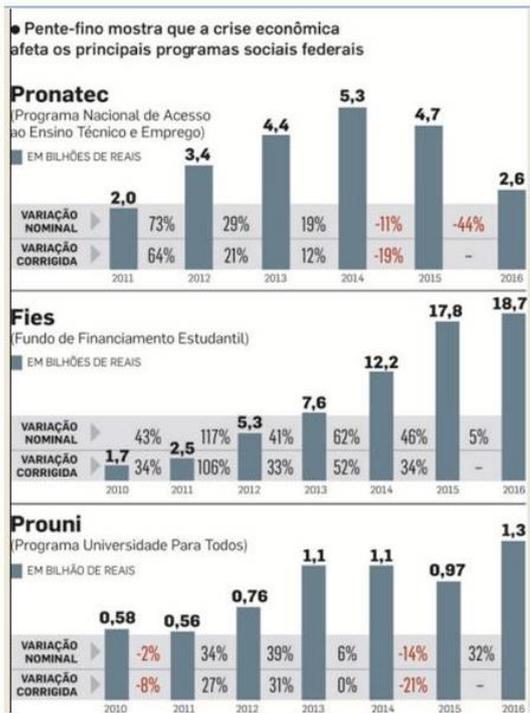
Em março de 2011, a presidenta anunciou o programa Rede Cegonha que tinha como objetivo ampliar a rede de assistência destinada às gestantes e aos bebês para reduzir a mortalidade infantil e materna e previa inicialmente o investimento de R\$ 9 bilhões até 2014.

Já em abril, a área educacional foi mais uma vez agraciada de um programa de investimento neste momento se lançava o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), batizado popularmente como “ProUni do Ensino Técnico” que estimulava o aprendizado por meios de cursos técnicos e profissionalizantes com a obtenção de bolsas.

Em junho, anunciou o lançamento do programa que complementava o Bolsa Família com a pretensão de erradicar a pobreza extrema no Brasil, surgia o Brasil sem Miséria, e para isso precisava aumentar a renda e o acesso a serviços básicos como, por exemplo, saúde e educação de 16,2 milhões de pessoas que viviam com renda per capita que não ultrapassasse o valor de R\$ 70,00 por mês. O programa Minha Casa, Minha Vida ganhou sua segunda edição com investimentos previstos de R\$ 125,7 bilhões para o programa. Em 2012, foi criado o programa Brasil Carinhoso que objetivava atender as famílias com crianças de 0 a 6 anos e estes garantissem uma renda mínima de R\$ 70 por integrante.

Segundo o Jornal Estado, oito dos nove principais programas sociais que entraram em vigor ou tiveram seu auge nos governos Lula e Dilma perderam recursos em 2015, isso com

base em dados do Orçamento da União. O cenário para 2016 aponta mais retração de programas que são símbolos do governo.⁸



⁸ O Sérgio Buarque, José Luis Oreiro e Rodrigo Filho deram continuidade ao neoliberalismo em especial quando acelerou as privatizações de rodovias, do sistema aeroportuário do Brasil, com a concessão importantes aeroportos do Brasil: Galeão, Guarulhos, e Brasília.

Quatro programas sociais perderam verba por causa da inflação, mesmo aqueles programas que tiveram mais orçamento e viram seu valor ser corroído registrando uma significativa perda em relação a 2014, inclusive o Bolsa Família, por exemplo, que recebeu R\$ 1 bilhão a mais em 2015, sendo corrigido pela inflação, este valor é 4,7% menor do que em 2014, o mesmo caso dos programas Brasil Sorridente, Pronaf e Luz Para Todos. Em 2016, a restrição no cenário nacional continuou e fez com que o orçamento aprovado em dezembro, do Pronatec, por exemplo, caísse 44% em relação a 2015, o Minha Casa Minha Vida sofreu corte de 58%.

Ao nos determos na questão educacional é preciso reconhecer que houve similaridades, continuidades e mudanças significativas entre os Governos de Lula e Dilma Rousseff, em relação principalmente ao antecessor Fernando Henrique Cardoso, positivamente podemos destacar que no Governo Lula houve a aprovação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb), em 2006 já que era uma proposta de campanha o financiamento da Educação Básica em 100%, a ampliação dos Institutos Federais de Educação Superior com qualidade, além do ProUni, e a Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI) uma clara expansão de acesso ao ensino superior, o que foi de fundamental importância para melhorar a eficiência das universidades federais por meio da ampliação de vagas o que pode sinalizar também a elevação da eficiência de gestão na área (um dos pontos fracos do setor público), amplia o acesso com qualidade, e ainda a aprovação da lei do piso salarial nacional do magistério, estratégia de melhoria nas condições de trabalho dos professores (que inclui salários, no entanto, não é só isso). No entanto, pontos negativos também precisam ser analisados como o financiamento ao setor privado, em especial pelo financiamento do ProUni que subsidia instituições de baixíssima qualidade, sem um rígido controle fazendo com que o Estado financie o setor privado com cursos que não estão importando-se com a qualidade da educação oferecida, e faz com que principalmente as camadas sociais mais populares, e que mais precisam desse auxílio, enganem-se acreditando que o acesso ao ensino superior, qualquer universidade, vai lhes garantir condições de competitividade no mercado de trabalho. Ao retratarmos o cenário do ensino superior precisamos atentar para as questões de acesso daqueles que historicamente tiveram menos ingresso como negros e/ou oriundos de escolas públicas, por exemplo, que faz com que políticas de ação afirmativa de acesso ao ensino superior se tornem complexas, por isso se faz fundamental a política de cotas como recurso válido para reduzir ou acabar com essas

disparidades e no momento em que se atingir o equilíbrio, estas não serão mais necessárias, assim ajustes como o prazo de vigência força balanço e novos rumos desse tipo de política. É oportuno lembrar que ao definir políticas de cotas se determina quem tem acesso e quem não tem ao ensino superior, pois se houvessem vagas para todos essa política não seria necessária, então podemos acreditar que com o implementação da política de cotas venha a se ampliar o número de vagas e refutar a elitização de alguns cursos e/ou universidades.

A transformação da educação em uma política prioritária de Estado, precisa ser colocada em forma de uma política firme e efetiva que garanta aumento de investimentos na educação, assim como fez o Governo Lula que em dois anos ampliou esse investimento de 4 para 5% do PIB, já que antes se mantinha em torno de 4%, é valoroso lembrar que a primeira vez que se propôs gastar 10% do PIB em educação foi na campanha de Lula à presidência, em 1994. Foi notório que o Governo de Dilma Rousseff ampliou de forma tímida os recursos da educação que como, por exemplo, a proposta de investir 8% do PIB até 2020, partiu do debate sobre o Plano Nacional de Educação, apontando que o governo não compreendeu a importância estratégica da educação, para a cidadania, os direitos sociais, e mais ainda para uma sociedade viável na economia da informação do século XXI. Dessa forma, percebemos que o Governo de Dilma já que este atendeu mais as demandas do capital e setor privado e suas reivindicações, não marcando presença forte nas questões específicas e sim nas generalidades, inclusive com o próprio ministro da Educação, Aloizio Mercadante Oliva que de positivo só se observava a predisposição a regulamentar o piso nacional dos professores.

É importante considerar que atualmente se luta por uma nova dimensão do direito à educação, a educação com qualidade, que diferente do que propaga a sociedade, a qualidade educacional não se resume ao bom desempenho em determinadas áreas ou disciplinas vai para, além disso, pois não é intenção fazer com que a escola seja enquadrada ao que dita os organismos internacionais por meio de provas e testes, isso é restringir o verdadeiro valor da educação como direito que deve propiciar além do ensino e seus elementos curriculares, um espaço de democracia, de convivência e ainda de desenvolvimento de uma compreensão social. A educação não é um fim em si mesma, no entanto, a educação pode ser um instrumento para debelar grandes ameaças, assim como reorientar valores e comportamentos em especial para o futuro, para tanto é necessário um trabalho coletivo, participativo e mobilizador que transforme os problemas/obstáculos, em aprendizado como reproduzindo o

ensinamento freiriano: “A educação não muda o mundo. A educação muda as pessoas. As pessoas mudam o mundo.”

IV- O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO BRASIL E NO MARAJÓ/MELGAÇO

4.1 O Programa Bolsa Família

O programa social Bolsa Família foi criado via Lei nº10. 836, de 09 de janeiro de 2004 e regulamentado pelo Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, o referido programa foi uma reformulação e ampliação do programa Bolsa Escola que era mantido pelo governo de Fernando Henrique Cardoso e abrangia em torno de 5,1 milhões de famílias, e a partir da reforma e expansão o número de bolsistas passou para aproximadamente 12,4 milhões, que garante a transferência direta de renda do governo para famílias pobres e de extrema pobreza, entre os objetivos do BF evidenciamos o combate à pobreza e a extrema miséria, de modo que estes consigam superar as situações de vulnerabilidade e outras formas de privação das famílias assim como promover a segurança alimentar e nutricional e o acesso à rede de serviços públicos de saúde, educação e assistência social, criando possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e de desenvolvimento local.

O debate sobre transferência de renda só ganhou visibilidade no Brasil em 1991, quando o então Senador Eduardo Suplicy, apresentou por meio do Projeto de Lei nº. 80, que propunha o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM) programa este que visava transferir uma renda para todos os cidadãos brasileiros com mais de 25 anos numa faixa de renda pré-determinada.

Autores como Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 48), caracterizam os programas que transferem renda no sistema de proteção social brasileiro, definindo estes da seguinte maneira “esses programas entendidos como transferência monetária à família ou indivíduos, transferência esta, na maioria dos programas, associada as exigências de contrapartida no campo da educação, da saúde e do trabalho”.

Ainda na década de 90, já com a aprovação do Programa alguns municípios, deram início a projetos de programas de transferência de renda, tendo como marco destas iniciativas, o ano de 1995, no Distrito Federal, sob o governo de Cristóvam Buarque o programa chamado Programa Bolsa Escola, e os municípios de Campinas e Ribeirão Preto. No ano de

1996, Vitória, Santos, Belo Horizonte, Jundiaí, Boa Vista, Franca e Salvador aderiram a esta mesma iniciativa, segundo SILVA, YAZBEK e GIOVANNI (2004).

A partir de então os Programas de Renda Mínima, Bolsa-Escola e outros, ganham destaque tendo como expectativa romper o círculo da pobreza transgeracional, por maioria dos programas, com articulação de uma medida compensatória a uma política de alcance estrutural (SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2004, p. 48).

O programa social aqui analisado ganhou destaque até mesmo em âmbito internacional, como por exemplo, o jornal francês *Le Monde* que em matéria afirmou: “O programa Bolsa Família amplia, sobretudo, o acesso à educação, a qual representa a melhor arma, no Brasil ou em qualquer lugar do planeta, contra a pobreza.” Ou ainda na publicação da revista inglesa *The Economist* quando o programa foi batizado como “um esquema anti-pobreza inventado na América Latina (que) está ganhando adeptos mundo afora” é notório que com o complemento financeiro fomentado pelo governo a situação financeira das famílias favorecidas abrandou, e fez com que essas famílias tivessem acesso a produtos e serviços movimentando então a estrutura econômica do mercado brasileiro, amenizando a dor da fome e criando esperança de dias melhores. Assim, o PBF é uma política pública que veio para assegurar o direito ao desenvolvimento. Conforme nos alerta Sposati (2010, p. 289), um dos efeitos mais importantes dele foi dar visibilidade ao número de famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza na sociedade brasileira. A invisibilidade tem subentendido em si o esforço da sociedade autoritária brasileira (CHAUÍ, 2000) em não reconhecer o indivíduo pobre como sujeito de direitos (REGO; PINZANI, 2013b). Sendo assim, é preciso reconhecer a existência das pessoas pobres e que estes precisam de assistência inclusive para dissipar o círculo da pobreza, corroborando ainda para o desenvolvimento e potencialidades das capacidades das famílias em proporcionar a oportunidades de escolhas, sendo estes reflexos também evidenciados na escola por conta da diminuição da evasão escolar, já que os bolsistas precisam comprovar a regularidade dos filhos na escola. Segundo, Maria Luiza Alencar Mayer Feitosa (2013) o direito ao desenvolvimento se situa no universo maior dos direitos humanos, buscando fazer com que os beneficiários sejam incluídos na sociedade.

O Programa Fome Zero, tem o Bolsa Família como seu programa integrador, pois o primeiro visa assegurar o direito humano à alimentação saudável e adequada para aqueles que estão na condição de pobreza ou extrema pobreza, e que para isso precisa ter uma renda mínima que garanta a esses cidadãos com dificuldade ao acesso de alimentos sua aquisição,

produção e consumo, tal medida visa à inclusão social e a conquista da cidadania da população mais vulnerável à fome.

Segundo o portal transparência o programa Bolsa Família pauta-se na articulação de três dimensões essenciais à superação da fome e da pobreza:

- a) Promoção do alívio imediato da pobreza, por meio da transferência direta de renda à família;
- b) Reforço ao exercício de direitos sociais básicos nas áreas de Saúde e Educação, que contribui para que as famílias consigam romper o ciclo da pobreza entre gerações;
- c) Coordenação de programas complementares, que têm por objetivo o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários do Bolsa Família consigam superar a situação de vulnerabilidade e pobreza.

E para a inclusão dos cidadãos no Programa, que é realizado exclusivamente pelo Cadastro Único - CadÚnico⁹, são priorizadas segundo o critério de renda per capita, da menor para a maior renda, o que não significa que a inclusão é a garantia de recebimento imediato da bolsa, é necessário aguardar a disponibilidade de repasse do Governo Federal segundo seu cronograma. Os valores não são fixos, eles variam de acordo com a renda per capita mensal, número de crianças e adolescentes até os 17 anos de idade integrantes da família cadastrada, ou seja, diferente de outros benefícios o valor do BF varia de família para família, ressaltando que os valores do benefício se dividem em três categorias que são o Básico, o Variável e o Variável Vinculado ao Adolescente que em 2017 estão assim fixados, segundo o calendário bolsa família, o primeiro valor pago é o rendimento de R\$ 85,00 para famílias que tenha renda mensal inferior a R\$ 85,00 por pessoa, visando ajudar as famílias que se encontram em situação de pobreza extrema, a segunda variável no valor do benefício é o número de filhos de 0 a 15 matriculados na escola, a cada filho cadastrado, a família recebe um auxílio de R\$ 39,00, sendo possível cadastrar no programa até 05 filhos ou dependentes e a terceira e última categoria são das famílias com adolescentes entre 16 e 17 que esteja em dia com os estudos cujo suas famílias recebem mais R\$ 46,00 por cada adolescente sendo permitido cadastrar até 02 jovens no programa para receber o auxílio.

⁹ Regulamentado pelo Decreto nº 6.135, de 26 de junho de 2007, e funciona como um instrumento de identificação e caracterização socioeconômica das famílias brasileiras de baixa renda. É utilizado, obrigatoriamente, para a seleção de beneficiários e para integração de programas sociais do governo federal. As informações inseridas no cadastro podem ser usada pelos governos municipais, estaduais e federal para obter o diagnóstico socioeconômico das famílias cadastradas. E com a socialização deste cadastro nas três esferas de governo é possível identificar as famílias com baixa renda que possam ser a ir contempladas com programas sociais e que também evita o acúmulo de programas para uma mesma família.

As famílias ao serem cadastradas informam principalmente: a) características do domicílio (número de cômodos, tipo de construção, presença ou ausência de saneamento básico); b) composição familiar (número de membros, existência de gestantes, idosos, lactantes e, deficientes físicos); c) identificação e documentação civil de cada membro da família; d) qualificação escolar dos membros da família; e) qualificação profissional e situação no mercado de trabalho; f) rendimentos; e g) despesas familiares (aluguel, transporte, alimentação e outros.)

A Gestão do BF fica sob responsabilidade do Gestor Municipal que é também o responsável pela coordenação das atividades do CadÚnico, devendo este ser indicado formalmente pelo prefeito, nos termos da Portaria GM/MDS nº 246, de 20 de maio de 2005, tendo como atribuições:

- Assumir a interlocução entre a prefeitura, o MDS e o estado para a implementação do Bolsa Família e do Cadastro Único. Por isso, o Gestor deve ter poder de decisão, de mobilização de outras instituições e de articulação entre as áreas envolvidas na operação do Programa;
- Coordenar a relação entre as secretarias de assistência social, educação e saúde para o acompanhamento dos bolsistas do Bolsa Família e a verificação das condicionalidades;
- Coordenar a execução dos recursos transferidos pelo governo federal para o Programa Bolsa Família nos municípios. Esses recursos estão sendo transferidos do Fundo Nacional de Assistência Social aos fundos de assistência municipal. Assim, o Gestor Municipal do Bolsa Família será o responsável pela aplicação dos recursos financeiros do Programa, podendo decidir se o recurso será investido na contratação de pessoal, na capacitação da equipe, na compra de materiais que ajudem no trabalho de manutenção dos dados dos bolsistas locais, dentre outros;
- Assumir a interlocução, em nome do município, com os membros da Instância de Controle Social do município, garantindo a eles o acompanhamento e a fiscalização das ações do Programa na comunidade;
- Coordenar a interlocução com outras secretarias e órgãos vinculados ao próprio governo municipal, do estado e do Governo Federal e, ainda, com entidades não

governamentais, com o objetivo de facilitar a implementação de programas complementares para as famílias bolsistas do Bolsa Família.

É importante ressaltar que a gestão de benefícios pelos municípios considera a legislação vigente, e os gestores municipais podem descontinuar a transferência de renda às famílias bolsistas do PBF, temporária ou permanentemente, a concessão dos benefícios financeiros segue um plano de expansão do PBF, com base na estimativa de famílias em cada município, na disponibilidade orçamentária e na existência de Programas Remanescentes na localidade. A execução da concessão é feita de modo automatizado, com preferência às famílias de menor renda por pessoa com cadastros habilitados no CadÚnico, sendo o pagamento realizado pela Caixa Econômica Federal assim como dos Programas Remanescentes em todo o território nacional.

O Programa atribui requisitos em forma de compromisso entre eles nas áreas da Educação, Saúde e Assistência Social e que precisam ser efetivados para a manutenção de recebimento e continuidade no Programa entre eles estão:

- Educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 06 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.
- Saúde: acompanhamento do calendário vacinal e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; e pré-natal das gestantes e acompanhamento das nutrízes (aquelas responsáveis por amamentar ou nutrir os filhos) na faixa etária de 14 a 44 anos.
- Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

No que concerne a condicionalidade da frequência escolar, sua fiscalização e controle é de responsabilidade da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD) do MEC. De acordo com a Portaria Interministerial MDS/MEC nº 3.789, de 17 de novembro de 2004, devendo as secretarias municipais de Educação informar de forma bimestral a frequência escolar, sendo o lançamento feito via Sistema de Frequência Escolar, via internet, acessado por meio da página on-line da Caixa Econômica Federal, órgão responsável pelo desenvolvimento desse aplicativo. A cada período, as Secretarias Municipais de Educação acessam a lista de alunos que devem ter sua frequência registrada e a

encaminham para as escolas correspondentes, que deverão retornar com as informações atualizadas dos alunos para a digitação no cadastro.

O objetivo das condicionalidades não é punir ou advertir as famílias bolsistas, mas responsabilizar de forma conjunta os bolsistas e o Poder Público, que deve identificar os motivos do não-cumprimento das condicionalidades e implementar políticas públicas de acompanhamento para essas famílias, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, no entanto, é válido anunciar e esclarecer que cada estado e município devem criar por meio de decreto a sua instância de controle social para acompanhar o desenvolvimento do Programa Bolsa Família salientando que não há a necessidade de criação de uma estrutura nova, o prefeito ou governador podem designar um conselho já existente, sendo inclusive autorizado por meio de decreto de nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que conforme disposto em seu artigo 31, cabe aos conselhos de controle social do Programa Bolsa Família: a) - acompanhar, avaliar e subsidiar a fiscalização da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional; b) - acompanhar e estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais para as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; c) - acompanhar a oferta por parte dos governos locais dos serviços necessários para a realização das condicionalidades; d) - estimular a participação comunitária no controle da execução do Programa Bolsa Família, no âmbito municipal ou jurisdicional; e) - elaborar, aprovar e modificar seu regimento interno; e f) - exercer outras atribuições estabelecidas em normas complementares do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome.

Em contrapartida, o poder público também tem seus dispositivos de fiscalização desde janeiro de 2005, que são os Ministérios Públicos Estaduais e o Federal, a Controladoria Geral da União (CGU) e o Tribunal de Contas da União (TCU), que em articulação realizam auditoria, e entre eles, cada entidade fica responsável por uma ação sendo de responsabilidade do Ministério Público, empreender diligências, a partir das informações e dados disponibilizados pelo MDS, no intuito de investigar irregularidades no cadastro de famílias beneficiadas e no cumprimento das condicionalidades do programa, a CGU é incumbida de realizar palestras, seminários e treinamentos para troca de experiências e a divulgação do programa, segundo o MDS a fiscalização é feita, em média, duas vezes por ano pela CGU, que sorteia os municípios a serem investigados. Caso haja denúncias, o TCU, o Ministério Público e o próprio MDS também investigam possíveis fraudes.

O PBF entre seus propósitos visa estimular a integração e a oferta de outras políticas públicas sociais em especial que atenda as famílias bolsistas, estes são desenvolvidos por meio de ações em programas complementares e que em articulação com o BF tem como alvo contribuir para a diminuição de vulnerabilidade social que essas famílias se encontram e promover a inclusão social destas. Entre alguns programas complementares articulados com o Programa Bolsa Família estão:

- Programa Luz para Todos – que prioriza as famílias bolsistas do Programa Bolsa Família com base nas informações do CadÚnico disponibilizados pelo MDS, com o objetivo de levar energia elétrica para as famílias no meio rural. Uma ação em parceria do MDS com o Ministério de Minas e Energia.

- Programa Brasil Alfabetizado (PBA) – que tem como objetivo a promoção do acesso à educação a indivíduos acima de 15 anos, tendo como público prioritário, populações indígenas, populações do campo, trabalhadores da pesca, pais de bolsistas do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), população carcerária e jovens em cumprimento de medidas sócio educativas, entre outros, programa este criado pelo Ministério da Educação (MEC), coordenado e fiscalizado pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (Secad/MEC), e financiado com recursos garantidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC).

- Programa Pro Jovem – o objetivo do programa visa diminuir as altas taxas de evasão escolar e desemprego juvenil, este programa oferece oportunidade de qualificação profissional e reintegração ao processo educacional do indivíduo, buscando desta forma a inclusão destes, e é voltado para jovens entre 15 a 29 anos, oriundos de famílias com renda mensal de até meio salário mínimo, de todo país.

É possível constatar que o Programa Bolsa Família visa enfrentar a pobreza em curto prazo quando oferece alívio imediato a fome e a privação de renda e em longo prazo o acesso a educação, a serviços da saúde por meio das condicionalidades fixadas pelo programa com vistas a promover melhores oportunidades de qualificação e conseqüente inserção futura no mercado de trabalho e assim gerar renda sem precisar de transferência direta do governo, quebrando, portanto um ciclo vicioso de que a pobreza é transmitida de geração em geração sem nada poder ser feito, pois se você é filho de pobre, vai continuar assim, seu filho e as

outras gerações assim serão também, isso se deve talvez por pouco acesso ao conhecimento e escolaridade o que causa também grande disparidade entre ricos e pobres.

Vale recordar que o primeiro dos oitos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, estabelecido pela ONU, dispõe que os países chegassem em 2015 com metade da proporção de pobres de 1990. No caso do Brasil, essa meta foi atingida dez anos antes, em 2005. De acordo com dados da PNAD/IBGE, a proporção de brasileiros com renda inferior a um dólar por dia era de 8,8% em 1990 e foi reduzida a 4,2%. O programa Bolsa Família contribuiu em 21% para a redução da pobreza no Brasil. Assim, os desdobramentos deste Programa com outras variáveis, que acabam por promover uma rede muito mais ampla de proteção social ao indivíduo do que simplesmente focada no quesito renda.

4.2 O Programa Bolsa Família em Melgaço

4.2.1 Caracterização da Pesquisa: Locus da Pesquisa Município de Melgaço - Aspecto histórico e físico-geográfico

Consideramos relevante caracterizar o município de Melgaço como locus deste estudo e situá-lo

Melgaço é um município brasileiro, localizado no Estado do Pará, no Arquipélago de Ilhas do Marajó, o município possui uma área de 6.774,069 km², e uma população estimada em 26.652 habitantes em 2016 segundo o IBGE. Que com raízes indígenas a aldeia Guarycuru originou a Vila São Miguel de Melgaço em 1759, em homenagem a uma freguesia existente em Portugal, batizada de Barão de Melgaço.

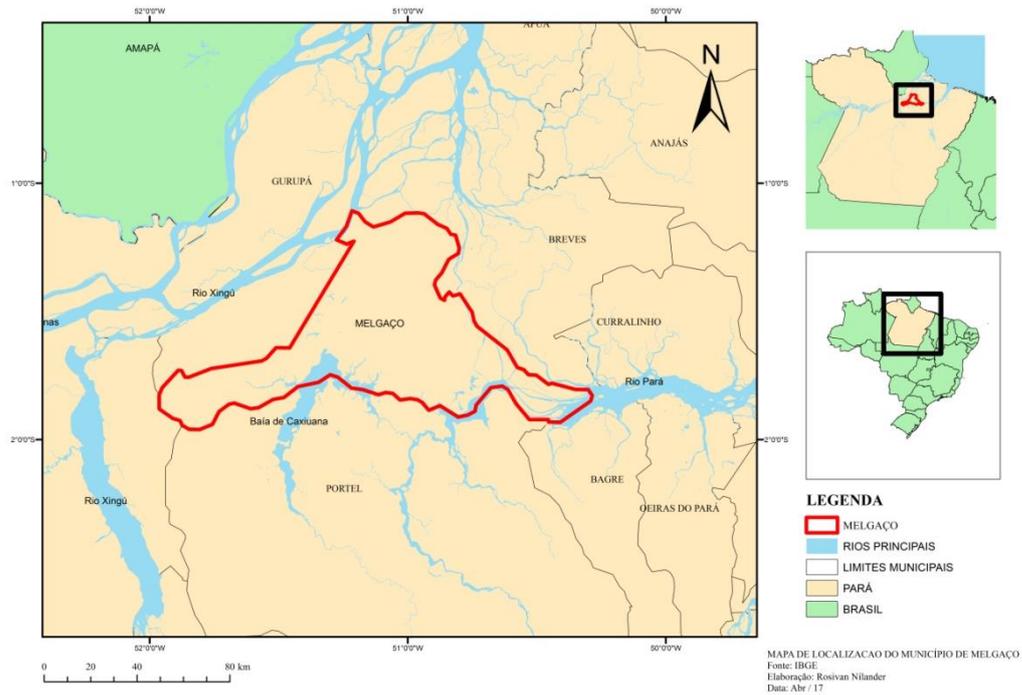
Os tempos da Melgaço Vila (1759-1899) situada entre dois importantes municípios da região de florestas, Breves e Portel, foram marcados por alianças e conflitos, já que a vila era possuidora de riquezas naturais e com a era do “Ouro Negro” a borracha deu destaque e elevação aos municípios brasileiros possuidores destas riquezas, e então neste momento Melgaço foi transformado em Intendência Municipal e Cabeça de Comarca, gerenciando, ainda que de maneira provisória, destinos de Breves e Portel no século XIX. No período entre

1870 e 1920 alguns municípios marajoaras entre eles Melgaço foram grandes produtores e exportadores de borracha do Estado do Pará, o que não permitiu um desenvolvimento solidificado.

A história de Melgaço é registrada pelo pesquisador e Prof. Dr. Agenor Sarraf Pacheco conhecedor e grande lutador do desenvolvimento daquele município, ele nos conta por meio do site da prefeitura um pouco do registro do período entre 1930 e 1961 Breves e Portel eram os municípios que salvaguardavam Melgaço, sendo os primeiros dois anos vinculado a Breves e depois sob o domínio de Portel até a promulgação da lei estadual nº 2460, de 29 de dezembro de 1961, que desmembra Melgaço do município de Portel e constituído em 02 distritos: Melgaço e Areias. Depois do fim do segundo ciclo da borracha (1939-1945), as terras que dão origem à cidade de Melgaço, propícia a agricultura e criação de gado, foram novamente povoadas e juntamente com agentes políticos e econômicos locais começou a luta pela tão almejada emancipação política. Assim, em 1962 o município foi administrado interinamente enquanto preparava seu primeiro processo eleitoral.

A maior parte da população reside na zona rural do município onde a oferta de serviços básicos como saúde e educação tem sua oferta ainda mais reduzida, porém, o centro urbano também sofre com falta de investimentos, por exemplo, ao andar pela cidade observa-se nas esquinas depósitos de lixo e o esgoto corrente em frente as casas. Segundo, o Prof. Agenor Sarraf, em entrevista ao site G1 Pará em 29/07/2013 existe poucas oportunidades de emprego na cidade. "De fato o município é muito pobre. 80% da população vivem na zona rural, não há indústria. A cidade não tem empresas desde a decadência da madeira e do palmito na região. As fontes de renda na cidade são a prefeitura, aposentadorias e programas sociais", revela o professor.

MAPA01 – Localização geográfica do município de Melgaço no Estado do Pará.



FOTOGRAFIA01: Porto Moconha – Melgaço/PA



FOTOGRAFIA02:
Frente da Cidade de

Melgaço/PA



FOTOGRAFIA03: Hospital Municipal de – Melgaço/PA



FOTOGRAFIA04: Estrada de saída do Porto Moconha – Melgaço/PA



FOTOGRAFIA05: Frente da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Maria Rodrigues Viegas Junior – Melgaço/PA



FOTOGRAFIA05: Pátio Central da Escola Municipal de Ensino Fundamental José Maria Rodrigues Viegas Junior – Melgaço/PA



É notório ao estar in loco na cidade à importância para a economia a partir do programa e que não pode deixar de ser considerado visto que a dinâmica do comércio varejista e a própria cidade muda em época de recebimento, o que segundo BRASILINO (2006, p 8) os municípios mais pobres acabam recebendo mais recursos do Bolsa Família do que o próprio repasse tributário. Temos visto pesquisas de associações de varejistas que mostram aumento do consumo e em função disso, crescimento da economia local. Tal fala vai de encontro com a pesquisa do MDS realizada pelo Núcleo de Pesquisas Sociais da Universidade Federal Fluminense em 2006, Weissheimer (2006, p.98), expressa que: Outro aspecto positivo está relacionado ao acesso ao crédito. Cerca de um terço dos entrevistados (33,1%) respondeu que o crédito da família com os comerciantes do bairro melhorou após o ingresso no Bolsa Família (...), ou seja, apesar das inúmeras limitações impostas pela condição de pobreza, houve melhorias na renda e no crédito para as famílias e expansão para as liberdades para um processo de desenvolvimento, baseado em Sen, no entanto, não é necessário justificar a necessidade dessas liberdades em função de consequências na economia, por exemplo, pois a privação dessas, por si só, implica restringir a vida política e social da pessoa. A liberdade política reside na oportunidade de os cidadãos debaterem sobre valores na escolha das prioridades e de participar da seleção desses valores (SEN, 2000, p. 46).

Ao dissertar sobre pobreza é habitual presumir que se trabalhe com a questão de renda e sua privação, tendo uma visão limitada de tal mazela social, e ao se tratar de Bolsa Família não é diferente, pois o que mais se veicula nos meios de comunicação nacional são os pontos a serem melhorados pelo Programa, como afirma Weissheimer (2006, p. 47) [...] desde seu

lançamento o programa não teve, por parte da mídia brasileira, uma cobertura preocupada em constatar se essas janelas estavam de fato, se abrindo. A maior parte das matérias tratou de destacar irregularidades na execução do programa [...] O impacto do programa sobre o seu público-alvo recebeu bem menos destaque. [...] Oportunidades para a população pobre. Essa é uma boa síntese do espírito do Programa Bolsa Família.

As mídias sociais e os meios de comunicação são sem dúvidas grandes formadores de opiniões, mas que precisam antes de tudo se desprender da direção já constituída em enxergar nas ações políticas apenas seus erros e limitações. A pobreza, portanto, precisa ser exibida como a incapacidade do não desenvolvimento das capacidades que impedem o ser humano de viver a liberdade para adotar o tipo de vida que valorizam como se refere Sen (2000, p. 10) à distinção entre considerar o sujeito social como Paciente ou como Agente na sociedade em que vive. Perspectiva esta, apresentada pelo autor, em sua obra *Desenvolvimento como Liberdade*, onde revela que as pessoas são Agentes quando dotados de oportunidades sociais adequadas, podendo, efetivamente, de forma livre e sustentável, construir seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Essa é uma visão que difere substancialmente da visão de paciente, que considera o indivíduo beneficiário passivo de engenhosos programas de desenvolvimento.

Sendo então, a comunicação social responsável por informar, persuadir e entreter um público vasto e heterogêneo, com alcance de comunicação em massa presente em praticamente todo o mundo contemporâneo, que registra e divulga a história, a relação entre as sociedades e seus fenômenos apresentou ao mundo no ano de 2013 o município de Melgaço como sendo o pior IDH do Brasil, com destaque para os programas sociais como o maior fornecedor de renda para aquele Município.

Em junho de 2008, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) realizou pesquisa nacional sobre a repercussão do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional das famílias bolsistas e traçou um perfil dos (as) titulares do programa e assim é composto:

- 94% são mulheres;
- 64% pretos ou pardos;
- 85% faixa etária dos titulares entre 15 e 49 anos;

- 78% das famílias residem em área urbana e 22% em áreas rurais, sendo que a maior concentração das famílias em áreas rurais se concentram no Nordeste (50%)
- 81% dos titulares sabem ler e escrever, sendo que (56%) estudaram até o ensino fundamental.

A pesquisa revela ainda que com o uso dos recursos disponibilizados pelo Programa entre os bolsistas pesquisados, 87% dos recursos são investidos em alimentação, no Nordeste a porcentagem é de 91% e no Sul 73%, portanto, a pesquisa indica que o objetivo de garantir a segurança alimentar e combater a fome em especial nas regiões mais necessitadas está sendo possibilitado, focando as necessidades mais urgentes.

Ao nos reportamos ao Estado do Pará, em consulta ao site do Programa Bolsa Família, os dados disponibilizados são referentes ao ano exercício de 2015, já que os dados com referência a 2016 estão sendo aguardados disponibilização pelo Governo Federal. Os números revelam que 143 cidades do estado de Pará que recebem o Bolsa Família, e 10077871 pagamentos já foram realizados no Pará, totalizando mais de R\$ 1.866.725.493,00. Sendo em Melgaço 38569 pagamentos realizados um total de R\$ 10.685.079,00. Os dados são atualizados mensalmente conforme o repasse de informação das prefeituras.

De forma detalhada, no ano de 2015 em Melgaço, assim são descritos os dados:

Mês e Ano	Total de Pagamentos	Valor Destinado
Janeiro/2015	3563 Pagamentos	989.495,00 Reais
Fevereiro/2015	3570 Pagamentos	992.201,00 Reais
Março/2015	3564 Pagamentos	990.846,00 Reais
Abril/2015	3497 Pagamentos	975.265,00 Reais
Mai/2015	3500 Pagamentos	977.236,00 Reais
Junho/2015	3449 Pagamentos	967.184,00 Reais
Julho/2015	3448 Pagamentos	965.144,00 Reais
Agosto/2015	3436 Pagamentos	954.792,00 Reais
Setembro/2015	3368 Pagamentos	939.945,00 Reais
Outubro/2015	3614 Pagamentos	975.793,00 Reais
Novembro/2015	3560 Pagamentos	957.178,00 Reais
	38569 Total de Pagamentos	10.685.079,00 Total de Reais

Apesar de o Programa sofrer críticas a priori por levar em consideração a pobreza relacionada à renda esta definição por si só não consegue explicar todo o encadeamento de apoio ao indivíduo que o programa proporciona, é bem verdade que o referido Programa tem como núcleo o atendimento às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza e assim acaba por não atingir os indivíduos que estão no limite da pobreza por conta da diversidade econômica, e ao nos determos no município de Melgaço o limite de inclusão ao acesso das famílias no Programa por conta da quota estabelecida para cada município impossibilita a inserção de novas famílias, mesmo que sejam extremamente vulneráveis e, portanto, sujeitas desse direito e assim acabam sendo excluídas o que demonstra a fragilidade nesse aspecto do programa, pois não se assegura o acesso ao benefício a todos os indivíduos, já que existe uma limitação da quantidade de famílias a serem beneficiadas em cada município.

No ano de 2013, foi amplamente divulgado o ranking de IDHM dos municípios brasileiros e Melgaço ficou em última posição com o índice de 0,418, em 2010, o que significa um índice muito baixo que na classificação fica entre 0 e 0,499. Sendo medida a dimensão de longevidade, com índice de 0,776, renda com índice de 0,454, e de educação, com índice de 0,207.

Abaixo o quadro demonstrativo de evolução do Município segundo os componentes de Renda, Pobreza e Desigualdade Social:

QUADRO 01: O Município segundo os Componentes de Renda, Pobreza e Desigualdade Social

Renda, Pobreza e Desigualdade - Município - Melgaço - PA			
	1991	2000	2010
Renda per capita (em R\$)	110,92	100,22	135,21
% de extremamente pobres	42,19	48,70	43,92
% de pobres	81,49	78,64	73,43
Índice de Gini	0,48	0,46	0,55

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

A partir da análise dos dados de coleta, percebe-se a evolução e melhora na renda per capita, na diminuição da porcentagem de pobres e de extremamente pobres (apesar de não

superar a média de 1991, vale considerar que a população naquela época era menor), no entanto, houve o aumento do índice de Gini que significa a concentração de renda.

Abaixo o quadro demonstrativo de evolução do Município segundo os componentes de DHM:

QUADRO 02: O Município segundo os Componentes de IDHM

Índice de Desenvolvimento Humano Municipal e seus componentes - Município - Melgaço - PA			
IDHM e componentes	1991	2000	2010
IDHM Educação	0,024	0,065	0,207
% de 18 anos ou mais com fundamental completo	1,80	5,03	12,34
% de 5 a 6 anos na escola	7,63	19,26	58,68
% de 11 a 13 anos nos anos finais do fundamental REGULAR SERIADO ou com fundamental completo	1,88	5,89	35,83
% de 15 a 17 anos com fundamental completo	0,91	3,12	6,89
% de 18 a 20 anos com médio completo	0,64	1,38	5,63
IDHM Longevidade	0,547	0,665	0,776
Esperança de vida ao nascer	57,84	64,87	71,57
IDHM Renda	0,423	0,406	0,454
Renda per capita (em R\$)	110,92	100,22	135,21

Fonte: PNUD, Ipea e FJP

Vale destacar a mudança de índices e evolução no ano de 2010, que apesar do baixíssimo IDHM, talvez por conta dos programas sociais o acesso e a permanência nos espaços escolares de ensino, a maior longevidade e maior renda.

No que se refere à frequência escolar, segundo o MDS, houve um acréscimo na informação de frequência escolar referente ao período de outubro e novembro de 2007, onde a cada aluno cadastrado no programa a presença precisa ser registrada e se for inferior a 85%, a escola tem que apontar o motivo dessa falta, após o mecanismo 84% da presença é referente aos bolsistas do Programa, sendo as principais causas que levaram os alunos a faltar na escola no bimestre de fevereiro/março de ano de 2008, foram: doenças dos alunos, negligência dos pais, gravidez precoce, mendicância, trabalho infantil e violência doméstica, segundo relatório desenvolvido pelo MEC.

Segundo Brasilino, (2006, p 8) é reconhecido os efeitos positivos do programa apesar de suas limitações, pois ao se conceder uma renda mensal inferior a um terço do salário mínimo (R\$350,00), o presidente Luiz Inácio Lula da Silva conseguiu, em seu primeiro mandato, melhorar as condições da vida de dezenas de milhões de brasileiros [...] No entanto, o sucesso do programa, atingir famílias em condições de extrema pobreza, também é a sua maior limitação. Com o orçamento atual, não teria os mesmos efeitos se buscasse resultados mais abrangentes ou estruturantes.

4.2.2 Análise e Tratamento dos Dados

O percurso de análise dos dados coletados para este trabalho toma como referência a obra de Laurence Bardin, (1977) no que se referente à análise de conteúdo. Apesar de também nos apoiarmos em outros autores como suporte para clarificar nossas ideias sobre a referência adotada utilizamos ainda a técnica de Triangulação dos dados baseada em Triviños (2008).

De acordo com Triviños (2008, p.138):

[...] a técnica da triangulação tem por objetivo básico abranger a máxima amplitude na descrição, explicação e compreensão do foco em estudo. Parte de princípios que sustentam que é impossível conceber a existência isolada de um fenômeno social, sem raízes históricas, sem significados culturais e sem vinculações estreitas e essenciais com uma macro realidade social.

É fato, que qualquer técnica adotada para análise de dados impregna uma metodologia de interpretação científica com procedimentos e processos peculiares para a extração de sentido dos dados coletados, como (Chizzotti, 2006, p. 98) esclarece.

A descodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador

Para a análise de conteúdo, nos baseamos nas contribuições de Bardin (1977), Chizzotti (2006) e Gomes (2013). Assim para Bardin, esta é definida como um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. Portanto, a análise de conteúdo é um conjunto de técnicas que tem como objetivo ultrapassar as incertezas e enriquecer a leitura dos dados

coletados. Como afirma Chizzotti (2006, p. 98), “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. Ou seja, a escolha de tal técnica visa nos dar suporte para descrever as mensagens atreladas ao contexto, bem como inferências sobre os dados coletados que, nesta dissertação se justifica pela necessidade de desvelar as relações que se estabelecem além das falas propriamente ditas. Para Gomes (1994) a análise de dados qualitativos envolve duas etapas: a interpretação como descrição dos dados e a interpretação como articulação dessa descrição com conhecimentos mais amplos e que extrapolam os dados específicos da pesquisa que segundo Minayo *apud* Gomes (1994), a finalidade da análise dos dados é compreender os dados coletados, confirmar ou não os pressupostos da pesquisa e/ou responder as questões formuladas, além de ampliar o conhecimento do assunto pesquisado, articulando-o ao contexto cultural do qual faz parte.

Desta forma, para a análise de dados coletados utilizou-se como alicerce as etapas descritas por Bardin (1977, p. 90-115) a) pré-análise; b) exploração do material; e, c) tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação.

O primeiro momento (pré-análise) foi de seleção dos documentos aplicados, a transcrição da entrevista realizada com os bolsistas do Programa, com alguns professores/diretores de escolas e ainda com alguns representantes da secretaria de Educação, entre eles o próprio secretário de educação do Município de Melgaço, momento também de pré análise das anotações de observações da pesquisa *in loco*, o que almejava a busca dos elementos de maior frequência.

Ainda segundo Bardin (1977), para se estabelecer as categorias de análise, antes se faz necessário uma fase denominada exaustividade, a qual quer dizer que os dados devem ser lidos e relidos, várias vezes, seguidas pela representatividade, homogeneidade, pertinência e exclusividade.

O momento de organização em possíveis categorias da pesquisa é cansativo e bastante complexo, que demanda atenção na sistematização entre a relação entre o referencial teórico e os dados obtidos que identifiquei as variáveis recorrentes, ou seja, os mais citados entre os entrevistados.

O segundo momento (exploração do material) se reserva para a sistematização, a codificação e enumeração dos dados, a obtenção da frequência das categorias e subcategorias de análise.

Apresentando, assim uma categorização pertinente, que possua significância em relação ao conteúdo dos materiais que estão sendo analisados, constituindo-se numa reprodução adequada e pertinente destes.

E finalmente a terceira e última etapa adotada (tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação), realizou-se o agrupamento de categorias tendo como pilar:

I) Programa Social Bolsa Família e permanência na escola;

II) O Programa Social e a permanência na escola são capazes de contribuir para o enfretamento da pobreza e desigualdade social.

A categorização adotada requer diálogo com as especificidades do lócus da pesquisa, o respeito à historicidade dos sujeitos e a interlocução com a teoria apresentada, assim para nós, categorizar não significa compartimentar, fragmentar, isolar e dessa maneira concordamos com Minayo (2013, p. 27):

O tratamento do material nos conduz a uma busca da *lógica peculiar interna* do grupo que estamos analisando, sendo esta a construção fundamental do pesquisador. Ou seja, análise qualitativa não é uma mera classificação de opiniões dos informantes, é muito mais. É a descoberta de seus códigos sociais a partir das falas, símbolos e observações. A busca da compreensão e da interpretação à luz da teoria aporta uma contribuição singular e contextualizada do pesquisador.

Desta maneira, apresentamos nossas considerações com os dados coletados.

Para tal tarefa, adotamos a observações simples, com vistas a termos uma melhor contextualização do lócus, por meio das entrevistas semiestruturadas, a partir das quais buscamos o conteúdo empírico para análise. Um total de 15 entrevistados, aqui figurados em E1, E2, E3, E4, E5, E6, E7, E8, E9, E10, E11, E12, E13, E14 e E15 (entrevistados 1,2,3,4,5,6,7,8,9,10,11,12,13,14 e 15).

No momento de acesso ao campo e contato inicial com os entrevistados adotamos as sugestões de Minayo (2013, pp. 66-68), no sentido de explicar aos sujeitos a importância de sua participação, bem como objetivo e importância da pesquisa. Enfatizando a seriedade e compromisso acadêmico de nosso estudo sempre de forma amigável, na tentativa de estabelecer a harmonia e desinibição no momento das entrevistas. E então, explicamos como as entrevistas aconteceriam, dispomos a leitura do roteiro, deixando claro que poderia haver necessidade de novos questionamentos, dependendo das respostas que fossem dadas as perguntas.

Após a coleta de dados, iniciamos os primeiros passos de análise do conteúdo, dando origem as categorias empíricas, estas em consonância com nosso referencial teórico adotado.

4.2.3 Os sujeitos da pesquisa: o perfil dos entrevistados

Os entrevistados demonstraram prontidão e disponibilidade para contribuir com a pesquisa, e por considerarmos pertinente para a pesquisa conhecer basicamente o perfil socioeconômico e sua relação com o Programa Social Bolsa Família elaboramos um quadro com o perfil de nossos entrevistados.

Quadro 03: Perfil dos Entrevistados

Pseudônimo	Sexo	Relação com Bolsa Família
E1	F	Representante da Secretaria Municipal de Trabalho e Promoção Social
E2	M	Secretario de Educação Do Municipio
E3	F	Diretora de Ensino da Secretaria Municipal de Educação do Municipio
E4	M	Bolsista o Programa Social Bolsa Família
E5	F	Bolsista do Programa Social Bolsa Família
E6	M	Bolsista do Programa Social Bolsa Família
E7	M	Bolsista do Programa Social Bolsa Família
E8	F	Bolsista do Programa Social Bolsa Família
E9	F	Bolsista do Programa Social Bolsa Família
E10	F	Bolsista do Programa Social Bolsa Família
E11	F	Diretora de Escola
E12	M	Professor
E13	F	Professora
E14	F	Professora
E15	F	Diretora de Escola

Fonte: Elaboração da Autora

O quadro acima traz informações sobre o perfil de nossos entrevistados, que permite uma visão geral dos participantes da pesquisa e que nos auxiliaram na análise dos dados. É possível perceber que nossos entrevistados são heterogêneos, no que concerne ao sexo, dez

entrevistados são do sexo feminino o que representa um universo de 67%, e cinco são do sexo masculino uma amostragem de 33% do total entrevistados.

É possível, verificar ainda que três dos entrevistados estão ligados a gestão do Município, cinco participantes integram a educação formal de ensino, sendo um desses entrevistados vinculado ao meio rural e os demais a zona urbana do município, e sete são bolsistas do BF com características peculiares como por exemplo a quantidade de filhos que varia entre dois a sete dependentes.

A fim de contextualizar as falas dos sujeitos, ou seja, uma análise, sob uma ótica de amplitude, que envolva sua realidade no que nos propomos a estudar que de acordo com Triviños (1987), seria a interpretação dos resultados que surge com a totalidade de uma especulação, que tem por base a especulação de um fenômeno em um contexto. Desenvolvemos dessa maneira a análise do conteúdo das entrevistas e apresentamos trechos da fala dos sujeitos deste estudo, com o intuito de enriquecer a compreensão do objeto de estudo dessa investigação.

Apresentamos então as categorias de análises desenvolvidas a partir das categorias empíricas relacionadas, no quadro 04 são descritas as categorias e os critérios para análise das entrevistas realizadas.

Quadro 04 – Critérios de Análise das Entrevistas

CATEGORIAS ANALÍTICAS	CRITÉRIOS DE ANÁLISE
I) Programa Social Bolsa Família e permanência na escola	<p>Qual concepção os entrevistados tem sobre a importância do Programa Bolsa Família e o combate a pobreza?</p> <p>Quais benefícios o Programa impacta na realidade local?</p> <p>A escola contribui para a transformação da realidade das populações em situação de pobreza? Como?</p>
II) O Programa Social e a permanência na escola são capazes de contribuir para o enfretamento da pobreza e desigualdade social.	<p>A teoria (Currículo) se relaciona com práticas pedagógicas contextualizadas na realidade local?</p> <p>A frequência escolar (condicionalidade do programa) contribui no rendimento dos alunos?^</p> <p>As questões sociais são discutidas no ambiente escolar? Como</p>

Fonte: Elaborado pela autora

A categorias empíricas que apontaram a partir das falas dos pesquisados se encadearam como desdobramento das categorias analíticas.

Quadro 05 – Categorias Empíricas

CATEGORIAS EMPÍRICAS	CRITÉRIOS DE ANÁLISE
Pobreza	Qual a importância do programa social no combate a minimização da pobreza? De que modo a escola e a família contribuem no enfrentamento a pobreza?
Transferência de Renda	Qual avaliação acerca da transferência de renda realizada pelo programa social? O que precisa ser melhorado no programa? Quais contribuições são possíveis a partir desta transferência?
Evasão Escolar	Quais as características dos alunos que permanecem na escola? Quais motivos levam a evasão? A frequência escolar significa desempenho satisfatório?

Fonte: Elaborado pela autora

As categorias analíticas, segundo Minayo (2004) são aquelas que retêm as relações sociais fundamentais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais.

4.2.4 Análise das Categorias

Iniciamos nossas análises acerca do material coletado nos baseando nos estudos e leituras de cunho teórico adquirido, e ficou evidente a partir das respostas obtidas a unanimidade de aceitação positiva que o Programa estabelece para a realidade do Município em questão, visto que é importante ressaltar a realidade de dificuldade que o Município sofre em relação a geração de emprego e renda, mesmo o Programa analisado não dê conta de garantir cidadania e universalização dos direitos sociais, já que não se adota a concepção universal de acesso a todos que do Programa necessitam para garantir pelo menos uma alimentação de qualidade por conta do acesso limitado de inserção neste, alguns autores afirmam que países em desenvolvimento como o caso do Brasil não conseguem desenvolver políticas públicas sociais de forma universal, pois se fossem baseados em um direito legítimo todos que se enquadrassem nos critérios de seleção deveriam ter a possibilidade de exigir esse direito, inclusive pela via judicial.

A partir da análise dos dados foi possível perceber que o Programa favorece e estimula condições para o desenvolvimento das liberdades conforme nos esclarece Sen (2000) já que as capacidades desenvolvidas podem influenciar no apoio público a partir do fornecimento de serviços básicos como saúde e educação. Tais capacidades refletem de forma dinâmica na sociedade, pois se uma determinada política pública contribui com o desenvolvimento de capacidades humanas, por outro lado, capacidades humanas, como a participação, poderão influenciar a definição de novas políticas públicas.

Na categoria analítica acerca da pobreza, a nossa percepção em relação aos dados coletados é que o Programa Bolsa Família é considerado para aquele município o mais importante mecanismo para o enfrentamento da pobreza, pois é o que permite a dinamização da economia, e garante uma vida de menos miséria para aquelas pessoas, em especial as que estão na zona rural, são os recursos recebidos por meio do poder público que garantem às famílias com maior carência alimentar o acesso à alimentação de forma mais prolongada, mesmo com recursos escassos e de forma compensatória. A pobreza neste município nos remete a análise de Grossi (2001) “a renda das famílias aparece como uma variável de seleção fazendo com que os mais pobres nem mesmo procurem fazer valer os seus direitos” e que muitas vezes só acessam os direitos básicos como saúde e educação por conta das condicionalidades estabelecidas pelo Programa Social. E isso se reflete nas falas dos entrevistados E2 e E5 quando questionados se o Programa Bolsa Família é importante para o combate a pobreza e se o Programa contribuiu na permanência dos estudantes na escola, as respostas foram às seguintes, respectivamente:

E2: Sim, pelo fato de ajudar na renda familiar, a distribuição dessa renda ajuda e muito.

Contribui muito para a permanência na escola, porque apesar de ser uma bolsa contribui com a renda e Melgaço tem um território muito extenso para aplicações de políticas públicas, o Bolsa Família inibe o trabalho infantil.

E5: Sim, porque na nossa comunidade quando não está na época do Açai é nossa única renda do mês.

Sim, contribui porque se nossos filhos não vai para a escola a gente não recebe a bolsa, mas não é só por isso é para a educação deles, né?
(sic)

As falas reafirmam a importância não só da renda financeira destinada pelo programa mais por garantir o acesso e permanência na escola, distante do trabalho infantil e mais ainda a execução de utilização de um serviço público de direito garantido, o acesso a educação formal. O programa não busca somente o alívio da pobreza de forma imediata, mesmo que

direcionada a classe mais necessitada e não contemplando a todos que dele precisam, ele proporciona um crescimento sustentável dos indivíduos que dele participam, possibilitando uma oportunidade de saída para a situação vivida por aqueles indivíduos, mesmo que em longo prazo. São as articulações que as políticas sociais devem buscar conforme anuncia Cohn (1995)

As políticas sociais devem buscar articulação entre as ações de curto prazo e de caráter mais imediatista, focalizada naqueles grupos identificados como os mais despossuídos, e aquelas de longo prazo, de caráter permanente, universalizantes, voltadas para a equidade do acesso dos cidadãos aos direitos sociais, independentemente do nível de renda e da inserção no mercado de trabalho (COHN, 1995:6).

Na categoria analítica que aborda a transferência de renda o Programa garante às famílias a liberdade de aplicação do dinheiro por eles recebido, desde que cumpram as condicionalidades estabelecidas, compromisso esse de contrapartida da família, tal transferência não é isolada ela se associa a outras ações e programas desenvolvidos pelo governo que visa à geração de renda, a alfabetização, microcréditos e ainda como reparação de direitos garante renda aos quilombolas e indígenas mesmo que estes não tenham filhos. Sendo assim, o adequado cumprimento das condicionalidades, compromisso da família, pode garantir aos bolsistas o acesso às políticas sociais, que são de direito do cidadão, e que em um longo prazo as famílias tenham mais chances de superar a sua situação de pobreza.

É fato que o programa recebe críticas aos pontos que precisam ser melhorados como, por exemplo, o critério de análise para distribuição focalizada nas famílias a partir da renda e composição dos familiares, fazendo distinção de seleção dos indivíduos que podem ser escolhidos sendo estabelecido como critério um ser mais pobre que o outro e não considerando os que estão no limite tênue da precariedade, esquecendo os direitos de cidadania e universalidade que deve ser a essência de uma política pública já que o direito humano tem como base o fato de um indivíduo existir, ou seja, sua condição humana, não a partir de imposição de condicionalidades ou de contrapartidas. A transferência de renda vinculada a educação é potencializada ao ser capaz de amenizar a pobreza em curto prazo e, em longo prazo, reduzir a reprodução da pobreza de forma integral, envolvendo a família e não somente mais um indivíduo.

A partir desse ponto de vista, portanto, o Estado não deveria punir ou excluir os bolsistas do Programa, em hipótese alguma, quando o não cumprimento das condicionalidades estabelecidas, apesar de que os 100% dos bolsistas entrevistados

concordam com as mesmas e ressaltam como um dos pontos positivos o acesso e permanência escolar das crianças/jovens contemplados. Os professores/diretores que compuseram a pesquisa, também em sua totalidade, afirmaram que a garantia da permanência escolar está diretamente ligada ao Programa, já que segundo eles os pais não teriam condições de manter seus menores na escola, mesmo que pública, pois eles ajudariam na composição da renda familiar de alguma forma, já que custo da oportunidade para as famílias pobres mandarem seus filhos para a escola é muito elevado devido à diminuição da já reduzida renda familiar então um programa que garanta uma renda fixa mensal a partir da ida e permanência dessas crianças na escola é de grande valia e acaba sendo um mecanismo adotado para o rompimento da mazela social aqui exposta.

No entanto, ao analisar os entrevistados ligados a Gestão do Município no ano de 2016 e os professores/diretores em um total de 76% afirmam que o programa causa uma espécie de comodismo aos pais e responsáveis na busca da melhoria de renda, pois caso seja comprovado que o valor que a família recebe excede o mínimo estabelecido para se ter acesso ao programa essa família será desligada do BF. Por exemplo, a baixa produção agrícola, pois caso seja detectado que a renda da produção excede o valor mínimo para ingresso a família será desligada, pois o programa entende que esta família já consegue se desenvolver sem o auxílio do governo para tal. Outra crítica encontrada se reflete no mecanismo de avaliação para verificar se a família consegue ou não evoluir de tal condição, se esta busca formas e mecanismos para superar tal situação, por meio de geração de emprego e renda para que a população tenha condições de se autonomizar. Assim, como o tempo de permanência do programa que deveria ser mais bem analisado. É preciso integralizar a União, o Estado e os Municípios na busca de alternativas conjuntas para ações de melhor conhecimento acerca do Programa que visem o bem-estar da família e ainda esclarecer a parceria com outros programas para que estas vejam que o programa não é somente transferência de renda direta, mas que podem por meio de outros programas evoluírem seus conhecimentos seja nas áreas educacionais, de agricultura ou no mercado de trabalho formal.

A questão da frequência escolar, por si só não garante um bom rendimento ou avanço é preciso melhor avaliação neste quesito, apesar de que programa impõe o acompanhamento para aquelas famílias que apresentam frequência escolar inferior ao exigido, por meio de trabalhos socioeducativos e encontros sistemáticos com as famílias, geralmente promovidos no âmbito da política pública de Assistência Social, dessa forma, portanto a escola é

provocada a exercer seu papel de inclusão ultrapassando seus limites físicos, e incentivando a autonomia do cidadão na superação da condição posta.

O Programa ao se relacionar com a educação e a frequência escolar visa estabelecer uma “aparente” nova relação entre educação e pobreza de forma que a pobreza para a geração futura passa a ser uma questão de meritocracia, permanecendo nesta condição o indivíduo que não faz a sua parte, ou seja, que não cumpre as exigências das condicionalidades dos programas. Sabemos que de fato, condicionar o aluno estar presente em sala de aula não significa conseqüentemente um favorável desempenho escolar, pois o Programa por si só não se alinha a uma perspectiva que considere as especificidades das políticas educativas, que esteja centrada na análise pedagógica e mais ainda em sua dimensão pedagógico-didática. A condicionalidade da educação no programa, ao ignorar esse princípio básico, acaba por substituir a função pedagógica da educação pela função social.

Ao se alterar o foco da função pedagógica para a função social inevitavelmente se perpassa pela percepção crítica e histórica da função educacional na transformação da sociedade e dos seus sujeitos como destaca Bernardes (2010) nas práticas educativas que objetivam a transformação da formação humana orientada por princípios emancipadores, é necessária a superação da concepção de educação que visa à formação de mão de obra destinada a ocupar funções precárias na divisão do trabalho do sistema capitalista vigente.

Sendo assim, os princípios com as quais o Programa funciona são, de certa forma, equivocadas, já que estas são pensadas como relações contratuais e não como direitos da cidadania. Onde o ônus pelo cumprimento das condicionalidades acaba por incidir em cima da família e não do Poder Público, que se encontra incapaz de atender as demandas pelos serviços.

A vinculação entre educação e sociedade precisa se desvencilhar da imbricada concepção de reprodução que perpetua a estrutura desigual da nossa sociedade para que de fato se possa pensar na educação como capaz para o enfretamento da pobreza, já que a educação formal é apenas uma das estruturas existentes capazes de auxiliar no processo formativo do ser social, no entanto as condições atualmente postas em algumas realidades educacionais pouco podem contribuir para o propósito do PBF, tampouco com a formação do homem na sua integralidade. A questão por si só da frequência escolar reduz o posicionamento crítico ao “estar na escola” e não o “viver a escola” o que pode contribui

ainda mais para que a família não participe do processo de interação com o ambiente educacional e se torne negligente, pois não se estabelece uma ligação de participação família e escola, perdendo assim a oportunidade de participação da comunidade e ainda do fortalecimento das diretrizes e condicionalidades estabelecidas no programa.

O programa estabelece como ênfase de aprendizagem a faixa etária entre os 06 a 17 anos, deixando a margem etapas ímpares de desenvolvimento e formação educacional, como a educação infantil e o ensino médio que deixam de ser exigidos nas condicionalidades do BF, ou seja, a política precisa de alguma forma sensibilizar sobre a importância de permanência na escola mesmo sem a condicionalidade apresentando a escola e a educação como condição necessária à superação da sua condição de pobre ou extremamente pobre, como se refere Saviani (2009) não se pode designar a educação como compensatória.

Assim, a relação entre a transferência de renda e a condicionalidade da educação estabelecida no BF de forma palpável pouco se materializa, ou se realiza de forma incoerente visto que desvia o foco da finalidade de uma formação comprometida e mais ainda no que concerne a pobreza e seu enfrentamento, como nos alerta Libâneo (2011, p. 86): “São práticas aparentemente progressistas, de falso pioneirismo, e até revestidas de argumentos psicológicos humanistas, mas não vão fundo na solução dos problemas propostos”.

O que contribui para uma visão reduzida, disfarçada e não crítica do problema relativo ao enfrentamento da pobreza no Brasil, revelando uma visão superficial que encobre os conflitos sociais estruturais mais profundos da realidade brasileira, além de que a educação não pode ser tratada como uma certeza, o produto final de uma política, para a superação de tal mazela, mas vista como uma possibilidade existente e que para tanto, precisa ser encarada e comprometida com a especificidade e a seriedade que o fenômeno educativo/pedagógico e social requer no interior da complexa realidade social brasileira, pois não será qualquer escola capaz de transformar o aluno e a realidade em que esta inserida, é preciso compromisso e atenção por parte de vários entes que a compõem, apesar de que a educação tem papel importante para impactar uma realidade.

A contribuição pedagógica da escola precisa ser mais bem tratada pelo programa de forma que o recebimento da bolsa não esteja diretamente e somente ligado a frequência escolar já que após a saída do programa em pouco se contribuirá nas condições de vida desses alunos, como dito anteriormente é preciso “viver a escola” fazer parte de sua dinâmica, de sua transformação e não somente “estar na escola” de forma que não interaja que não participe

dos processos de tomada de decisão ou que participe das aulas de forma crítica e dinâmica estimulando para que o professor também promova esse momento de interação.

Na categoria referente à evasão escolar, encontramos similaridades e contradições. As similares presentes destacam que a permanência na escola está intimamente ligada ao recebimento da Bolsa, que os alunos que não evadem são os que recebem o recurso financeiro, que há maior interesse dos responsáveis em manter o aluno que recebe o dinheiro, isso nos mostra que a realidade social brasileira em relação à frequência mínima vinculada à transferência de renda é muito mais interessante que construção de conhecimento, formação humana e proteção social e que a frequência só é atingida por conta da condicionalidade estabelecida pelo programa.

E que, portanto, se reflete claramente no desempenho desses alunos no universo de 08 participantes ligados a gestão do município e a educação formal (professores/diretores) 62% dos entrevistados afirmaram que a frequência escolar reflete em bons resultados de avaliação das crianças/jovens como explanam os entrevistados E02 e E12, respectivamente:

E02: Sim, por causa da obrigatoriedade do programa, [...] o aluno na escola aprende e depois do Bolsa Família nosso rendimento anual e aprovação aumentou muito, mas isso só ocorre se tiver acompanhamento, e isso aqui ocorre rigorosamente.

E12: Sim, porque vemos a diferença com os que não ganha, por que vemos a própria família não trazendo o aluno pra escola já que elas não ganham nada mesmo.

Sendo que os 38% remanescentes afirmam que a frequência escolar não assegura bons resultados na avaliação dos alunos bolsistas como podemos identificar nas respostas dos pesquisados E13 e E15, respectivamente

E13: Tem aluno que não consegue se desenvolver, mesmo vindo todos os dias, muito por causa do ambiente em casa, né? Uns chegam na escola e dormem outros vem para brincar.(sic)

E15: Nem sempre, porque mesmo o aluno tendo frequência muitos não conseguem passar de ano, muito por causa da falta de interesse dos pais. (sic)

A partir da análise das respostas obtidas verificamos que a responsabilidade atribuída à educação e a escola nem sempre tem haver com as especificidades educacionais, alias se atribui a educação um poder extremo capaz de resolver problemas de cunho social que a ela não compete como aborda Cury (2002, p. 169), não se deve exigir da escola o que não é dela, sendo necessária a superação da sua “concepção salvadora, redentora e equalizadora”. É

preciso romper, com a visão de que a escola e a educação tudo podem resolver mesmo se ter o mínimo de condições para isso.

CONSIDERAÇÕES

De acordo com o objetivo principal dessa dissertação – analisar se o programa social Bolsa Família impacta no resultado de acesso e permanência na escola. Analisamos a partir da percepção dos bolsistas, a gestão municipal (Secretaria Municipal de Melgaço no ano de 2016) e professores/diretores, se de fato o Programa Social contribui de forma impactante no desempenho escolar da realidade local.

Para tanto, se fazia necessário uma aproximação de cunho teórico sobre pobreza, desigualdade social e desenvolvimento, já que as mazelas sociais como pobreza e desigualdade social são especificidades muito latentes e presentes no Município estudado, tal imersão teórica nos permitiu fazer uma análise crítica das respostas coletadas. Ao nos alicerçarmos na concepção de Amartya Kumar Sen, a partir de seu livro Desenvolvimento como Liberdade (2000) conseguimos um maior esclarecimento sobre desenvolvimento a partir de capacidades e identificamos que o Programa contém traços desta concepção, já que permite que seu bolsista conquiste a capacidade de ser, a partir de ter acesso aos serviços básicos como a saúde e educação que são condicionalidades de permanência no programa, a capacidade de ter, quando ao receber o valor referente a sua bolsa este indivíduo consegue adquirir bens materiais e alimentos (cidadania) movimentando assim a economia, e ainda a capacidade de poder, ao ingressar em espaços de participação e tomadas de decisão manifestando neste indivíduo a capacidade de ser e se sentir cidadão. Apresentando assim, uma nova possibilidade de vida e valorização para a vida que pretendem escolher, indicando um novo foco no que se refere à pobreza não mais só vinculada à renda, mas com possíveis condições de vida e liberdade.

Já que, por exemplo, o desemprego não somente a falta de emprego e renda, mas que reflete de forma gravíssima na exclusão social e conseqüentemente provoca a perda de autonomia, de autoconfiança, e ainda do equilíbrio psicológico.

Em relação, aos entrevistados durante a pesquisa desenvolvida percebemos a homogeneidade das respostas positivas no que diz respeito da importância do Programa para o combate a pobreza, em especial daquele município por conta deste não desenvolver outra espécie de geração de renda e perspectiva de trabalho para que seus cidadãos garantam sua alimentação e mais ainda para que enfrentem tal condição de desigualdade, já que a agricultura, em sua maioria, é de subsistência para aqueles que residem na zona rural.

Ao nos referenciarmos sobre o enfretamento da pobreza, a partir de programas sociais, os bolsistas dizem desconhecer outro tipo de programa, talvez por falta de conhecimento mesmo ou por conta da mídia que divulga de forma mais maciça que o BF é destinado para esse enfretamento e combate.

Logo nos primórdios da publicação do Programa ele foi visto como um grande e inovador esforço de tratar e combater a pobreza, afigurado como um apelo silencioso dos pobres já que a contrapartida dos bolsistas era de fato “simples” que é a permanência das crianças na escola e a regularidade de vacinas. E então assim, iniciaram-se as críticas ao Programa ao se propagar que se perderia o controle de natalidade, por conta que os bolsistas se sentiriam estimulados a gerarem mais filhos para poder receber maior recurso, no entanto, durante nossa pesquisa esta fala não esteve presente e não é percebido naquele município tal atitude, apesar de que entre nossos entrevistados na condição de bolsista o número de filhos entre eles varia entre 02 e 07. Porém, foi mencionado por alguns dos entrevistados o comodismo como ponto negativo que o programa influencia e precisa ser melhorado/combatido.

Pode até parecer contraditório, mas o objetivo do Programa é justamente fazer com que o bolsista saia dessa condição, por isso é articulado com outras secretarias, como a de saúde, de assistência social, de emprego e renda para que este possa buscar outros mecanismos de saída dessa condição, ou seja, fazer com que seus beneficiados deixem de sê-lo, no entanto, essa é uma tarefa para muitos anos e não apenas para um programa isolado.

O fortalecimento do Programa precisa da junção de esforços do governo, da sociedade organizada, de poderes privados na busca de medida de melhoria, de melhor planejamento e avaliação, no entanto é complexo, pois é preciso levar em consideração as condições continentais em que o país está inserido, já que dentro de um mesmo Estado, como no caso do Pará, a realidade se transforma assustadoramente em pequenas distâncias damos como exemplo Melgaço e Breves.

Outro ponto polêmico que detectamos com nossa pesquisa, foram as condicionalidades que para muitos se resume em “dar o peixe, sem ensinar a pescar” já estas estabelecidas pelo programa não estão diretamente ligadas ao trabalho e para a sociedade em que o modo de produção é o capitalismo tal condicionalidade é inadmissível já que os pobres não prestam nenhuma contrapartida direta que mereça tal recurso.

No entanto, 100% dos entrevistados afirmaram que o Programa garante a permanência na escola, o que impacta diretamente na frequência escolar, mas não impacta na qualidade do desempenho escolar de forma satisfatória já que a escola sozinha não é capaz de garantir tal

execução é necessário o acompanhamento dos pais como foi explanado por 03 entrevistados ligados diretamente a escola, é preciso que escola e família caminhem na mesma direção, afinal, ambas tem os mesmos objetivos: a construção social do ser humano, e para isso é importante que cada um faça sua parte e tenham êxito, ou seja, um trabalho coletivo de ações, processos, influências, que possam intervir no desenvolvimento humano de indivíduos e seus grupos, um processo de educação em sua essência num determinado contexto de relações entre grupos e classes sociais.

Apesar desse impacto no desempenho ainda não ser visualizado, não é garantia de que daqui a algum tempo essa realidade se transforme já que com o acesso frequente a educação, o estímulo partindo dos responsáveis e professores a partir de aulas dinâmicas e atrativas talvez seja possível a mudança esperada.

Mesmo o Programa ainda não ter tido êxito total no que se refere ao desempenho escolar e à realidade, é diferente no que diz respeito ao auxílio de minimização da pobreza no município em foco. Os bolsistas que participam do Programa são sujeitos que antes viviam na situação de pobreza e extrema pobreza e atualmente conseguem assegurar uma qualidade de vida melhor, e que talvez não tivessem essa garantia caso não recebessem tal recurso, e ainda seus filhos não estariam com acesso à educação, pois precisariam contribuir com a renda familiar.

É inegável o mérito do Programa no processo de minimização da pobreza das famílias vulneráveis socialmente, ou em decorrência de inexistência ou insuficiência de renda que estas não garantem elucidar suas necessidades básicas por conta própria. No que diz respeito, a realidade do Município de Melgaço/PA na Ilha do Marajó acreditamos que o Programa Social Bolsa Família tem contribuições que podem impactar positivamente no desenvolvimento da economia local, visto que o Município por si só não consegue fornecer meios e mecanismos de emprego e renda para toda sua população. No entanto, se faz necessário maior aprofundamento, com elementos que certifiquem a garantia de tal afirmação, como por exemplo, a inserção de dados de quantas famílias são bolsistas do programa no município, e o refinamento desses dados, no entanto, o site para consulta pública de dados do Bolsa Família, encontrou-se indisponível para consulta o que impediu tal busca e sua análise, para que se exibisse por exemplo qual concepção de pobreza existe em Melgaço? Isso demandaria mais tempo, o que infelizmente por conta dos prazos não foi possível.

A transferência de renda por intermédio de programas sociais, como o Bolsa Família, por exemplo, pode refletir um avanço no campo das políticas públicas sociais, que visam o enfrentamento da pobreza e da desigualdade social no Brasil. Já para o pensamento neoliberal

o avanço das políticas sociais significa um obstáculo na acumulação de capital e também, um dos responsáveis pela crise que a sociedade enfrenta.

Corroboramos com o conteúdo descrito na Agenda 21 no que propõe modificar a situação de miséria da população brasileira através de mudanças nos padrões de consumo, produção e pela redistribuição da renda. Afinal o crescimento econômico é uma condição necessária, porém não por si só suficiente para o desenvolvimento é necessário qualidade de vida, bons empregos com acesso para todos os indivíduos.

Alguns bolsistas do Programa atentaram para o valor variável recebido e por às vezes representar um valor que não consegue dar conta de suprir as necessidades, e apesar deste valor ser pouco é possível que mesmo assim impulsionem a realização de ações que visam uma melhor condição de qualidade de vida como: alimentação, aquisição de medicamentos e a compra de uniforme escolar para os filhos.

Sendo assim, não se pode falar em desenvolvimento e igualdade social se o objetivo não for comum a todas as esferas de governo e social, pois todo processo que inclui evolução implica na qualidade de vida em sociedade e custos para sua manutenção.

A instituição escolar, por si só cria oportunidades de mobilidade social sem necessariamente envolver a distribuição de renda, quando estimula uma revolução que perpassa pela democratização de uma educação de qualidade, tendo como eixo central o ensinar a pensar, mas não qualquer pensar, um pensar fomentando, um pensar complexo, um pensar que contribua para a resolução de situações problemas do cotidiano social e que acima de tudo prepare para a vida em cidadania.

É importante que os princípios democráticos e a sensibilidade da contextualização local estejam imbricados nas ações políticas em especial no que se refere ao Pará, por conta de toda dimensão geográfica e dívida histórica social com seus cidadãos, no entanto, a transferência de renda condicionada pelo Programa Bolsa Família não pode se sustentar no pressuposto do montante transferido, este deve representar o mínimo possível para não desestimular o indivíduo na busca da sua inserção no mercado de trabalho, claro que com condições de acesso a este garantida pelo Estado.

REFERENCIA

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. Filosofia da educação. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.

Atingindo uma Educação de Nível Mundial no Brasil: próximos passos – sumário executivo. 2010. Disponível em: <<http://cenpec.org.br/biblioteca/educacao/estudos-e-pesquisas/achieving-world-class-education--in-brazil-the-next-agenda>>. Acesso em: 01 dez. 2012.

BERNARDES, Maria Eliza Mattosinho. A construção do pensamento na atividade prática: implicações no processo pedagógico. In: Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação, 33, 2010. Caxambu. Anais.Caxambu, MG: ANPED, 2010. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT20-6166--Int.pdf>>. Acesso em: 20 mar. 2017.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Secretaria de Formação e Desenvolvimento Profissional. Educação profissional: um projeto para o desenvolvimento sustentado. Brasília: SEFOR, 1995. 24 p.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: ética e temas transversais. Brasília: MEC/SEF, 1997. v. 8.

BUCCI, Maria Paula Dallari. *Direito Administrativo e políticas públicas*. São Paulo: Saraiva, 2002, p. 259.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os Parâmetros Curriculares Nacionais e o Ensino Fundamental. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4-17, maio/ago. 1996

_____. A Educação Básica no Brasil. Educação & Sociedade, Campinas, SP, v. 23, n. 80, p. 168-200, set. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-

73302002008000010&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 06. fev. 2017.

FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer. Direito Econômico do Desenvolvimento e Direito Humano ao Desenvolvimento. Limites e Confrontações. In: FEITOSA, Maria Luiza Pereira de Alencar Mayer; FRANCO, Fernanda Cristina Oliveira; PETERKE, Sven; VENTURA, Victor Alencar Mayer Feitosa. Direitos Humanos de Solidariedade. Avanços e Impasses. 1. ed. Curitiba: Appris, 2013. v. 1, p. 109-179.

FERREIRA, H. G. F. Os Determinantes da Desigualdade de Renda no Brasil: Luta de Classes ou Heterogeneidade Educacional? Rio de Janeiro: PUCRJ - Departamento de Economia, 2000.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação e a Crise do Capitalismo Real. São Paulo: Cortez, 2000. Fundamental. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 2, p. 4-17, maio/ago. 1996.

GODOY, Arilda S., Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades, In Revista de Administração de Empresas, v.35, n.2, Mar./Abr. 1995a, p. 57-63.

HADDAD, Sérgio (Org.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez, 2003. P. 75-124.

LEHER, Roberto. Um Novo Senhor da Educação? A política educacional do Banco Mundial para a periferia do capitalismo. Outubro, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 19-30, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. Pedagogia e pedagogos, Para quê?. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2000. _____ . Escola pública brasileira, um sonho frustrado: falharam as escolas ou as políticas educacionais? In: LIBÂNEO, José Carlos. Didática e escola em uma sociedade complexa. Goiás: CEPED, 2011.

LOUREIRO. C. F. B.; LAYRARGUES. P. P.; CASTRO. R. S. (Orgs). Repensar a educação Ambiental: Um olhar crítico. São Paulo: Cortez, 2009.

MINAYO, M. C. de S. (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 21ª Ed. Rio de Janeiro: Vozes. 2007.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 14. ed. São Paulo: Hucitec editora, 2014.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE. Disponível em:<http://www.mma.gov.br/> >. Acesso em: 13 de março. 2017

MOTA JUNIOR, William Pessoa da e Olgaíses Cabral Maués. O Banco Mundial e as Políticas Educacionais Brasileiras. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 39, n. 4, p. 1137-1152, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/edreal/v39n4/10.pdf> Data de acesso: 02/09/2017

ONU. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, 2016. Disponível em:< <http://www.dudh.org.br/definicao/documentos/>>. Acesso em: 29 de ago. 2016.

PORTAL TRANSPARÊNCIA. Disponível em: http://www.portaldatransparencia.gov.br/aprendaMais/documentos/curso_bolsafamilia.pdf>. Acesso em: 28 de fev. 2017

PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA. Disponível em: <http://calendariobolsafamilia2015.com.br/bolsa-familia-2017/>. Acesso em: 20 de fev. 2017

<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2013/10/conheca-o-processo-de-fiscalizacao-do-bolsa-familia> Acesso em: 20 de fev. 2017

REIGOTA, Marcos. Meio ambiente e representação social. São Paulo: Cortez, 2004.

RUAS, Maria das Graças. *Análise de Políticas Públicas: Conceitos Básicos*. In: Maria das Graças Ruas; Maria Izabel Valladão de Carvalho. (Org.). O estudo da política. Brasília: Paralelo 15, 1998, p. 231-260.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. O Tamanho da Pobreza: economia política da distribuição de renda. Rio de Janeiro: Garamond. 2001.

SILVA, M. O. da S.; YASBEK, M. C.; GIOVANNI, G. di. A Política Social Brasileira no Século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez, 2004.

SPOSATI, Aldaíza. Bolsa família: um programa com futuros. In: CASTRO, Jorge Abrão; MODESTO, Lúcia (Org.). Bolsa Família 2003/2010: avanços e desafios. Brasília, DF: IPEA, 2010. 2 v.

Thomas A. Mitschein, Jadson F. Chaves, Gilberto Rocha e Mário Vasconcelos. Desenvolvimento local e direito a cidadania na floresta Amazônia. Belém. NUMA/UFPA, 2013.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em Ciências Sociais: a pesquisa qualitativa em educação: o positivismo, a fenomenologia, o marxismo. São Paulo: Atlas, 1987.

VASCONCELLOS, MARCO ANTONIO SANDOVAL DE.
Economia Micro e Macro: Teoria e Exercícios, Glossário com 260 Principais Conceitos Econômicos. São Paulo: Atlas, 2000.

WEISSHEIMER, Marco Aurélio. Bolsa Família: Avanços, limites e possibilidades do Programa que está transformando a vida de milhões de famílias no Brasil. São Paulo. Editora Perseu Abramo: 2006.

YIN, R. Estudo de caso: Planejamento e métodos. São Paulo: BOOKMAN, 2005.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. 4. ed. Porto Alegre: BOOKMAN, 2010.

APÊNDICE



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
 INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
 GRUPO DE ESTUDOS EM EDUCAÇÃO, CULTURA E MEIO AMBIENTE – GEAM

Projeto de Pesquisa: Relação entre Educação, Pobreza e Desigualdade Social na Amazônia Paraense.

QUESTIONÁRIO

1. O Programa Bolsa Família é importante para o combate à pobreza, por quê?

SIM NÃO NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

2. O Programa Bolsa Família contribui para a permanência do estudante na escola, por quê?

SIM NÃO NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

3. Os conhecimentos (conteúdos) tratados na escola têm colaborado com a concretização de uma vida digna e justa para as populações empobrecidas que a frequentam?

SIM NÃO NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

4. A exigência de frequência escolar feita pelo Programa Bolsa Família assegura bons resultados na avaliação das crianças, adolescentes e jovens? Por quê?

SIM NÃO NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

5. A condição de moradia, bairro e forma de acesso à escola pode interferir no rendimento e bom desempenho de crianças, adolescentes e jovens estudantes? Por quê?

SIM NÃO NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

6. Além do Programa Bolsa Família, você conhece outros programas voltados para o combate e enfrentamento a pobreza?

SIM NÃO NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

7. Quais aspectos positivos e negativos que você observa no Programa Bolsa Família com vistas a contribuir para a permanência das crianças e adolescentes na escola?

SIM NÃO NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

8. Você se sente estimulado em trabalhar enfrentamento a pobreza? Como você explica a relação entre educação, pobreza e desigualdade sociais?

SIM NÃO NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

9. Como profissional da educação você consegue identificar que tipos de violência são cometidos contra crianças e adolescentes dentro da escola?

() SIM () NÃO () NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

10. Como professor você acredita que o currículo oficial consegue proporcionar condições para o enfrentamento da pobreza e violência cometidas contra crianças e adolescentes?

Por quê?

() SIM () NÃO () NÃO SABE INFORMAR

Comentários:

11. Seus alunos são capazes de se enxergar e se compreender como pessoas pobres ou em situação de vulnerabilidade? Como você percebe isso?

() SIM () NÃO () NÃO SABE INFORMAR

Comentários:
